

FILOSOFIA

FILOSOFIA

TEÓRICA

E PRÁTICA III

SUMÁRIO

Unidade 1

187 Teoria do conhecimento

Unidade 2

205 Filosofia Política



» Teoria do Conhecimento

A Teoria do Conhecimento ou Epistemologia tem por objetivo buscar a origem, a natureza e os limites do conhecimento humano e da nossa capacidade de conhecer. Questões que envolvem o conhecimento e a verdade giram em torno de uma relação que se dá entre o sujeito e o objeto.

O sujeito é aquele que pode conhecer o objeto de alguma forma, que pode perceber, pensar e conceitualizar o objeto. Já o objeto se dá de várias formas – pode ser empírico, religioso, artístico, abstrato, científico, filosófico, etc.

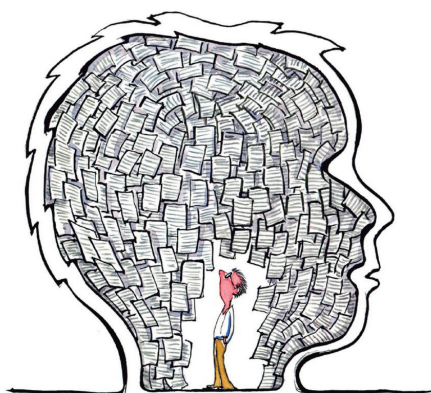
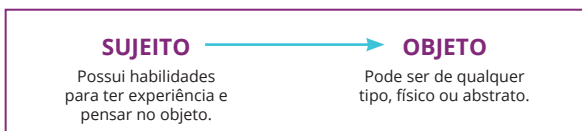


Foto: Anheide/REID

Anotações:



• Modos de conhecer

O homem está sempre buscando uma maneira de explicar o mundo, a realidade, os acontecimentos e tudo o que circunda a vida humana. Para isso, recorre ao seu lado místico ou racional, busca compreender as leis ocultas e as leis naturais, formula suas próprias teorias e faz nascer crenças que poderão perdurar durante séculos. A pretensão humana é uma só: apreender aquilo que é real. Mas como podemos fazer isso ou, pelo menos, tentar?

Há, no sentido mais geral, seis modos ou forma de conhecer a realidade.

Modos/formas	Características
Religião/mito	Como a fé não exige provas, as explicações religiosas acerca do mundo são baseadas em elementos sobrenaturais. As manifestações da realidade e os fenômenos do mundo são entendidos como verdades divinas, verdades que a ciência não prova.
Senso comum (conhecimento vulgar)	É uma forma de explicar a realidade a partir das experiências vividas e sensíveis. Geralmente, é um conhecimento passado pela tradição, por exemplo, quando sua avó faz chá de boldo para melhorar a digestão. É um conhecimento que não é científico, mas fornece as hipóteses para construção da ciência.



Ciência	<p>A ciência é uma forma metódica e racional de explicar os fenômenos de todos os tipos. Descrever e demonstrar a veracidade dos fenômenos requer constante experimentação e raciocínio lógico.</p> <p>A validade da explicação científica é constante e gera confiança nos indivíduos, pois a ciência está sempre se autocorrigindo.</p>
Arte	<p>Podemos conhecer a realidade a partir da arte de forma subjetiva, pois a interpretação feita de uma obra de arte, seja ela uma música, um poema, uma tela pintada, depende de cada sujeito e de suas relações com o mundo.</p> <p>Ao representar coisas do mundo, a arte busca outras visões acerca dele e pode ajudar os seres humanos a mudar a maneira de enxergar/compreender a sua própria existência.</p>
Filosofia	<p>A explicação filosófica acerca da realidade precisa da capacidade de reflexão humana. Afinal, para compreender a relação entre o homem e o mundo, compreender a significação existente nessa relação, não basta apenas termos experiências sensíveis ou saber qual a utilidade de alguma coisa. É preciso o uso da consciência crítica, que levantará questões existenciais e essenciais para sabermos os significados que há em tudo aquilo que circunda o universo humano.</p>
Intuição	<p>A intuição é um conhecimento imediato, um pensamento direto. É muito difícil tentar explicar como é a sensação do vermelho, por isso, a intuição não pode ser explicada com palavras, não é demonstrada.</p> <p>Intuição empírica: conhecimento imediato baseado em uma experiência independente de conceitos. Ex.: calor do verão, odor do café, experiência interna de nossos sentimentos.</p> <p>Intuição intelectual: capta diretamente a essência do objeto. O Cogito (“eu penso”) cartesiano seria uma verdade que não pode ser provada e da qual não se poderia duvidar.</p>

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

• Possibilidades do conhecimento

Será que é possível haver um conhecimento da verdade? Será que é possível chegarmos na certeza desse conhecimento? Há vertentes filosóficas que acreditam que sim, que é possível encontrarmos a verdade, outras acreditam que não ou que isso depende de algo para que aconteça. Vamos conhecer essas teorias.

Dogmatismo

É a corrente que acredita na possibilidade de obtenção da verdade, sendo essa verdade inquestionável e absoluta.

▶ **Dogmatismo total ou ingênuo:** ligado ao senso comum, esse tipo de dogmatismo designa aquilo que supõe ser verdadeiro como uma certeza. O mundo pode mudar, mas o dogmático ingênuo permanece acreditando nos conhecimentos que ele julga como algo acabado.

▶ **Dogmatismo parcial ou crítico:** tem como instrumento a razão para poder chegar ao real. Aquilo que é absoluto ou não será analisado a partir de métodos de raciocínio. Alguns dogmáticos parciais julgam a verdade absoluta no campo da ação, outros dizem ser isso algo especulativo. Essa diferença de pensamento gera a distinção entre o dogmatismo ético e o dogmatismo teórico.

- O **dogmatismo ético** tem como adepto Kant, que duvidava da possibilidade de o sujeito pensante atingir certas verdades a partir da razão, mas afirmava certezas no agir, que estabeleceriam as bases da Ética e da Moral.

- O **dogmatismo teórico** tem como adepto Blaise Pascal, que não duvidava de seus cálculos matemáticos, mas duvidava de questões acerca da conduta humana.



Ceticismo

É a corrente que defende a dúvida ou a provisoriedade de algo, mesmo que haja alguma relação empírica entre as ideias e os fatos.

▶ **Ceticismo radical ou absoluto:** consiste na ideia de que o conhecimento é impossível. Prega a ideia da necessidade de suspender o juízo em relação tanto às coisas metafísicas quanto aos fenômenos. Esse ceticismo veio da Grécia Antiga e pode ser chamado de pirronismo. Pirro (séc. III a.C.) acreditava que, tanto no aspecto epistemológico quanto no ético, tudo é incerto e não devemos nos deter em verdades indiscutíveis.

- Górgias (séc. IV a.C.): sua tese diz que o ser não existe; se existisse alguma coisa, não poderíamos conhecê-la; se a conhecêssemos, não poderíamos comunicá-la aos outros. Com esse pensamento, Górgias procura mostrar que o ser não pode ser revelado pelo pensamento.

▶ **Ceticismo moderado:** reconhece os limites para a apreensão da verdade. Permite crer que temos conhecimento de algo, mas não teremos certeza da sua verdade. David Hume acreditava que as crenças podem ser de natureza teórica ou prática e corretas ou incorretas. Para ele, as certezas são apenas probabilidades.



Horia Vianã/BID

Subjetivismo e relativismo

Não existe verdade válida de forma universal. O Subjetivismo defende a ideia de que **a verdade é relativa ao sujeito** que a conhece e julga. Para o Relativismo não é diferente. Os relativistas acreditam que toda verdade é relativa e tem sua validade restrita a um âmbito. Os sofistas são representantes dessa ideia. Protágoras uma vez disse que “o homem é a medida de todas as coisas”, querendo mostrar que a verdade dependeria do ser humano e do contexto no qual a verdade está sendo pronunciada. Embora o subjetivismo e o relativismo tenham parentesco, o primeiro faz o conhecimento humano depender de fatores que envolvem a própria consciência do sujeito cognitivo, enquanto o segundo enfatiza mais a dependência da verdade em relação aos fatores externos (como o meio ambiente e a cultura da época).

• Essência do conhecimento

Um dos principais problemas do conhecimento envolve a relação entre o sujeito e o objeto. O conhecimento, algumas vezes, é entendido como a determinação do sujeito pelo objeto. Mas será que isso é correto? Não seria o objeto determinado pelo sujeito? Pensando nisso, queremos saber, qual é a essência do conhecimento? Qual é o seu ponto de gravidade, o seu núcleo essencial?

Realismo

É uma corrente que se constitui na superioridade do objeto em relação ao sujeito, pois há uma independência da realidade que faz com que o sujeito precise conhecer as coisas para poder acessar o real. Assim, o ser humano conhece, por intermédio da sensibilidade e da inteligência, aquilo que é exterior a ele.

▶ Os realistas defendem uma **razão objetiva**, o que significa afirmar que a realidade externa ao pensamento é racional em si e por si mesma.

▶ **A existência da realidade não depende da existência do sujeito.** O Realismo pressupõe coisas reais independentes da nossa consciência.

▶ Alguns representantes: Aristóteles e Galileu.

Idealismo

Vertente nascida na Grécia, com Platão, segundo o qual as ideias são arquétipos ideais da realidade verdadeira. Há uma redução do real ao ideal, ou seja, o conhecimento é reduzido à representação ou ao processo do pensamento, pois a verdade das coisas, pelo fato de elas serem percebidas ou pensadas, está mais em nós, na nossa mente, do que nas próprias coisas.

▶ Os idealistas defendem uma **razão subjetiva**, pois a realidade é aquilo que podemos conhecer por meio das ideias que estão na consciência.

▶ **O real é a própria consciência cognoscente.**

▶ Alguns representantes: Platão e Descartes.



Realismo x Idealismo

“Estou segurando uma caneta”. Ao analisar essa afirmação, o realista diz que a caneta existe realmente fora e independente da nossa consciência. Para o idealista, ela só existe em nossa consciência a partir de impressões táteis e sensoriais que chegam em nossa mente.

Fenomenalismo

Diante da oposição entre Realismo e Idealismo, o Fenomenalismo vai mais longe, pois acredita que o mundo no qual vivemos é modelado pela nossa mente. Segundo Kant, seu principal representante, não conhecemos as coisas em si, mas como elas se apresentam (*phenomenon* = aparência).

- ▶ Não podemos conhecer a essência das coisas, só podemos saber que as coisas são, mas não **o que** são.
- ▶ O conhecimento que temos das coisas é uma produção, não uma reprodução que fazemos a partir de descrições.

////////// APOIO AO TEXTO //////////

1. A ciência é uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos. Quem usa um telescópio ou um microscópio vê coisas que não poderiam ser vistas a olho nu. Mas eles nada mais são que extensões do olho. Não são órgãos novos. São melhoramentos na capacidade de ver, comum a quase todas as pessoas. Um instrumento que fosse a melhoria de um sentido que não temos seria totalmente inútil, da mesma forma como telescópios e microscópios são inúteis para cegos, e pianos e violinos são inúteis para surdos. A ciência não é um órgão novo de conhecimento. A ciência é a hipertrofia de capacidades que todos têm.

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência - Introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Considerando o trecho acima, conclui-se que a Ciência está em:

- a) continuidade com as Belas Artes.
- b) continuidade com a Filosofia.
- c) continuidade com o Senso Comum.
- d) ruptura com o Mito.
- e) ruptura com Senso Comum.

2. (UNISC) Com o passar do tempo, o termo “razão” assumiu conotações diferenciadas na Filosofia. Ele deixou de significar apenas a capacidade moral e intelectual dos seres humanos e passou a assumir uma qualidade primordial das próprias coisas. Passou a significar a ordenação necessária das coisas. Nesse sentido, utiliza-se o termo “razão objetiva” quando:

- a) o objeto do conhecimento, ou a realidade, é racional.
- b) o objeto do conhecimento, ou a realidade, é particular.
- c) o objeto do conhecimento, ou a realidade, é subjetivo.
- d) o objeto do conhecimento, ou a realidade, é ilusória.
- e) o objeto do conhecimento, ou a realidade, não pode ser racional em si mesmo.

3. Relacione as colunas:

1. Relativismo
2. Dogmatismo
3. Ceticismo

() Consiste em uma atitude dubitativa ou uma provisoriamente constante, mesmo a respeito de opiniões emitidas no âmbito das relações empíricas.

() É uma postura de interpretação da realidade, a qual sugere que a percepção de determinado fenômeno está condicionada à realidade do interlocutor e não poderia, portanto, ser tomada como uma conclusão válida no plano geral, apenas no plano particular.

() Pode ser entendido como a possibilidade de conhecer a verdade, a confiança nesse conhecimento e a submissão a essa verdade sem questionamento.

A sequência correta é:

- a) 3 - 2 - 1
- b) 1 - 2 - 3
- c) 2 - 1 - 3
- d) 3 - 1 - 2
- e) 2 - 3 - 1

4. “É claro que todo nosso conhecimento, por muito aperfeiçoados que sejam os instrumentos, é um conhecimento da natureza que opera pela mediação dos sentidos. Consequentemente, todo nosso saber é relativo aos sentidos. [...] Nenhuma época sente tão vivamente quanto a nossa o caráter historicamente relativo dos costumes, das instituições, das linguagens e das civilizações. Isso não significa que nós estejamos desesperados, convictos do não saber do saber, mas que sabemos que não há saber sem o homem, nem conhecimento empírico fora dos homens que os constroem”.

Jean-Paul Dumont.

A expressão “o não sabe do saber” utilizada no texto poderá exprimir a ideia de:

- a) ceticismo.
- b) relativismo.
- c) dogmatismo.
- d) racionalismo.
- e) empirismo.



5. De acordo com as concepções de Idealismo e Realismo, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() Chama-se realismo a posição filosófica que afirma a existência objetiva ou em si da realidade externa como uma realidade racional em si e por si mesma.

() Para os realistas, embora a realidade externa exista em si e por si mesma, só podemos conhecê-la tal como nossas ideias a formulam.

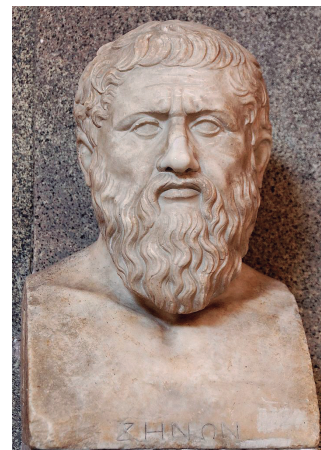
() O idealismo defende que o mundo existe somente na mente das pessoas e esta verdade definitiva reside em uma consistência de ideias.

() No Realismo, uma pessoa é um vaso vazio de conhecimento, e este só pode vir de fora do ser, mediante a observação.

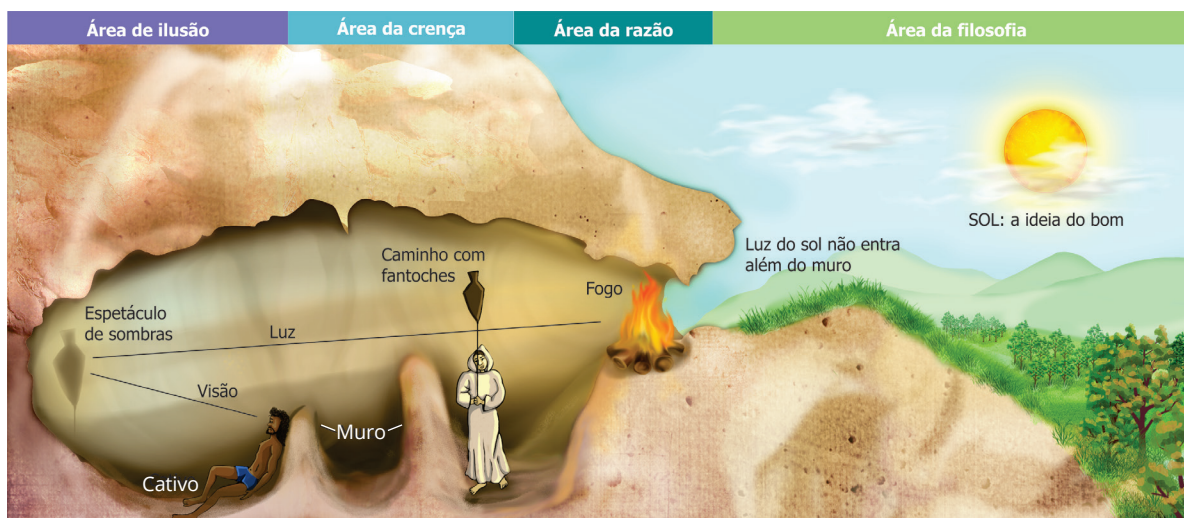
• Teoria das Ideias em Platão

Platão questiona a teoria de alguns pré-socráticos que afirmavam que tudo estaria mudando e em constante movimento. Para Platão, se tudo está em movimento, não poderíamos conhecer nada, pois, assim que determinássemos algo, isso já teria mudado. Dessa forma, Platão buscou mostrar que os nossos sentidos podem nos enganar e, por isso, devemos buscar o conhecimento em outro lugar. Precisamos, antes de tudo, abandonar as pré-concepções, as distorções advindas de opiniões irrefletidas e, depois, começar a busca pelas Ideias.

No livro VII da *República*, Platão mostra um diálogo em que Sócrates começa a falar sobre uma caverna na qual os homens estariam acorrentados. O Mito da Caverna é o mito que trata da Teoria das Ideias e no qual fica clara a teoria de que há dois mundos para Platão: o mundo sensível e o mundo inteligível.



Busto de Platão.



A caverna de Platão sistematiza o surgimento do conhecimento para o filósofo.

- ▶ **Cativos:** prisioneiros acorrentados desde o nascimento, olhando para as sombras na parede.
- ▶ **Caminho dos fantoches:** pessoas que carregam estátuas de figuras humanas, vegetais e animais que são projetadas na parede da caverna.
- ▶ **Sol:** o Bem que ilumina a verdade que está fora da caverna.
- ▶ **Mundo sensível:** é o mundo de dentro da caverna, ou seja, é o mundo dos objetos sensíveis, o mundo no qual a alma (espírito humano) se encontra aprisionada dentro do corpo material, isolada da verdadeira realidade, sem contato com a luz externa.

Quando tentamos conhecer essa realidade sensível, não adquirimos conhecimento verdadeiro, pois a sensibilidade só é formadora de *dóxa* (opinião).

Os objetos sensíveis são cópias das Ideias, são aquilo que são porque participam da Ideia. Por exemplo: os seres humanos são seres humanos porque são cópias imperfeitas da Ideia de "ser humano"; as boas ações são boas ações porque participam da Ideia de "bem".



► **Mundo inteligível:** é o mundo de fora da caverna, ou seja, um mundo abstrato, espiritual e ideal, no qual estão as formas/Ideias dos objetos sensíveis. Temos de sair da caverna e buscar o verdadeiro conhecimento a partir da dialética. A dialética é o conflito de ideias que buscam a verdade. Quanto mais discutimos sobre as coisas de forma racional, mais nos aproximamos do conhecimento real das coisas.

Esse mundo é aquele que gera a *episteme* (o conhecimento verdadeiro de natureza científica).

Platão defendia o **Inatismo**, teoria segundo a qual nascemos com princípios racionais e ideias inatas. A origem das ideias se dá no mundo inteligível, que é o mundo em que nós, antes de nascermos no corpo material, entramos para assimilar as ideias.

Ideia, segundo Platão, é uma essência que não sofre corrupção; é, portanto, o fundamento do conhecimento das coisas. O homem só tem acesso às Ideias pela sua razão, pelo pensamento reflexivo, pela contemplação.

• Conhecimento como crença verdadeira justificada

Essa definição de conhecimento, aceita até hoje, foi desenvolvida em diferentes diálogos platônicos, como o *Teeteto*, o *Mênon*, a *República* e o *Timeu*. Segundo essa definição “tripartida”, o conhecimento seria uma opinião verdadeira justificada.

Assim, temos o seguinte raciocínio:

S sabe que P se, e somente se

- a) S acredita que P
- b) P é verdadeira e
- c) S está justificado a acreditar em P.

Vamos analisar essa definição. Primeiramente, todo conhecimento inicia com uma crença (ou opinião). Isso significa que há uma “aceitação” ou “certeza psicológica” acerca de algo. Em segundo lugar, essa crença deve ser verdadeira. Mas o que é a verdade? Tanto Platão quanto Aristóteles adotavam a ideia de verdade como correspondência, ou seja, dizer o que é e o que não é seria dizer a verdade. Por último, essa opinião tem que ser justificada ou “acompanhada de razão”.

Podemos entender melhor essa definição desta forma:

- **Crença:** é acreditar em algo; não podemos ter conhecimento de algo em que não acreditamos; condição necessária para o conhecimento, mas não suficiente.
- **Verdade:** depende do mundo externo à crença; a crença não pode ser verdadeira por sorte ou coincidência; tem relação com a **correspondência** da crença com a realidade; é uma condição necessária, mas não suficiente.
- **Justificação:** aquilo que comprova a verdade da crença; razões e indícios fortes; condição necessária, mas não suficiente.

Platão defende que só quando estamos perante as três condições necessárias (crença, verdade e justificação) é que podemos afirmar ter um conhecimento efetivo de alguma coisa.

– Exemplos:

1. Tenho a crença de que minha alma é imortal, porém não consigo justificar e dar bons indícios de que isso realmente é assim, não consigo mostrar a sua verdade, ou seja, dizer o que a alma realmente é. Logo, crer na alma imortal é uma crença que não é conhecimento.

2. Acreditamos na Lei da Gravidade e temos boas razões para crer. Essa crença corresponde à realidade, logo podemos dizer que temos conhecimento disso.

CUIDADO! Crenças falsas, mesmo que bem justificadas, **não** são conhecimento para Platão.

Anotações:



APOIO AO TEXTO

6. Sabemos que para Platão a verdade está no mundo das ideias. O Mito da Caverna, descrito em sua obra *A República*, procura mostrar como o homem pode chegar à verdade por meio da superação da sua ignorância. Tal processo se daria de que maneira?

- a) O homem sairia da caverna e buscaria a verdade no mundo da sensibilidade para vencer sua ignorância.
- b) Ao sair da caverna, o homem despertaria e passaria a enxergar com a verdadeira luz, que é a luz da razão, e, assim, começaria a perceber que o mundo das Ideias dá forma às coisas sensíveis.
- c) O homem estaria do lado de fora da caverna e adentraria nela ao ver que há uma luz da fogueira que mostra o conhecimento verdadeiro das coisas na parede ao fundo da caverna.
- d) O primeiro a sair da caverna seria o filósofo. Ele voltaria para chamar os outros que ainda se encontram aprisionados e revelaria que a verdade está na sombra das coisas materiais e sensoriais que percebemos na parede da caverna.
- e) A dialética é o instrumento que libertaria o filósofo e com o qual ele desejaria libertar os outros prisioneiros, pois, com a dialética, o filósofo persuadiria as pessoas, fingindo que nada sabe.

7. (UFSM adaptada) Antônio é um menino de 10 anos que foi estimulado por seus pais a ler desde pequeno. Seu gênero literário preferido é ficção científica. Influenciado pelos relatos de viagens interestelares, ele passou a acreditar que existe vida fora da Terra. Para que sua crença na vida fora da Terra torne-se conhecimento, quais condições devem ser satisfeitas?

- a) Que ele disponha, aqui na Terra, de boas experiências empíricas da vida extraterrestre.
- b) Que ele disponha de boas evidências da existência de vida fora da Terra.
- c) Que a crença de que extraterrestres existem não seja verdadeira.
- d) Que ele tenha certeza subjetiva acerca da existência de extraterrestres.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

8. Epistemologicamente, podemos afirmar que:

- a) é impossível uma justificação de qualquer crença falsa.
- b) crença verdadeira é necessária, mas não suficiente para dizermos que temos conhecimento de algo.
- c) a justificação, mesmo de uma afirmação falsa, já é suficiente para a obtenção de conhecimento.
- d) a verdade independe da evidência.
- e) uma asserção sem justificação já pode ser considerada conhecimento.

9. “Meu caro Gláucon, este quadro – prossegui eu [Sócrates] – deve agora aplicar-se a tudo quanto dissemos anteriormente, comparando a mundo sensível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. Por Zeus se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a ideia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública”.

Platão, *A República*. Livro VII: 517 b-c

Com respeito a esse mundo inteligível, mencionado por Sócrates no trecho, é correto afirmar que:

- I. No Mito podemos associar os homens presos à população e o homem liberto a um filósofo. Os homens presos conhecem apenas o mundo sensível, já o liberto conheceu a verdadeira essência das coisas, conheceu o mundo das ideias.
- II. Para Platão, as almas pertencem ao mundo inteligível, que é o mundo real, imutável, eterno.
- III. As ideias são o modelo ideal, como se fossem arquétipos de todas as coisas que existem no mundo sensível, com base nas quais as coisas foram criadas ou tendem a ser realizadas.
- IV. As formas são as essências das coisas, isto é, aquilo que faz com que a coisa seja aquilo que é. Desse modo, uma coisa é bela porque participa da ideia de beleza e essa ideia é a causa da beleza que o objeto possui.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

10. (UFSM)

- 1. Sei que Dom Pedro II foi o último imperador do Brasil.
- 2. Creio que Dom Pedro II foi o último imperador do Brasil.

Os conceitos epistêmicos presentes nas frases 1 e 2 estabelecem uma diferença quanto ao grau de:

- a) coerência de proposições acerca de eventos históricos.
- b) convicção na verdade de um fato ou evento.
- c) validade de uma proposição no interior de um sistema de crenças.
- d) contribuição de partes da proposição para seu sentido.
- e) vagueza das evidências para comprovação dos eventos ou fatos.



• Divisão da ciência e graus de conhecimento em Aristóteles

Para Aristóteles, as ideias são adquiridas por meio da experiência. Ao contrário de Platão, ele dá mais importância para o mundo exterior e para os sentidos e defende que as ideias originam-se da observação de objetos após a formulação da ideia destes. Aristóteles acaba unindo o mundo sensível e o mundo inteligível, pois a essência está nas próprias coisas e não fora delas.

*“Todos os homens, por natureza, aspiram ao saber. Sinal disso é a estima dos sentidos. Pois, mesmo à parte sua utilidade, são estimados por si mesmos”. Com essa célebre frase, Aristóteles inicia a sua obra *Metafísica*. Significa dizer que a existência humana tem como finalidade conhecer.*

Chegamos à essência das coisas buscando as causas e os princípios primeiros da realidade por meio das ciências. Aristóteles dividiu e classificou três tipos de ciências:

- ▶ **Ciências Teoréticas:** são aquelas que buscam o saber pelo próprio saber; são aquelas que contêm verdades independentes do homem. Metafísica, Física, Matemática e Psicologia são ciências desse tipo.
- ▶ **Ciências Práticas:** são aquelas que buscam o saber para uma finalidade ou utilidade; são aquelas que contêm verdades dependentes do homem. A Ética e a Política pertencem às Ciências Práticas.
- ▶ **Ciências Poiéticas:** são aquelas que envolvem o desenvolvimento de objetos a partir da criatividade e da imaginação humana. A Arte, a Medicina e a Marcenaria são exemplos desse tipo de ciência.

Essas ciências envolvem seis formas ou graus de conhecimento: sensação, percepção, memória, imaginação, raciocínio e intuição. O conhecimento será formado a partir das informações trazidas dessas formas, fazendo com que o conhecimento intelectual seja continuação do conhecimento sensível; exceto no caso da intuição, pois ela é puramente intelectual, não depende dos outros graus do saber. Cada forma de conhecimento oferece um conhecimento diferente, que vai do grau inferior ao grau superior de verdade.

APOIO AO TEXTO

11. A primeira classificação geral das ciências foi realizada por Aristóteles, que as dividiu hierarquicamente em três grupos. Assinale a alternativa que ordena corretamente os tipos, obedecendo ao critério da superioridade-inferioridade:

- teoréticas (ou contemplativas), aplicadas (relativas à aplicação prática) e lógicas (relativas às regras do correto raciocínio).
- teoréticas puras (ou naturais), teoréticas aplicadas (ou sociais) e práticas (ou da ação humana).
- lógicas (relativas às regras do correto raciocínio), teoréticas (ou contemplativas) e práticas (ou da ação humana).
- teoréticas (ou contemplativas), práticas (ou da ação humana) e produtivas (ou relativas à fabricação e às técnicas).
- lógicas (relativas às regras do correto raciocínio), teoréticas (ou contemplativas) e instrumentais (relativas à fabricação de instrumentos).

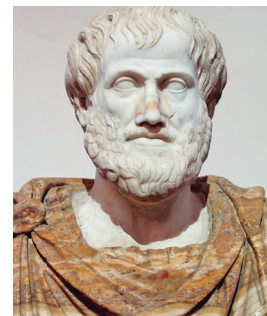
Anotações:



• Metafísica de Aristóteles: estudo do ser enquanto ser

Para Aristóteles, o **conhecimento sensível e o conhecimento racional são coisas distintas**, porém há uma dependência entre eles. As ideias surgem do esforço intelectual de elaboração dos conceitos universais a partir das imagens sensíveis (esse processo é denominado **abstração**).

A Metafísica era chamada por Aristóteles de **Filosofia Primeira** (Ciência Superior), pois tratava da busca das **causas mais universais**, aquelas mais distantes dos sentidos. Para compreendermos melhor a Metafísica e a Teoria das Causas, vejamos algumas distinções conceituais.



Busto de Aristóteles.

Substância: essência e acidente

Aristóteles rejeita a Teoria das Ideias de Platão reunindo o mundo sensível e o inteligível, ele “trouxe as ideias do céu à terra”. O conceito de substância é central para a compreensão dessa união dos dois mundos. A **substância** está em cada ser que existe, tornando-o aquilo que ele é em si mesmo; é dependente da **essência**, pois, sem essência, a substância deixa de existir. Já o **acidente** é o atributo que a substância pode ter ou não, e não deixa de existir caso o acidente não exista.

- *Exemplo:* A substância “ser humano” tem a essência da racionalidade e poderá ter acidentes como ser velho ou jovem, alto ou baixo, características que não mudam a essência.

Matéria e forma

A forma é um princípio inteligível, uma essência comum aos indivíduos da mesma espécie, que torna todos aquilo que são. A matéria é aquilo de que algo é feito e está em constante movimento, pois tem potencialidade para assumir a forma que tem em si.

- *Exemplo:* Uma criança, ao nascer, tende a se desenvolver e se transformar no ser humano que é em potência.

Potência e ato

A potência é a capacidade de se tornar algo, o devir (vir a ser). O ato é a essência com sua existência concreta.

- *Exemplo:* uma semente tem potência de vir a ser uma árvore, mas é semente em ato. Quando germinada, será árvore em ato com potência de ser papel.

Potência não deve ser confundida com força. A potência é uma possibilidade do ser vir a alcançar a perfeição que ainda não tem. É o vir a ser.

• Teoria das quatro causas

Princípio da causalidade: “tudo o que se move é necessariamente movido por outro”.

- ▶ **Causa formal:** é aquilo que a coisa tende a ser.
- ▶ **Causa material:** é aquilo do que é feita a coisa.
- ▶ **Causa eficiente:** é aquela que transforma a matéria, dá impulso ao movimento.
- ▶ **Causa final:** é a finalidade da existência da coisa.

- *Exemplo:* As causas de uma estátua são: mármore (material), escultor (eficiente), a forma que o mármore terá (formal) e finalidade de devoção, admiração, beleza (final).

Anotações:



APOIO AO TEXTO

12. Observe que, na figura, Platão aponta para cima, e Aristóteles faz menção com a mão para baixo. Tendo em vista a Teoria das Ideias platônica e a Metafísica aristotélica, seria correto compreender que:



- () Platão acredita que a verdadeira realidade está nas coisas sensíveis, pois nelas há a Ideia, que vem do mundo inteligível.
- () Aristóteles refuta a Teoria das Ideias de Platão por entender que devemos nos conter às observações que podemos fazer acerca do mundo sensível, e isso pode ser um dos motivos que justifica a posição da mão dele na figura.
- () A Ideia, assim como a substância, é entendida como essência, e seria no mundo inteligível que estariam tanto a Ideia quanto a substância.
- () A Metafísica é entendida como uma ciência suprema que investiga a causa primordial da existência das coisas, ou seja, a causa que torna o objeto aquilo que ele ainda não é.

A sequência correta é:

- a) V - V - V - F
- b) F - V - V - F
- c) F - V - F - F
- d) V - V - F - F
- e) F - F - F - F

13. Analise o seguinte texto de Aristóteles:

“Há uma ciência que estuda o ser enquanto ser e as categorias próprias do ser. Esta ciência é diferente de todas as ciências particulares, porque nenhuma delas estuda em geral o ser enquanto ser. Estas ciências somente tratam do ser desde certo ponto de vista, e somente desde este ponto de vista estudam suas categorias; neste caso estão as ciências matemáticas. Porém, posto que indagamos os princípios, as causas mais elevadas, é evidente que estes princípios devem ter uma natureza própria. Então, se aqueles que têm investigado os elementos dos seres buscam estes princípios, devem, necessariamente, os estudar como seres. Por esta razão, devemos também estudar as causas primeiras do ser enquanto ser”.

Metafísica - Livro IV.

De acordo com Aristóteles, **não** podemos afirmar que a Metafísica:

a) é uma ciência que investiga as causas ou princípios primeiros, assim como também a finalidade da realidade como um todo, ou seja, dos seres em geral.

b) tenta esclarecer como o mundo pode ser entendido por meio da existência e da natureza do relacionamento entre os objetos e as suas propriedades e categorias.

c) é a ciência do “ser enquanto ser” e, nessa concepção, é uma disciplina de investigação da realidade, cujo principal intuito é o estudo dos objetos em sua condição complexa e menos fundamental de coisa sensível.

d) é entendida como ciência suprema ou filosofia primeira que se ocupa das realidades que estão além das realidades físicas.

e) possui, incluída na sua doutrina, a teoria da substância, segundo a qual substância é compreendida como a essência que dá o ser ao objeto, não podendo ser tirada para que a coisa não deixe de ser aquilo que é.

14. (UNISC) A metafísica é a investigação filosófica que gira em torno da pergunta “o que é?”. Dois são seus temas principais. Eles investigam os fundamentos, os princípios e as causas de todas as coisas, indagando por que existem e por que são o que são. Assinale a alternativa que, de forma correta, identifica esses temas:

- a) Ser e devir.
- b) Vir a ser e dever ser.
- c) Existência e aparência.
- d) Essência e dever ser.
- e) Existência e essência.

15. (UNISC) Tentando caracterizar a Filosofia, Aristóteles escreveu na sua obra *Metafísica*:

“Nós admitimos, antes de mais, que o filósofo conhece, na medida do possível, todas as coisas, embora não possa a ciência de cada uma delas por si. Em seguida, quem consiga conhecer as coisas difíceis e que o homem não pode facilmente atingir, esse também consideramos filósofo (porque o conhecimento sensível é comum a todos, e por isso fácil e não científico). Além disto, quem conhece as causas com mais exatidão e é mais capaz de as ensinar, é considerado em qualquer espécie de ciência como mais filósofo.”

Considere agora as seguintes afirmativas relacionadas com o conteúdo desse texto.

I. Segundo Aristóteles, o conhecimento filosófico se ocupa exclusivamente com as coisas que são conhecidas por meio dos sentidos.

II. Para Aristóteles, o filósofo não pode conhecer as causas.

III. Segundo Aristóteles, o conhecimento filosófico é fácil de ser obtido.

IV. Aristóteles considera que a Filosofia não pode ser ensinada.

V. Para Aristóteles, a Filosofia é o conhecimento das coisas mais difíceis e que estão mais afastadas dos sentidos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas estão incorretas.
- b) Somente a afirmativa V está correta.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.
- e) Somente a afirmativa V está incorreta.



16. Aristóteles, apesar de ter sido discípulo de Platão, criou sua própria filosofia. Ele deu uma importância maior ao mundo sensível, pois nesse mundo a mudança é constante. Essa característica é explicada a partir das concepções de matéria, forma, potência e ato.

Com base nos seus conhecimentos e no texto acima, assinale a alternativa que define corretamente a concepção aristotélica de ato e potência.

- a) A potência e o ato são conceitos que não se referem às coisas materiais sujeitas à transformação.
- b) A potência é o momento presente, atual da matéria; ato é o que ela poderá vir a fazer.
- c) A potência e o ato não se relacionam com a matéria.
- d) A potência é o que a matéria virá a ser, seu devir, o princípio do movimento; ato é aquilo que ela é no presente.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

• Origens do conhecimento

Como nascem as nossas ideias? Se temos conhecimento, qual é a sua fonte, o seu princípio originário? Para responder a essas perguntas, temos algumas teorias que mostram a **razão** como a origem do conhecimento, outras que mostram a **percepção** como a verdadeira origem.

Racionalismo

Doutrina que enfatiza o importante papel da **razão** no processo de aquisição do conhecimento. Os racionalistas desconfiam dos sentidos, afirmam que eles podem nos iludir acerca das coisas. Por acreditar firmemente na razão, o racionalismo defende que as verdades obtidas são **verdades a priori**, isto é, aquelas verdades que são formuladas **antes da experiência sensível**. Entre os racionalistas, temos Platão que acreditava que o ser humano tinha ideias inatas. Além de Platão, temos Leibniz, matemático da era moderna, que apresentou o conceito de “verdade de razão”, ou seja, as verdades inerentes ao próprio pensamento humano e dotadas de universalidade e certeza. Entretanto, o filósofo que mais se destacou dentro do Racionalismo e que será alvo de estudo dentro deste tópico foi o filósofo e matemático René Descartes (1596-1650).



RACIONALISMO CARTESIANO

Adepto do inatismo, Descartes afirmava que os seres humanos são possuidores, enquanto seres pensantes, de princípios evidentes que servem como fundamento lógico para a percepção e a representação. Ele é considerado o “pai da filosofia moderna” por enfatizar a capacidade humana de construir o próprio conhecimento. Além disso, o pensamento cartesiano tinha o propósito de encontrar um método seguro que o levasse para a certeza indubitável.



Descartes, o “pai da filosofia moderna”.

Método da dúvida hiperbólica:

Esse método teve como base o conhecimento matemático, por isso é um método criado por raciocínio e ordem de pensamento, que permitem deduzir uma coisa de outra.

Há quatro regras estabelecidas para o método:

- ▶ **Regra da evidência:** verificar aquilo que é claro e distinto ao espírito humano;
- ▶ **Regra da análise:** dividir cada problema em parcelas menores e resolvê-los por partes;
- ▶ **Regra da ordem:** conduzir os pensamentos por ordem, começando pelas coisas mais simples de conhecer para depois chegar às coisas complexas;
- ▶ **Regra da enumeração:** fazer revisões gerais e enumerar conclusões.

Descartes aponta que o conhecimento humano foi construído sobre um terreno incerto e duvidoso. Assim, busca uma **certeza indubitável**, ou seja, aquela certeza que não gera dúvida. Ele começa duvidando dos sentidos, das afirmações do senso comum, das verdades matemáticas, da realidade do mundo exterior, etc. Descartes interrompe esses questionamentos quando se depara com o próprio ser que duvida: “... notando que essa frase *eu penso, logo existo* era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulos, como o primeiro princípio da filosofia que procurava”, afirmou Descartes no seu *Discurso do método*. O *Cogito, ergo sum* (“Penso, logo existo”), esse “**eu**” que é pensamento, é



uma *res cogitans* (coisa pensante), uma **ideia clara e distinta**, a partir da qual será reconstruído todo o conhecimento.

Mas como ele poderia sair do próprio pensamento e recuperar aquilo de que havia duvidado? A ideia que será analisada é a ideia de Deus. Sendo Ele um objeto perfeito e bom, por definição inata, não iria enganar acerca do mundo real. Assim, pode-se verificar a veracidade dos objetos do mundo externo.

Dualismo cartesiano

Os objetos do mundo externo chegam à consciência como ideias que têm uma realidade externa. A extensão é uma propriedade das coisas, que é uma ideia clara e distinta para Descartes (diferente das ideias de cor, sabor, etc.). Por isso, os objetos são extensos (*res extensa*), e isso acontece com o nosso próprio corpo, que é um objeto extenso. Como podemos perceber, esse corpo não é um objeto qualquer, visto que há nele uma **dualidade**: ao mesmo tempo que o ser humano é *res cogitans*, é também *res extensa*. Isso gera a **dicotomia corpo-alma**, sendo, portanto, o homem considerado um ser duplo. Descartes considera as duas substâncias inconciliáveis, o que perpetuou o debate da relação da alma com o corpo.

Empirismo

Ao contrário do Racionalismo, o Empirismo dá ênfase para a **percepção** e a **experiência sensível** no processo do conhecimento. Os empiristas partem da ideia de que todo conhecimento é válido quando verificado por fatos metodicamente observados. Por isso, o Empirismo defende **verdades a posteriori**, isto é, verdades que serão formuladas **depois da experiência**.

É importante conhecermos o Empirismo dos séculos XVII e XVIII, expresso por Francis Bacon, John Locke e David Hume.

CONHECIMENTO COMO PODER EM FRANCIS BACON



National Portrait Gallery/BJD

O político e filósofo Francis Bacon (1561-1626) baseou as suas teorias na nova ciência moderna. Acreditava que as teorias desvinculadas das aplicações práticas e o raciocínio dedutivo da lógica aristotélica não eram adequados para o progresso da ciência. Por conta disso, ele defendeu a **indução**, acompanhada da experiência e da investigação rigorosa, como o processo mais eficiente para o método científico.

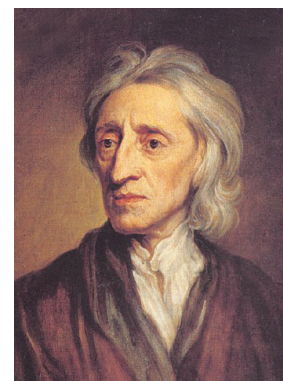
Teoria dos Ídolos

Primeiramente, "ídolos" são os preconceitos e as noções falsas que dificultam a apreensão da realidade. Há quatro tipos de ídolos:

Ídolo	Fundamentos	Processos	Exemplos
Tribo	Associação	Compartilhamento de generalizações indevidas.	Provincialismo, boatos, experiências pessoais.
Caverna	Individualismo	Inferências irrefletidas.	Senso comum, convicções, emoções.
Merca-do/Foro	Linguagem	Distorção da realidade mediante discurso.	Imprecisão de conceitos, má interpretação.
Teatro	Crença	Imposição de uma visão.	Apelo à tradição, dogmas políticos e religiosos.

JOHN LOCKE E O ENTENDIMENTO HUMANO

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) foi contra a doutrina das ideias inatas, afirmando, em seu livro *Ensaio sobre o entendimento humano*, que o espírito humano é uma espécie de **tábula rasa** (uma tábua sem inscrições), a qual mostra que o conhecimento começa com a experiência sensível.



Sir Godfrey Kneller (1646-1723)/BJD

Teoria da Tábula Rasa

A mente humana é como se fosse um papel em branco ou um pedaço de cera, onde serão impressas as sensações, das quais derivam algumas de nossas ideias. Locke, ao investigar a **origem das ideias**, deparou-se com duas fontes possíveis: a sensação e a reflexão.

A **sensação** forma ideias simples a partir da apreensão dos dados empíricos, além de nos fazer perceber as qualidades primárias (como a extensão, o movimento, o repouso) e as qualidades secundárias (como a cor, o som) dos objetos. Já a **reflexão** faz com que a razão relacione as ideias simples, dando origem às ideias complexas (como a ideia de existência, identidade, causalidade).

Tanto as ideias provenientes das sensações quanto as ideias originárias da reflexão têm sempre a experiência perceptiva como sua origem. Além de ser a origem de todas as ideias, a experiência é também o seu limite.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



DAVID HUME: AS IMPRESSÕES E IDEIAS

Para Hume (1711-1776), o conhecimento tem início em **percepções individuais**, que podem ser impressões ou ideias. As **impressões** são as percepções originárias, como as sensações (ouvir, ver, sentir). Já as **ideias** são cópias pálidas das impressões – por isso a sensação (impressão) tem mais vivacidade que o pensamento (ideia).

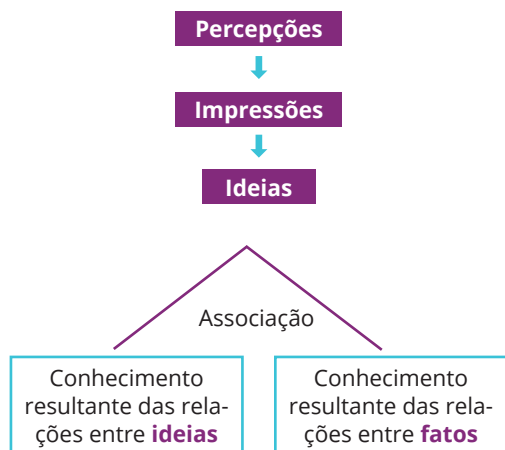


David Hume.

A imaginação permite-nos fazer associações de ideias simples, que irão resultar em ideias complexas. Estas, por sua vez, poderão ser divididas em dois tipos de conhecimento: o conhecimento resultante das relações entre ideias e o conhecimento resultante da relação entre fatos.

► **Conhecimento resultante das relações entre ideias:** advindo de raciocínios demonstrativos, nos quais as conclusões são independentes da realidade. Ex.: o conhecimento matemático.

Conhecimento resultante da relação entre fatos: advindo de raciocínios indutivos e prováveis. Correspondem a relações de causa e efeito.



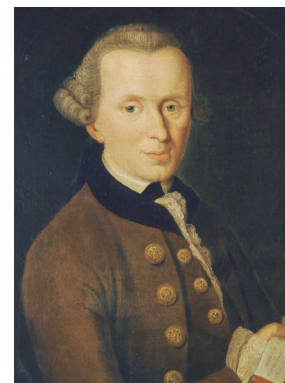
O filósofo é considerado um cético moderado, pois acreditava que somente podemos ter certeza de conhecimentos que envolvem fatos perceptíveis. Já o conhecimento abstrato poderia ser visto como duvidoso, pois, sem as sensações, não há como ter certeza dele.

Questão da causalidade

Hume **nega a validade do princípio de causalidade** e da noção de necessidade associada a ele, pois afirma que a identidade entre a ordem das coisas e a ordem das ideias é resultado de **hábitos mentais** ou da crença de que existe uma ligação necessária entre os fenômenos. A ligação causal entre os fenômenos não é algo observável; o que realmente observamos é uma sucessão de fenômenos que, ao se repetirem, levam-nos ao hábito de conectá-los por causalidade.

Criticismo

“O que podemos conhecer?”. Esta foi a questão inicial que orientou a investigação de Immanuel Kant (1724-1804), o principal representante do Criticismo. Ele colocou a razão como julgadora do conhecimento, pois ela iria dizer o que pode ou não pode ser conhecido legitimamente. Nisso consiste a **crítica ao limite da razão**, em que, ao investigar as limitações racionais do ser humano, Kant observou que a razão é limitada e não pode conhecer objetos metafísicos. Objetos como Deus, alma e liberdade são objetos que não podem ser conhecidos, já que não poderemos dizer se algo acerca deles é verdadeiro ou falso. Assim, podemos dizer que o conhecimento está limitado ao mundo fenomênico.



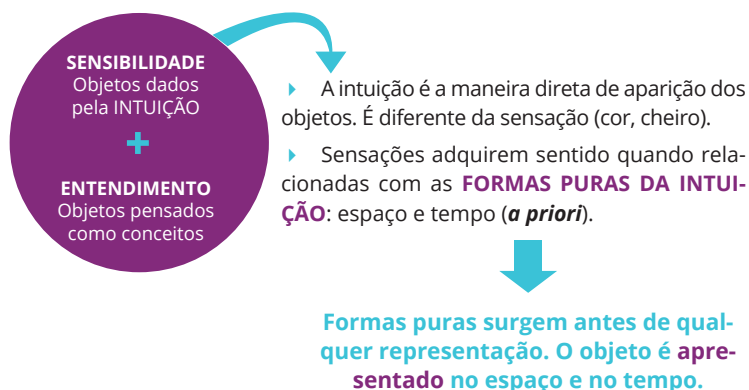
Immanuel Kant, principal representante do Criticismo.

Kant chamou de “**revolução copernicana**” sua resposta ao problema do conhecimento. Até então, as teorias adequavam a razão humana aos objetos (vistos como o centro do conhecimento), mas Kant propôs o contrário, ou seja, que os objetos teriam que se regular pelo sujeito, pois as leis estariam no sujeito transcendental e não nas coisas do mundo.

Superação do conflito entre Racionalismo e Empirismo

Kant aceita e recusa certas afirmações do Empirismo e do Racionalismo. Ele acredita que o conhecimento precisa da experiência, pois ela fornece os dados empíricos. Porém, o conhecimento empírico precisa de elementos racionais, de dados *a priori*. Em sua obra *Crítica da razão pura*, Kant afirma que “sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”.

Dessa forma, o conhecimento é a **síntese** do dado na nossa **experiência** (fenômeno) e daquilo que o nosso **entendimento** produz por si (conceitos). Ao contrário do Empirismo, para Kant, a nossa mente não é uma folha em branco, mas algo que já contém as estruturas inatas que filtram e dão forma às impressões externas.



Há a distinção entre sensibilidade, entendimento e razão:

▶ **Sensibilidade:** faculdade que nos permite receber/perceber objetos por meio de sensações (impressões). Essas sensações são percebidas no espaço e no tempo (que são formas puras/vazias que fazem parte das estruturas inatas do sujeito).

▶ **Entendimento:** é a faculdade que nos permite ordenar os dados recebidos da sensibilidade. Produz juízos por meio das categorias (conceitos puros que permitem pensar nas experiências, como causalidade, necessidade, etc.) e das relações (juízos) entre fenômenos.

▶ **Razão:** tem a função de sintetizar os conhecimentos. Não trabalha com conhecimentos sensoriais, mas com os juízos do entendimento. Elabora juízos acerca dos juízos, ultrapassando os limites da experiência.

Kant classificou os juízos em três tipos:

- **Juízos analíticos:** são afirmações nas quais o predicado já está contido no sujeito. São juízos *a priori*.

- *Exemplo:* "O triângulo tem três lados".

- **Juízos sintéticos:** são afirmações nas quais o predicado não está contido no sujeito, ou seja, o predicado irá acrescentar elementos novos ao sujeito. São juízos *a posteriori*.

- *Exemplo:* "A área desse triângulo é 320 m²".

- **Juízos sintéticos a priori:** são juízos nos quais o predicado acrescenta algo ao sujeito, mas sem depender da experiência. A lei da gravidade seria um exemplo desse tipo de juízo.

- *Exemplo:* "Uma reta é a menor distância entre dois pontos".

O ESCLARECIMENTO (AUFKLÄRUNG)

Em seu texto "Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?", de 1784, Kant inicia o primeiro parágrafo com a definição desse conceito: "Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio culpado". Assim, o filósofo trabalha com as ideias de **menoridade** (heteronomia) e maioridade (autonomia) do sujeito. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio raciocínio sem a direção de outro indivíduo. Dessa forma, é preciso sair da menoridade, **entrar na maioridade por meio do uso da própria razão**, da afirmação do sujeito enquanto sujeito pensante e capaz de formular conhecimentos.

O processo para se sair desse estado de menoridade está no autocontrole e na liberdade do pensar que cada indivíduo deve praticar. Kant convida-nos a não nos acomodarmos, a sairmos em busca do saber, por isso usa o termo latino: *Sapere aude!* "ouse saber". Somente com essa ousadia é que podemos sair de nossa condição.

APOIO AO TEXTO

17. Sabemos que a Filosofia Moderna traz grandes pensamentos acerca da ciência e das muitas formas de aquisição do conhecimento. Tendo em vista o legado dos filósofos modernos, relacione as colunas corretamente:

1. Racionalismo
2. Empirismo
3. *A priori e a posteriori*

() Noções epistêmicas que caracterizam o modo como um juízo é conhecido.

() Vertente que acredita que mediante a análise lógica se descobrem processos ou sistemas mais rapidamente pelo método lógico e matemático, e que a análise crítica leva às respostas necessárias minimizando a necessidade do experimentalismo prático.

() Em oposição ao conhecimento medieval, este método classifica e sistematiza as várias experiências e as orienta no sentido de dar ao homem uma ciência prática e observacional.

Anotações:



Vídeos:
Teoria do conhecimento



18. (UEM/CVU) A Filosofia Moderna compreende os séculos XVII e XVIII, caracterizando-se por um acentuado racionalismo que se opõe ao pessimismo teórico do ceticismo, o qual duvida da capacidade de a razão humana poder alcançar um conhecimento certo fundamentado em uma verdade universal. Assinale o que for correto.

- a) René Descartes, no *Discurso do Método*, instaura a dúvida metódica; deve ser, portanto, considerado um adepto do ceticismo.
- b) O dogmatismo e o ceticismo são doutrinas que acreditam ser possível atingir a certeza de verdades inquestionáveis.
- c) Para o racionalismo, o ponto de partida do conhecimento é o sujeito como consciência reflexiva, isto é, como consciência que conhece sua capacidade de conhecer.
- d) Francis Bacon é um dos mais importantes céticos do século XVII, pois, para ele, o homem nunca poderia libertar-se dos ídolos que impedem sua razão de alcançar qualquer saber efetivo.
- e) O racionalismo não acredita que a vida ética pode ser totalmente racional, visto que a razão humana é capaz de conhecer a origem, as causas e os efeitos das paixões e das emoções, podendo dominá-las e governá-las.

19. “O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir”.

O Discurso do Método - Descartes.

De acordo com a citação, podemos afirmar corretamente que:

- I. o trecho nos mostra as quatro regras do método cartesiano para a obtenção do conhecimento verdadeiro.
- II. a parte “... o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las” descreve a regra de síntese que o método possui.
- III. o conceito de “evidência” parece sempre estar pressuposto no pensamento de Descartes, já que ele deixa explícito que não podemos tomar nada que não seja evidente como algo verdadeiro.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas III.
- e) I, II e III.

20. (UNISC) Em sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, o filósofo inglês John Locke escreveu:

Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento.

Considere as seguintes afirmativas sobre esse texto.

- I. O texto expressa a posição do empirismo filosófico em relação ao problema do conhecimento.
- II. O texto expressa a posição do racionalismo cartesiano.
- III. O texto é uma defesa do ceticismo filosófico.
- IV. A expressão “operações internas de nossas mentes” significa as ações que realiza nossa mente, tais como imaginar, pensar, lembrar, sentir.
- V. A expressão “objetos sensíveis” é usada no texto para se referir a valores, tais como a Justiça, a Liberdade e o Bem.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Somente a afirmativa I está correta.
- d) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.
- e) Somente a afirmativa V está correta.

21. (UNISC) Um dos principais problemas da Filosofia da Idade Moderna foi o problema do conhecimento. Essa questão envolvia vários aspectos: determinar de onde vêm nossos conhecimentos, justificar sua validade, encontrar critérios para reconhecer quando um conhecimento é certo e, finalmente, determinar os limites do conhecimento humano. Considere agora as seguintes afirmativas sobre aquela questão central da Filosofia Moderna.

- I. Para os filósofos racionalistas, as ciências matemáticas e em especial a Geometria não apenas são um exemplo de certeza, mas também são o modelo para qualquer conhecimento que se pretenda verdadeiro.
- II. Para Hume, o princípio de causalidade é um fundamento sólido para nosso conhecimento da Natureza.
- III. Segundo Locke, as ideias de número, tempo e duração são inatas.
- IV. Na Filosofia de Descartes, a prova da existência de Deus tem a função de garantir que nossas ideias claras e distintas correspondam a realidades existentes fora de nossa mente.



V. Ao afirmar que o conhecimento humano precisa tanto de intuições quanto de conceitos, Kant superou a oposição entre o empirismo e o racionalismo. Com efeito, ele salientou que o conhecimento humano necessita tanto da razão quanto da sensibilidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) Somente a afirmativa IV está incorreta.
- d) Somente as afirmativas I e V estão corretas.
- e) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

22. (UNISC) Na Idade Moderna, houve intensas controvérsias entre os filósofos sobre a origem do conhecimento humano, sobre sua justificação e seus limites. Em relação a essas discussões, considere as seguintes afirmativas:

I. Locke, filósofo empirista inglês, considerou que nós estamos na posse de certas ideias inatas, tais como as de duração, tempo, número e substância.

II. Kant afirmou que todo conhecimento se origina da razão e que o papel dos sentidos é secundário até o ponto de que podemos ter conhecimentos sólidos de coisas que de nenhum modo podem ser dadas na experiência sensorial, como a alma e Deus.

III. Descartes elaborou um método para chegar à verdade nas ciências que toma como modelo as ciências matemáticas.

IV. Hume considerou que o conhecimento humano está solidamente ancorado na relação de causa e efeito, porque essa relação é objetiva e não é criada pela mente humana.

V. Para Locke, ao nascer, nossa mente está desprovida de qualquer conhecimento e o vai adquirindo só por meio do contato de nossos órgãos sensoriais com a realidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Somente a afirmativa I está incorreta.
- e) Somente as afirmativas IV e V estão incorretas.

Anotações:

Leitura complementar

RESPOSTA À PERGUNTA: O QUE É O ESCLARECIMENTO? (1784)

Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (*Aufklärung*). A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (*naturaliter maiorennis*), continuem, no entanto de bom grado, menores durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. A imensa maioria da humanidade (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes, em seguida, o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo na verdade não é tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar finalmente, depois de algumas quedas. Basta um exemplo deste tipo para tornar tímido o indivíduo e atemorizá-lo em geral para não fazer outras tentativas no futuro.

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou, antes, do abuso de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fosso, porque não está habituado a este movimento livre. Por isso são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da menoridade e empreender então uma marcha segura.”

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? In: A paz perpétua e outros opúsculos, Lisboa, Edições 70, 1990.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



• Filosofia da ciência

A filosofia da ciência é um ramo da filosofia que se dedica a **investigar os fundamentos, métodos e implicações do conhecimento científico**. Ela busca entender como a ciência funciona, quais são suas limitações e como ela se relaciona com outros campos do conhecimento.



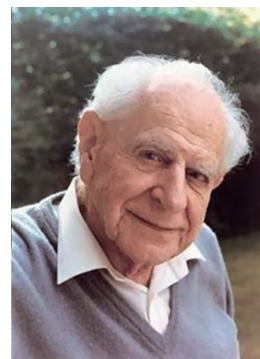
A filosofia da ciência aborda uma ampla gama de questões, incluindo:

- ▶ **Natureza da ciência:** O que define uma atividade como científica? Quais são as características distintivas da prática científica em comparação com outras formas de investigação do mundo?
- ▶ **Métodos científicos:** Quais são os métodos utilizados pelos cientistas para investigar o mundo natural? Como os cientistas formulam hipóteses, realizam experimentos, coletam dados e elaboram teorias?
- ▶ **Fundamentos do conhecimento científico:** Como fundamentar as afirmações científicas? Qual é a relação entre evidência empírica, teorias científicas e inferência lógica?
- ▶ **Realismo e antirrealismo científico:** As teorias científicas devem ser interpretadas como preventivas verdadeiras da realidade ou apenas como instrumentos úteis para prever e controlar os funcionais observáveis?
- ▶ **Desenvolvimento da ciência:** Como a ciência progride ao longo do tempo? Quais são os principais fatores que influenciam a mudança científica, como a descoberta de novos fatos, o desenvolvimento de novas teorias e a acessibilidade ou inclusão de paradigmas científicos?
- ▶ **Ética na ciência:** Quais são as responsabilidades éticas dos cientistas em relação à pesquisa, à divulgação de resultados e ao uso das descobertas científicas? Como lidar com questões como o uso de animais em experimentos, o tratamento de dados e a divulgação de resultados?

Anotações:

O falsificacionismo em Karl Popper

Proposto por Karl Popper, o falsificacionismo argumenta que uma teoria científica só pode ser considerada verdadeira se puder ser falsificada por meio da evidência empírica. Ou seja, uma teoria científica deve estar aberta à possibilidade de ser falseada por meio de observações que contradizem suas particularidades. Isso implica que uma teoria deve ser expressa de forma para permitir uma **dedução de variações observacionais específicas que, se confirmadas pela experiência, corroboram a teoria**.



Segundo Popper, a ciência avança por meio de tentativa e erro, com **teorias sendo constantemente testadas** e revisadas à luz de novas evidências. Um aspecto importante do falsificacionismo é sua ênfase na assimetria entre **verificação e falsificação**. Embora uma única observação que contradiz a observação de uma teoria possa refutá-la, nenhuma quantidade de observações que a corroborem pode prová-la definitivamente. Assim, **as teorias científicas nunca são consideradas definitivamente confirmadas**; em vez disso, são corroboradas pela ausência de refutação em um determinado momento.

As teorias quando são continuamente submetidas a testes empíricos rigorosos, e não resistem à falsificação são descartadas ou modificadas. Isso leva a um processo de aprimoramento contínuo do conhecimento científico, no qual as teorias são progressivamente refinadas à medida que são confrontadas com novas evidências.

Apesar de sua influência na filosofia da ciência, o falsificacionismo de Popper também foi objeto de críticas. Por exemplo, alguns argumentam a prática científica é mais complexa do que a visão de tentativa e erro proposta pelo falsificacionismo. No entanto, a teoria do falsificacionismo continua a ser uma contribuição significativa para a compreensão da natureza e do método da ciência.

O paradigma em Thomas Kuhn

Thomas Kuhn dinamizou a ideia de paradigmas científicos, que são **conjuntos de inclusão, valores e técnicas que guiam a prática científica em uma determinada época**. Segundo Kuhn, a ciência não progride de forma linear e cumulativa, mas sim por meio de **revoluções científicas**, onde paradigmas instalados são substituídos por novos.



A teoria da ciência de Thomas Kuhn, conhecida como "estrutura das revoluções científicas", oferece uma perspectiva inovadora sobre o desenvolvimento da ciência ao desafiar a visão tradicional de progresso científico gradual



e acumulativo. Kuhn argumenta que a história da ciência é marcada por períodos de estabilidade, chamados de “**ciência normal**”, intercalados por crises e revoluções científicas.

Os **paradigmas** orientam a pesquisa científica, definindo quais problemas são considerados relevantes, quais métodos devem ser empregados e quais resultados são interpretados como significativos. Durante períodos de ciência normal, os cientistas trabalham dentro dos limites estabelecidos pelo paradigma dominante, resolvendo quebra-cabeças dentro do quadro conceitual existente.

No entanto, Kuhn argumenta que eventualmente, surgem anomalias - observações ou experimentos que não podem ser explicados dentro do paradigma existente. Essas anomalias desafiam a integridade do paradigma e levam a uma crise na comunidade científica. Nesse estágio, surgem diferentes propostas alternativas, ou “ciências concorrentes”, que buscam resolver as anomalias de maneiras diferentes.

Uma **revolução científica ocorre quando uma dessas ciências concorrentes é capaz de ganhar acessibilidade dentro da comunidade científica e substituir o paradigma existente**. Esse processo não é puramente racional, mas também envolve fatores sociais, políticos e psicológicos. Uma mudança de paradigma não é simplesmente uma questão de adotar uma teoria mais precisa ou completa, mas requer uma mudança fundamental na maneira como os cientistas percebem e interpretam o mundo.

Após uma revolução científica, um **novo paradigma é estabelecido**, inaugurando um período de ciência normal sob novos pressupostos e orientações. No entanto, Kuhn confirma que os **paradigmas não são permanentes** e podem ser substituídos por novos paradigmas em futuras revoluções científicas.

Anotações:





» Filosofia Política

A Filosofia se lança no campo da política para pensar os desafios do convívio social e político, para compreender a lógica de regras que estão presentes nas relações políticas, para avaliar o confronto de valores dentro da esfera pública e se debruçar sobre as formas de Estado. Para isso, a Filosofia reflete acerca do poder, dos limites do poder e da natureza da justiça.

Além disso, a Filosofia política levanta questões sobre a legitimação e a justificação do Estado e do governo, sobre as relações entre sociedade, Estado e moral, e sobre as relações entre a economia e a política.

• Formas de governo

Forma de governo, ou sistema político, é o conjunto de instituições políticas por meio das quais o Estado se organiza para exercer o seu poder. Essa definição é válida até mesmo para um governo ilegítimo.

Verifiquemos, abaixo, as formas de governo e suas características.

Formas de governo	Características
Monarquia	<p>Forma de governo hereditária em que o monarca (rei ou rainha) se mantém no cargo até a morte ou a abdicação. Há preocupação com o bem comum e a harmonia social.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Monarquias absolutistas: o rei/a rainha não têm restrições em seus comandos e poderes. ▶ Monarquias constitucionais: o governante tem seus poderes restritos pela Constituição.
Oligarquia	<p>Governo comandado por um pequeno grupo de indivíduos poderosos que dividem ou não o poder de forma igualitária. Uma oligarquia não precisa ser hereditária e não tem um líder claro, mas pessoas ricas podem entrar para o grupo governamental.</p>
Aristocracia	<p>Um governo que, na teoria, é composto e controlado por pessoas mais qualificadas para tal função. Uma pessoa que comanda uma aristocracia é um aristocrata.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Segundo Aristóteles, a aristocracia é o poder confiado aos melhores cidadãos, sem distinções de nascimento ou riqueza. <p>Hoje, o termo virou sinônimo de nobreza e está relacionado à alta sociedade.</p>
Ditadura (autocracia)	<p>É um governo não democrático, ou seja, não há participação popular. A ditadura é um governo legítimo, no qual o poder se concentra em uma instância e é militarmente violento.</p> <p>Nos tempos modernos, a ditadura nasce da necessidade de atenuar uma crise do Estado que a Constituição não consegue suprir.</p>
Tirania	<p>O significado de tirania está relacionado com opressão, crueldade e abuso de poder. Considerada um governo ilegítimo (instituído de forma ilegal), a tirania é uma atuação indesejada pela população e pode ser instaurada a partir de uma revolução ou golpe de Estado.</p> <p>Geralmente, o sentido ruim de uma tirania é atribuído ao fato de haver restrições à liberdade de expressão dos indivíduos, ameaças aos opositores e abusos para manter o poder.</p>



<p>Democracia</p>	<p>É o tipo de governo mais comum no Ocidente. Nas democracias, as pessoas podem ter participação política, votar e eleger seus representantes.</p> <p>Os partidos políticos são organizações de pessoas com ideias similares sobre como o país deve ser governado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Democracia direta: o povo expressa, sem intermediários, a sua vontade por meio do voto em cada assunto particular. ▶ Democracia representativa: o povo expressa sua vontade mediante a eleição de representantes que tomam as decisões em nome da população. <p>O voto pode ser obrigatório (como no Brasil) ou facultativo (como nos EUA).</p>
<p>República</p>	<p>É uma forma de governo na qual o chefe de Estado, ou Presidente da República, é eleito pelo povo pelo voto livre e secreto.</p> <p>A principal característica da República é estabelecer a justiça e o bem-estar comum.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Parlamentarismo: as decisões são influenciadas pelo parlamento, que é responsável por indicar um chefe de governo, primeiro ministro ou chanceler (no caso da Alemanha). ▶ Presidencialismo: o presidente e seus ministros compõem o Poder Executivo, os deputados federais e senadores compõem o Poder Legislativo, e os juizes e magistrados compõem o Poder Judiciário. Os três poderes devem controlar uns aos outros de forma equilibrada.
<p>Anarquia</p>	<p>Anarquismo tem origem grega na palavra <i>anarkhia</i>, que significa “sem governador”, ou seja, uma forma de sociedade sem Estado.</p> <p>Muitos pensam que do anarquismo deriva o caos, mas, para os anarquistas, não há ausência de ordem, pois a Anarquia significa uma ausência de coerção, a supressão de todas as formas de dominação e opressão vigentes na sociedade moderna, dando lugar a uma comunidade mais fraterna e igualitária, fruto de um esforço individual a partir de um árduo trabalho de conscientização.</p>

O Estado Ideal em Platão

Segundo Platão (428/427-348/347 a.C.), o Estado se forma pela necessidade do homem de viver em sociedade e de uns precisarem dos outros. No Estado, tudo gira em torno do coletivo e do bem comum – mas esse Estado descrito por Platão é um Estado Ideal, regido pela Ética.

Por que Platão propôs um Estado Ideal? Para o filósofo, o Estado real tende a ser corrupto porque o interesse particular sobressai ao interesse da coletividade. Essa corrupção é gerada pelo egoísmo que era transmitido dentro das famílias. Por isso, Platão acreditava que as crianças deveriam ser educadas por filósofos para adquirirem as normas da justiça e se tornarem honrosas.

A justiça é um direito anterior a todos os outros direitos, ela precede a política. Os males do mundo só terão fim com o retorno do homem justo.

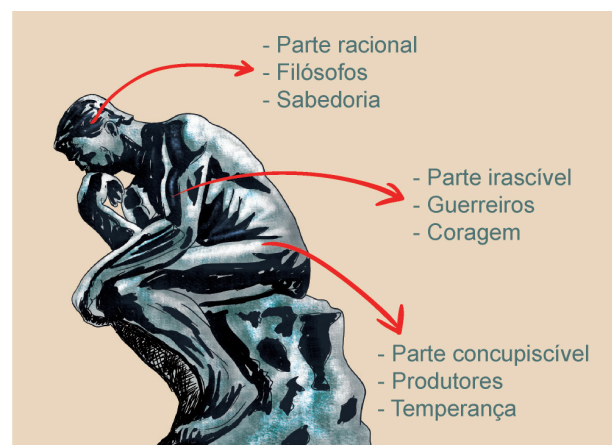
TRÊS PARTES DA ALMA – TRÊS CLASSES SOCIAIS

Para Platão, o homem tem uma alma que pode ser dividida em três partes: a parte racional, localizada na cabeça; a parte irascível, localizada no peito; e a parte concupiscível, localizada no ventre. Cada um desenvolve naturalmente uma dessas partes da alma por meio da educação que o Estado proporciona.

Aqueles que desenvolvem a parte racional formam a classe dos filósofos, a quem, por serem mais sábios, cabe

dirigir a República. Os guerreiros desenvolvem a parte irascível da alma, que tem como virtude a coragem, e, por isso, devem defender a República. Por fim, a classe dos produtores/trabalhadores é formada pelos indivíduos que desenvolvem a parte concupiscível e que são mais temperantes ou moderados na questão de consumo de alimentos e bebidas.

- ▶ **Filósofos:** são aqueles que contemplam o mundo das ideias, conhecem a realidade das coisas, a ordem ideal do mundo e, portanto, estão aptos a orientar racionalmente o homem e a sociedade.
- ▶ **Guerreiros:** cabe a eles a defesa interna e externa do Estado; representam a força a serviço do direito e da justiça.
- ▶ **Produtores:** são aqueles que cuidam da conservação da economia, da moral e da integridade física do Estado.



Platão é contra a democracia por crer que é o governo dos inaptos. Ele defende uma **sofocracia**, ou seja, o governo dos sábios. A sofocracia também pode ser entendida como uma **aristocracia**, o governo daqueles que são melhores por natureza (governo dos mais virtuosos). A educação é a única forma de impulsionar a sociedade para o Estado Ideal, pois somente o homem justo e virtuoso é capaz de criar um Estado perfeito.

Não há mobilidade social no Estado Ideal, pois cada indivíduo tem uma função a ser desenvolvida de acordo com a tendência de sua alma. Na verdade, o estado de Platão é um reflexo ampliado da alma humana, pois é formado a partir da vida interior do homem.

O Naturalismo Político em Aristóteles

Na Grécia Antiga, o homem político era o cidadão, ou seja, aquele que podia participar das reuniões na ágora e opinar por ser homem, grego e maior de 21 anos de idade. A **cidadania** aristotélica seria mais uma condição para a participação política na *pólis*. Porém, o número de indivíduos considerados cidadãos era irrisório em oposição à totalidade da população. Mulheres, escravos, estrangeiros, entre outros, não eram entendidos como cidadãos, logo não participavam das assembleias e não tinham o poder de resolver questões da cidade. Aristóteles (384-322 a.C.) considerava cidadão pleno aquele que não precisava se ocupar do trabalho material, do campo das necessidades, ou seja, que tinha tempo ocioso disponível.

► **Naturalismo Político:** Aristóteles afirmou que o homem é um animal social e político. Isso significa dizer que a sociedade se forma naturalmente, pois faz parte da natureza humana viver com seus semelhantes. A linguagem é um outro fator que ajuda o homem na composição da estrutura social e política na qual ele vive.

JUSTIÇA ARISTOTÉLICA

► **Justiça como virtude:** a justiça como virtude particular é uma virtude entre outras, entretanto, é a maior das virtudes, pois ela visa ao bem do outro, relaciona-se com o próximo. Disse Aristóteles, no livro *Ética à Nicômaco*: "a justiça é a forma perfeita de excelência moral porque ela é a prática efetiva da excelência moral perfeita. Ela é perfeita porque as pessoas que possuem o sentimento de justiça podem praticá-la não somente a si mesmas como também em relação ao próximo". A justiça, como virtude do desejar adequadamente, é excelência do homem que não deseja nem mais nem menos do que a parte que lhe cabe, enquanto o iníquo quer demais do que é bom e de menos do que é mau.

► **Justiça distributiva:** se dá pela divisão dos bens e dos recursos comuns de acordo com o respectivo mérito individual. A igualdade é observada de forma proporcional, ou seja, considera-se a situação das pessoas, repartem-se os benefícios de acordo com o seu mérito. Por exemplo: em dadas situações, uma pessoa pobre necessita de coi-

sas que uma outra pessoa não necessita, talvez por já ter acesso às coisas que a pessoa pobre não tem. Ou, pensando em algo mais simples, uma mãe pode servir o prato de almoço dos seus filhos de forma diferente, de acordo com a idade e com a necessidade de cada um deles. A ideia que envolve a justiça distributiva é a de que devemos tratar os desiguais desigualmente.

► **Justiça corretiva:** é diferente da justiça distributiva, pois desempenha um papel de igualdade nas relações entre as pessoas. Essas relações podem ser voluntárias (como no caso de venda, compra, empréstimo, etc.) ou involuntárias (como no caso de furto, roubo, assassinato, adultério, etc.). Para a aplicação desse tipo de justiça é necessária a presença de um juiz, que será o mediador do processo.

Em resumo, a palavra "injusto" é usada para se referir a quem transgredir a lei, a quem quer mais do que é devido e a quem é iníquo. Justo é quem observa a lei e quem respeita a igualdade.

O BOM GOVERNO



O objetivo da política é descobrir a maneira de viver que leva à felicidade humana e verificar quais formas de governo seriam capazes de a assegurar.

As relações sociais são tratadas pela Ética, enquanto as boas formas de governo se obtêm a partir do estudo político das constituições das cidades-Estados.

Para Aristóteles, há três formas boas ou puras de governo e três formas ruins ou deturpadas de governo:



Formas puras	Formas deturpadas
Monarquia: governo de um só homem, de caráter hereditário ou perpétuo, que visa ao bem comum a partir da obediência às leis e às tradições.	Tirania: governo de um só homem que governa pela intimidação e pela violência, infringindo leis e tradições.
Aristocracia: governo dos melhores homens da república, selecionados pelo consenso dos cidadãos, que buscam o bem da coletividade.	Oligarquia: governo de um grupo economicamente poderoso que rege a cidade, favorecendo o próprio grupo.
Politeia (politia) ou República: governo do povo, da maioria, que exerce o respeito às leis e que beneficia todos os cidadãos indistintamente, sem discriminação.	Democracia: governo do povo, da maioria, que exerce o poder dando preferência aos pobres, transformando-se, dessa forma, em demagogia.

Para Aristóteles, a melhor forma de governo é a politeia, pois é o governo no qual a classe média é mais numerosa e isso faz com que não ocorram conspirações e revoltas, mantendo a sociedade estável. É um governo e uma sociedade baseados na mediania, em que há uma atenuação dos conflitos entre ricos e pobres. Esse governo pode ser definido como **timocracia** (*timo* = honra), na qual o poder político seria exercido pelos cidadãos proprietários de algum patrimônio e que governariam para o bem comum.

APOIO AO TEXTO

1. “Toda cidade [*pólis*], portanto, existe naturalmente, da mesma forma que as primeiras comunidades; aquela é o estágio final destas, pois a natureza de uma coisa é seu estágio final. (...) Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade”.

ARISTÓTELES. Política. 3ª ed. Trad. Mário da Gama Kuri. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

De acordo com o texto de Aristóteles, é correto afirmar que a *pólis*:

- I. é instituída por uma convenção entre os homens.
- II. existe por natureza e é da natureza humana buscar a vida em sociedade.
- III. é fundada na razão, que estabelece as leis que a ordenam.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

2. “Uma vez que constituição significa o mesmo que governo, e o governo é o poder supremo em uma cidade, e o mando pode estar nas mãos de uma única pessoa, ou de poucas pessoas, ou da maioria, nos casos em que esta única pessoa, ou as poucas pessoas, ou a maioria, governam tendo em vista o bem comum, estas constituições devem ser forçosamente as corretas; ao contrário, constituem desvios os casos em que o governo é exercido com vistas ao próprio interesse da única pessoa, ou das poucas pessoas, ou da maioria, pois ou se deve dizer que os cidadãos não participam do governo da cidade, ou é necessário que eles realmente participem”.

ARISTÓTELES. Política.

Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre as formas de governo em Aristóteles, analise as afirmativas a seguir e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () A democracia é uma forma de governo reta, ou seja, um governo que prioriza o exercício do poder em benefício do interesse comum.
- () A democracia faz parte das formas degeneradas de governo, entre as quais se destacam a tirania e a oligarquia.
- () A democracia é uma forma de governo que desconsidera o bem de todos; antes, porém, visa favorecer indevidamente os interesses dos mais pobres, reduzindo-se, desse modo, a uma acepção demagógica.
- () A democracia é a forma de governo mais conveniente para as cidades gregas, justamente porque realiza o bem do Estado, que é o bem comum.

A sequência correta é:

- a) V - V - F - F
- b) V - V - V - F
- c) F - F - V - F
- d) F - V - V - F
- e) F - V - V - V

3. Sobre a sociedade ideal de Platão, é correto afirmar que:

- a) nela todos satisfazem suas necessidades mínimas, e inexistem funções como as de governantes, legisladores e juizes.
- b) é governada pelos filósofos, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores econômicos, todos cumprindo sua função própria.
- c) seus habitantes desejam a posse ilimitada de riquezas, como terras e metais preciosos.
- d) ela tem como principal objetivo fazer a guerra com seus vizinhos para ampliar suas posses mediante a conquista.
- e) ela ambiciona o luxo desmedido e está cheia de objetos supérfluos, como perfumes, incensos, iguarias, guloseimas, ouro, marfim, etc.



4. (UFSM) "... os traços pelos quais a democracia é considerada forma boa de governo são essencialmente os seguintes: é um governo não a favor dos poucos, mas dos muitos; a lei é igual para todos, tanto para os ricos quanto para os pobres e portanto é um governo de leis, escritas ou não escritas, e não de homens; a liberdade é respeitada seja na vida privada, seja na vida pública, onde vale não o fato de se pertencer a este ou àquele partido mas o mérito."

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 141.

Com base no texto, considere as seguintes afirmativas sobre os direitos fundamentais da democracia grega.

I. Todos os cidadãos submetem-se a uma elite, formada pelos ricos, que governa privilegiando seus interesses particulares.

II. Todos os cidadãos possuem os mesmos direitos e devem ser tratados da mesma maneira, perante as leis e os costumes da *pólis*.

III. Todo cidadão tem a liberdade de expor, na assembleia, seus interesses e suas opiniões, discutindo-os com os outros.

IV. Todo cidadão deve pertencer a um partido para que suas opiniões sejam respeitadas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e IV são corretas.
- e) Apenas as afirmativas III e IV são corretas.

5. (UFSM) À medida que o uso da internet se populariza, o acesso que as pessoas têm a fontes de informação se amplia. Um dos efeitos disso é que hoje há maior facilidade para controlar as ações dos representantes políticos eleitos pela população (vereadores, deputados, etc.). Alguns filósofos especulam que, no futuro, com a intensificação do uso da internet, pode-se vir a adotar formas de democracia direta, ao menos em alguns domínios ou em alguns assuntos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Na democracia representativa, os representantes eleitos expressam a vontade direta dos indivíduos, consultando-os sobre cada questão a ser votada.
- b) Na democracia direta, os representantes da população são eleitos pelo voto popular.
- c) Na democracia direta, os representantes da população tomam suas decisões autonomamente.
- d) Na democracia representativa, cada pessoa manifesta a sua vontade individualmente e age sem intermediários.
- e) Na democracia direta, cada pessoa manifesta a sua vontade individualmente e não age por meio de representantes.

6. (UFSM) Na cultura política do Ocidente, os regimes, do ponto de vista do seu princípio, são definidos pelo número daqueles que estão no comando. De acordo com essa afirmação, observe:

- 1. governo de um só;
- 2. governo de alguns;
- 3. governo de muitos;
- 4. governo de ninguém.

Os números 1, 2, 3 e 4 correspondem, respectivamente, à:

- a) Autocracia - Aristocracia - Democracia - Anarquia
- b) Monarquia - Aristocracia - Democracia - Demagogia
- c) Monarquia - Oligarquia - Poliarquia - Anarquia
- d) Democracia - Poliarquia - Anarquia - Oligarquia
- e) Oligarquia - Democracia - Anarquia - Poliarquia

7. (UFSM) Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmações a seguir sobre o modelo de cidade ideal apresentado por Platão na obra *A República*.

() Os agricultores, os artesãos e os comerciantes ocupam-se das funções mais nobres na sociedade.

() Platão defende a democracia.

() Na cidade ideal de Platão, não há mobilidade social.

A sequência correta é:

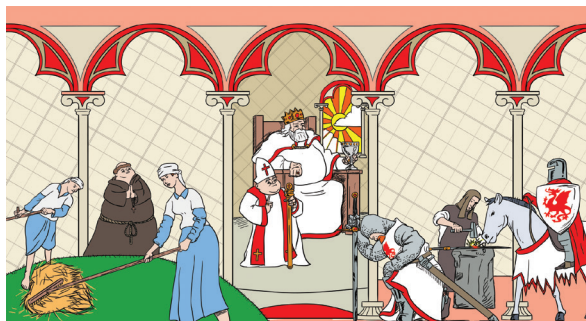
- a) F - F - V
- b) F - V - V
- c) V - F - F
- d) F - V - F
- e) V - V - V

Anotações:



Estado medieval

A sociedade medieval, muito diferente daquela do período greco-romano, era rigidamente hierarquizada e marcada pela fé em Deus e pelo controle da Igreja. O poder político era descentralizado, pois estava nas mãos de inúmeros senhores de terra, e a mobilidade social praticamente não existia.



Alguns historiadores dividem essa sociedade em três classes: a do clero, a dos guerreiros e a dos camponeses. O clero era responsável pela salvação espiritual de todos, os guerreiros, pela segurança, e os servos, pelo trabalho nos feudos.

A POLÍTICA EM SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho não rejeita nem prefere nenhum regime político. Para ele, o importante é que quem está no poder governe segundo os princípios da ética, da moralidade e da justiça e contribua para a felicidade do povo. Mantendo a justiça e a religião, todos os regimes políticos são válidos.

A teoria das duas cidades, a “cidade de Deus” e a “cidade terrestre”, explicitada na ideia da “luta de duas espadas”, influenciou o pensamento medieval. Há a espada espiritual, que é usada pela própria Igreja, e a espada material, que deve ser usada em favor da Igreja. Uma está na mão do padre, e a outra, na mão do guerreiro, sob a ordem do padre. A teoria mostra a superioridade do poder espiritual sobre o material, o que gerou conflitos entre reis e papas na época.

O PENSAMENTO POLÍTICO DE TOMÁS DE AQUINO

Tomás de Aquino retoma aquilo que considerou essencial na ética aristotélica e acabou dando grande ênfase ao que chamamos de justiça política e que ele denomina justiça legal. Essa justiça é aquela que visa ao bem comum a partir do conjunto de ações do cidadão.

O filósofo trouxe a definição da noção de direito que chamou de “estado de direito”, em que direito é aquilo que é justo, conveniente e devido, que é ordenado pela lei ou decorrente de contrato. A origem do Estado está na própria natureza humana, que necessita de um governo pois uma sociedade sem uma autoridade que busque o bem comum não é subsistente.

Assim, Aquino justifica a monarquia, pois a natureza humana tende a uma unidade.

O governo, segundo Tomás de Aquino, deve conduzir as coisas aos fins devidos, de forma constitucional, para assegurar a paz e a justiça.

A política em Maquiavel

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi o primeiro a discutir política e os fenômenos sociais nos seus próprios termos sem ter como recurso a ética e a jurisprudência. Vivendo na época de retomada do humanismo, Maquiavel e outros pensadores defenderam a liberdade republicana contra o poder político teológico.



Nicolau Maquiavel.

Na sua obra *O Príncipe*, o filósofo construiu uma espécie de manual político para governantes que almejassem manter o poder e ampliar suas conquistas. Nas passagens da obra, o governante poderia aprender como planejar seus atos para manter a estabilidade do Estado, uma vez que Maquiavel mostrava isso a partir da descrição de vitórias e derrotas de outros reis do passado.

Realismo político

SEPARAÇÃO IGREJA E ESTADO

Para Maquiavel, quem governa o Estado deve lutar para assegurar duas coisas: (1) a sua própria glória e (2) o sucesso do Estado. Por isso, o governante não pode ser limitado pela moralidade. O âmbito político tem sua própria moral e ela se difere da moral cristã, que é vista como fraca e imprópria para uma cidade sólida.

As ações do príncipe não deveriam ser guiadas pela moral cristã, porque a esfera política teria autonomia, construindo suas próprias regras. Dessa forma, dentro da política são **valores pragmáticos** que guiarão a ação do governante, enquanto fora da política, na vida particular, as ações poderão ser guiadas por valores deontológicos, por exemplo. É como se, dentro da política, qualquer caminho serve para se alcançar um objetivo, sendo esse caminho moralmente correto ou não.

Moral Política

- ▶ Meios ruins podem levar a fins bons.
- ▶ Há certos meios que devem ser evitados para o Príncipe não ficar exposto a ameaças futuras.
- ▶ Os fins justificam os meios.

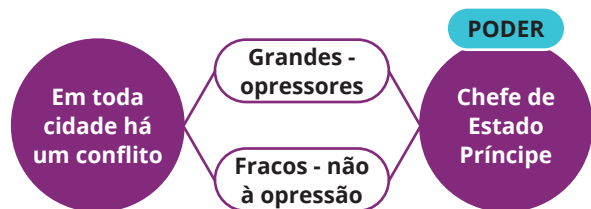
Moral Cristã / Individual

- ▶ Somente são aceitos meios bons para fins bons;
- ▶ Os fins não justificam os meios.



A CIDADE EM MAQUIAVEL

A sociedade é composta por dois pólos antagônicos: o desejo de opressão e o desejo de não sofrer a opressão. Esses desejos contrários acabam gerando conflito dentro da cidade e é preciso amenizar ou tentar solucionar esse conflito dando o poder a um chefe de estado.



A única coisa que verdadeiramente interessa para a conquista e a manutenção do poder é a **conveniência entre a crueldade e a bondade**; o político bem sucedido sabe o que fazer ou o que dizer em cada situação. Porém, o príncipe só manteria o poder consigo se ele desenvolvesse algumas características importantes.

CARACTERÍSTICAS DO PRÍNCIPE

- ▶ **Parecer ter virtudes:** o importante para Maquiavel não é ser “bom”, mas “parecer bom” em certas circunstâncias em que isso funcionará. O príncipe deve saber disfarçar sua índole e ser hipócrita e dissimulado.
- ▶ O príncipe deve cumprir seus compromissos e honrar suas palavras.
- ▶ As crueldades devem ser feitas todas de uma vez, para serem menos sentidas. Os benefícios devem ser feitos um de cada vez, pois serão melhor apreciados. Assim, o príncipe não deve se importar com sua fama de cruel, desde que mantenha seus súditos unidos e leais.
- ▶ **Ser temido ou ser amado?** Para Maquiavel, o bom seria ser os dois, mas, como isso não é possível, é melhor ser temido do que amado, porque os homens ofendem mais aqueles que amam do que aqueles que temem. Esse temor vem do medo da punição que o príncipe aplica em quem causar desordem na sociedade.
- ▶ **Atuar como raposa e leão:** o príncipe deve ser perspicaz e reconhecer armadilhas como a raposa, além de ser forte e ameaçador como o leão. Entretanto, não é bom ser sempre como o leão, pois a força bruta poderá fazer com que caia em armadilhas, nem também ser sempre como a raposa, já que, para se manter em segurança, é preciso força.
- ▶ **Ser estimado:** para isso, o príncipe precisa realizar grandes empreendimentos, dar exemplos notáveis, divertir o povo com festividades, estar presente em assembleias, etc.
- ▶ Deve saber ouvir seus conselheiros para tomar as melhores decisões.

▶ **Aprender com a história:** o príncipe deve estudar e analisar as conquistas e as derrotas dos governantes ao longo da história, aprendendo o que deve ou não ser seguido.

▶ **Virtù:** está relacionada à virtude, à capacidade de manter o poder e perceber o jogo político. Um príncipe com *virtù* é aquele que faz grandes obras e provoca mudanças na história.

O bom rei/príncipe é dotado de *virtù* e fortuna, sabendo bem como articulá-las.

▶ **Visão da fortuna:** trata-se da sorte, do acaso, da condição dada pelas circunstâncias da vida. Um príncipe não deve contar com a sorte; ele deve ser precavido e ousado e se ajustar às situações que poderão surgir, não deixando escapar oportunidades.

Maquiavel é considerado imoral por não seguir a moral cristã, mas o ponto de seu pensamento é a ação política ser colocada em primeiro plano como uma área de atuação autônoma. E o filósofo deixou claro que o príncipe não deve esconder que quer se manter no poder nem esconder seus defeitos, se isso for indispensável para a manutenção do bem do Estado.

BOM GOVERNO E GOVERNO LEGÍTIMO

O governo só é legítimo se for herdado pelo sangue ou conquistado pela guerra. Os governos hereditários encontram mais aceitabilidade, por já serem vistos como de família e, sendo assim, tendo direito ao poder. Já os governos conquistados precisam de apoio para poderem se manter no lugar conquistado.

O bom governo é uma república em forma de principado, não podendo ser tirania ou despotismo (poder isolado, arbitrário e absoluto de um déspota).

Anotações:



APOIO AO TEXTO

8. Segundo *O príncipe*, de Maquiavel, toda cidade está dividida em dois desejos opostos:

- o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado.
- o desejo do povo de ser bem guiado e o desejo dos grandes de ser um bom pastor para o povo.
- o desejo do povo por um herói que os salve e a falta de vontade dos grandes de serem heróis do povo.
- o desejo dos grandes em oprimir e comandar e o desejo do povo de participar um dia dessa opressão.
- o desejo dos grandes governarem e não oprimirem os fracos, e o desejo dos fracos de participarem do governo.

9. Um príncipe não deve ter outro fito ou outro pensamento, nem cultivar outra arte, a não ser a da guerra, juntamente com as regras e a disciplina que ela requer; porque só essa arte se espera de quem manda, e é tão útil que, ao conservar no poder os príncipes de nascimento, com frequência eleva a tal altura simples cidadãos. Em contraste, os príncipes que cultivaram mais das delícias da vida do que das armas perderam os seus Estados. E como o desprezo da arte da guerra determina essa perda, assim o estar nela bem adestrado determina aquela ascensão.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. In: Weffort, Francisco (org.). *Os Clássicos da política*. São Paulo, Ática, 2006. V. 1.

A passagem citada do filósofo Maquiavel revela que, em sua concepção:

- o sucesso na condução dos negócios políticos obedece a critérios primordialmente pragmáticos.
- o exercício da política pelo príncipe é regido por valores universalistas, transcendentes à práxis.
- a manutenção do governante no poder é menos importante do que os valores éticos que conduzem sua atuação.

Está(ão) correta(s):

- todas as afirmações.
- apenas I.
- apenas II.
- I e II.
- I e III.

Anotações:

10. O pensamento político medieval foi marcado pelas relações conflituosas entre a Igreja e os governantes seculares. Tendo em vista as teorias teológico-políticas da Idade Média, que divergem quanto à delimitação de soberania do poder espiritual e terreno, é correto dizer que:

- o governante não representa Deus perante os governados.
- a ordem política e social é uma hierarquia de funções e lugares fixos, na qual o papa é o regente subalterno do rei.
- a finalidade do poder político é estritamente espiritual para Santo Agostinho e a patrística latina.
- o rei e o papa são soberanos nos seus respectivos domínios, o temporal e o espiritual, segundo a "teoria das duas espadas".
- o rei deve possuir somente a preocupação com a salvação espiritual dos súditos.

11. (UFSM) "Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessam, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca serviram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar."

O Príncipe, de Maquiavel.

Nessa passagem, Maquiavel mostra que o domínio das ações humanas, no qual está incluída a política, deve ser concebido sob uma perspectiva realista. Sobre essa maneira de conceber a política, é possível afirmar:

- a política deve sempre ser pensada a partir de modelos ideais e da busca de soluções definitivas.
- a política deve valorizar as experiências e os acontecimentos.
- concebe-se que a política deve se regular pelo modo como vivemos e não como deveríamos viver.
- defende-se que a política deve ser orientada por valores universais e crenças sobre como deveria ser a vida em sociedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- I e II apenas.
- I, II e III apenas.
- II e III apenas.
- III e IV apenas.
- IV apenas.



12. UFSM) Em sua obra *A República*, Platão defende o uso da mentira na política e afirma que os governantes têm o direito de não dizer a verdade para os cidadãos. “Se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade, em virtude dos inimigos ou dos cidadãos”, escreveu o filósofo grego, com uma ressalva: “A todas as demais pessoas não é lícito esse recurso”.

“Somos todos mentirosos”, de Stefan Gan - Revista Superinteressante.

Considere as seguintes declarações a respeito desse texto.

I. A defesa da mentira na política é um exemplo de aplicação de um modelo consequencialista de reflexão ética.

II. É lícito uma pessoa dizer uma mentira em uma dada situação, e não é lícito a ela dizer uma mentira em uma outra situação.

III. Maquiavel, a exemplo de Platão, separa, em alguns casos, a esfera política da esfera moral.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas III.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

13. (UFSM) O renascentista Nicolau Maquiavel escreveu em *O Príncipe* que “em todas as cidades se pode encontrar esses dois partidos antagônicos que nascem do desejo popular de evitar a opressão dos poderosos, e da tendência destes últimos para comandar e oprimir o povo”. De acordo com a passagem citada, é correto afirmar:

I. as cidades não são comunidades homogêneas desprovidas de antagonismos e conflitos cuja origem é o desejo de não ser oprimido e a tendência à opressão.

II. o governante deve decidir por uma das tendências.

III. quem governa não deve considerar antagonismos e conflitos.

IV. “evitar a opressão” e “comandar e oprimir” são desejos e tendências que fazem parte da cidade.

Estão corretas:

- a) apenas I e III.
- b) apenas I e IV.
- c) apenas II e III.
- d) apenas II e IV.
- e) apenas III e IV.

Anotações:

Contratualismo

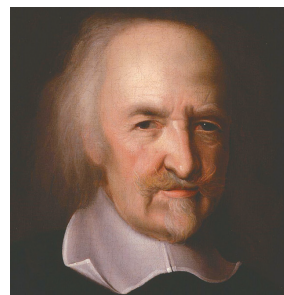
O Contratualismo surgiu entre os séculos XVII e XVIII, buscando uma explicação para os motivos que levavam as pessoas a formar governos e a manter a ordem social por meio de leis e contratos.

Em Filosofia, os contratualistas são pensadores políticos que partem da ideia de que, nos primórdios da humanidade, o ser humano vivia em um Estado de Natureza, no qual não havia Estado e leis. Entretanto, em um determinado momento da história, os homens decidiram criar o chamado Estado Civil mediante um Contrato Social que organizaria a sociedade, criando leis e instituições.

As consequências do Contratualismo foram as influências de suas teorias nas Revoluções Liberais (Francesa e Americana). Essas revoluções deram início ao nascimento do Estado Moderno de Direito e estruturaram as sociedades atuais.

THOMAS HOBBS

Hobbes (1588-1679) foi um filósofo e cientista político inglês, que, embora tenha nascido em família pobre, conviveu com a nobreza e escreveu, em seu livro *O Leviatã* (1651), sobre a estrutura da sociedade organizada.



Thomas Hobbes.

John Michael Wright (1617-1694) National Portrait Gallery, Londres

Estado de Natureza

- ▶ O homem é mau por natureza.
- ▶ Direitos naturais de liberdade e vida.
- ▶ Os indivíduos vivem isolados e em luta permanente.
- ▶ Guerra de todos contra todos.
- ▶ Conflito e competição nesse estado de natureza geram o medo.
- ▶ A lei aqui é a força do mais forte (autopreservação).
- ▶ O homem tem desejo de acabar com a guerra e, por isso, forma sociedades entrando em um contrato social (acordo).

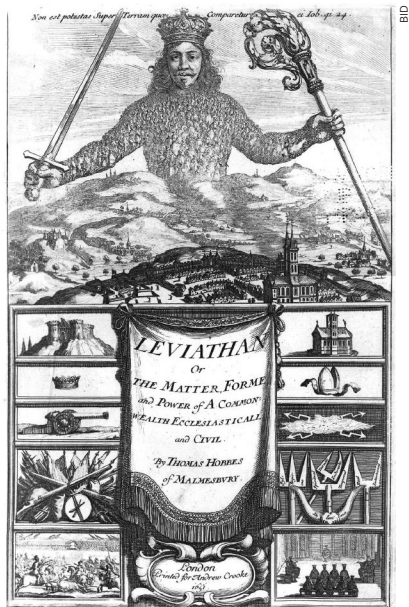
Contrato Social

- ▶ Uma autoridade soberana é eleita.
- ▶ Os homens entram em uma espécie de corpo político, ou seja, o Estado.
- ▶ O contrato é feito entre os iguais, ou seja, o povo.
- ▶ O soberano deve ser o Leviatã, ou seja, uma autoridade inquestionável.
- ▶ A autoridade deve assegurar a paz e a segurança.
- ▶ O direito à vida é mantido, mas o direito à liberdade se perde, pois a paz só é vivida quando os homens se submetem a um poder absoluto e centralizado.



Estado Civil

- ▶ Defesa de um estado absolutista.
- ▶ A soberania pertence ao Estado, cujo símbolo são a espada e a lei.
- ▶ O poder está no soberano, que pode ser um monarca, um rei, um grupo de indivíduos, uma assembleia.
- ▶ A liberdade do súdito é proteger sua própria vida, inclusive contra o soberano, pois isso é um direito natural.



Capa do livro *O Leviatã*.

APOIO AO TEXTO

14. Com base no pensamento político de Thomas Hobbes, assinale o que for correto.

- a) O estado de natureza não se confunde com o estado de guerra, pois este é apenas circunstancial, ao passo que o estado de natureza é uma condição da existência humana.
- b) No estado de natureza, os homens estão sendo guiados por leis instituídas.
- c) O direito dos homens a todas as coisas não tem como consequência necessária a guerra de todos contra todos.
- d) A origem do poder nada tem a ver com as noções de estado de guerra e estado de natureza.
- e) Hobbes mostra que, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado civil.

Anotações:

15. "A partir disso, fica manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum para mantê-los todos em respeitoso temor, eles estão naquela condição que é chamada de guerra, e uma guerra tal que é de todos os homens contra todos os homens. [...]"

HOBBS, Thomas. *O Leviatã* apud BONJOUR, L.; BAKER, A. *Filosofia: textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

É possível afirmar, sobre a filosofia política de Thomas Hobbes, que:

I. o estado descrito por Hobbes é o conhecido "estado de natureza".

II. no estado de natureza, também conhecido como estado de guerra de todos contra todos, os homens vivem de acordo com o instinto de sobrevivência.

III. o estado de guerra de todos contra todos é um estado em que não há noções de justiça ou injustiça.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

16. Sobre a teoria política de Hobbes, assinale as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O poder comum é originário de um pacto recíproco e consensual entre o soberano a ser instituído e uma multidão de indivíduos que pactuam, reciprocamente, cada um com cada um, a transferência de direitos naturais e deveres civis, com a finalidade de garantir a paz e segurança de todos no Estado.

() Na instituição do poder soberano, os pactuantes autorizam todos os atos e as decisões tomadas pelo soberano instituído, como se fossem seus próprios atos e suas próprias decisões, com a finalidade de, no Estado, viverem em paz, concórdia e segurança.

() A essência do Estado consiste na transferência, por parte de uma grande multidão, mediante pactos recíprocos, cada um com cada um, de direitos e liberdades naturais, para um soberano, com poder absoluto, intransferível e ilimitado.

() A instituição do poder soberano tem sua origem e fundamento no simples consentimento estabelecido entre uma multidão de indivíduos que pactuam, cada um com cada um, na transferência de uma parcela de seus direitos e liberdades civis.

() A saída do estado de natureza se dá mediante um pacto, ou seja, artificialmente. Para tornar-se constante e duradouro, é necessária a instituição de um poder comum que mantenha todos em respeito e dirija as suas ações no sentido do benefício comum.



17. (UFSM) Décadas atrás os produtores rurais e o governo de lá [bacia hidrográfica do Rio Murray-Darling, na Austrália] dividiram as águas entre os usuários humanos – produtores de uva, trigo e criadores de ovelhas – de uma forma sofisticada, baseada em equidade e aspectos econômicos.

Scientific American Brasil, setembro de 2008, p. 63.

Considere as seguintes afirmações sobre o texto.

I. O procedimento descrito é um exemplo de presença de um Estado liberal.

II. A equidade é uma forma de justiça.

III. O procedimento descrito caracteriza um contexto de estado de natureza, segundo a concepção de Hobbes.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

JOHN LOCKE

John Locke (1632-1704) foi um importante filósofo inglês. É considerado um dos líderes da doutrina filosófica conhecida como empirismo e um dos ideólogos do liberalismo e do iluminismo. No *Primeiro Tratado sobre o Governo Civil*, Locke faz uma crítica à tradição que afirmava o direito divino dos reis, afirmando que a vida política é uma criação humana e não tem relação com questões divinas. No *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, expõe sua teoria do Estado liberal e da propriedade privada.



John Locke.

BIB

Estado de Natureza

- ▶ Os homens não estão subordinados a nenhum tipo de governo.
- ▶ O homem é livre não para fazer aquilo que convém, mas aquilo que a lei natural não proíbe.
- ▶ Direito natural à igualdade, à liberdade e à propriedade.
- ▶ O interesse pessoal é um problema para o estado de natureza, pois é preciso visar ao bem-estar para preservar o direito à propriedade.
- ▶ Como todos têm direito à propriedade, ocorrerá um conflito pela posse no estado de natureza.

Contrato Social

- ▶ O trabalho legitima a posse de terra.
- ▶ Leis, juiz e força.
- ▶ Acordo feito entre indivíduos reunidos para empregar sua força na execução de leis naturais, renunciando executá-las pela mão de cada um, ou seja, de forma individual.
- ▶ O poder dos governantes seria outorgado pelos participantes do pacto em condições de instalar a forma de governo que julgassem conveniente.
- ▶ Caso haja abuso de autoridade, há direito de se fazer uma revolução, pois aqueles que governam também estão submetidos às leis.
- ▶ Leis aprovadas por mútuo consentimento.

Aspectos do fundamento constitucional:

1. Governo pelo consentimento;
2. Governo limitado (poder concedido);
3. Supremacia da lei;
4. Separação dos poderes (depois divididos por Montesquieu);
5. Direito à revolução (força coletiva para implementação das leis naturais).

Estado Civil

- ▶ O Estado Liberal se apresenta como uma república constituída de três poderes: Executivo (serviços públicos), Legislativo (parlamento – leis) e Judiciário (aplicação das leis).
- ▶ Os direitos naturais são mantidos: liberdade econômica, igualdade perante a lei e propriedade privada.
- ▶ É uma democracia com caráter republicano.
- ▶ Há três funções do Estado Liberal:
 1. garantir o direito natural sem interferência na economia da propriedade privada, pois cada proprietário faz suas regras de acordo com o mercado – liberdade econômica dos proprietários;
 2. garantir as relações sociais entre os cidadãos da sociedade civil – amenizar conflitos;
 3. legislar, permitir ou proibir tudo o que diz respeito à esfera pública de cada indivíduo – mas o estado não tem esse direito sobre a esfera privada – liberdade de pensamento.

Anotações:



////// APOIO AO TEXTO //////////////

18. Sobre o pensamento político de Locke, analise as afirmativas em verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () No estado de natureza, os homens usufruem plenamente, e com absoluta segurança, dos direitos naturais.
- () O objetivo principal da união dos homens em comunidade, colocando-se sob o governo, é a preservação da "propriedade".
- () No estado de natureza, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens.
- () Os homens entram em sociedade, abandonando a igualdade, a liberdade e o poder executivo que tinham no estado de natureza, apenas com a intenção de melhor preservar a propriedade.
- () No estado de natureza, há um juiz conhecido e imparcial para resolver quaisquer controvérsias entre os homens, de acordo com a lei estabelecida.

19. Sobre o tema da liberdade em Locke, considere as seguintes afirmativas:

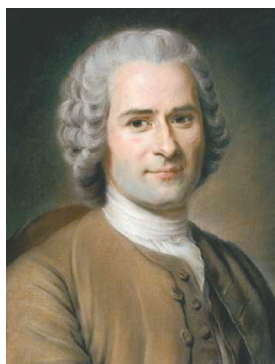
- I. No estado civil, as pessoas são livres porque inexistem qualquer regra que limite sua ação.
- II. No estado pré-civil, a liberdade das pessoas está limitada pela lei da natureza.
- III. No estado civil, a liberdade das pessoas edifica-se nas leis estabelecidas pelo conjunto dos membros dessa sociedade.
- IV. No estado pré-civil, a liberdade das pessoas submetem-se às leis estabelecidas pelos cidadãos.

Quais das afirmativas representam o pensamento de Locke sobre liberdade?

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas I e IV.
- c) Apenas as afirmativas II e III.
- d) Apenas as afirmativas II e IV.
- e) Apenas as afirmativas III e IV.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Rousseau (1712-1778) foi um dos principais filósofos dos Iluminismos. Sua filosofia parte da ideia de que, em essência, o homem é bom naturalmente, mas, estando sob o julgamento da sociedade, o homem acaba se corrompendo. As instituições educacionais causam essa corrupção humana porque tiram a liberdade do homem. Por isso, Rousseau acredita que, para a criação de um novo homem e de uma nova sociedade, seria preciso educar as crianças de acordo com a natureza, desenvolver seus instintos e a razão de forma progressiva, a fim de desenvolver a liberdade e a capacidade de julgar.



Jean-Jacques Rousseau.

Maurice Quentin de La Tour (1704-1789)/BIB

Em sua obra *Emílio*, o filósofo mostra como recuperar a bondade humana pedagogicamente. Já em *Contrato Social*, ele mostra um caminho que poderia reconduzir o indivíduo à sua antiga bondade.

Estado de Natureza

- ▶ O homem é o bom selvagem inocente.
- ▶ A ação humana é guiada por uma bondade instintiva.
- ▶ Direitos naturais de liberdade ilimitada, igualdade e vida.
- ▶ Estado de paz, alegria e harmonia.
- ▶ O primeiro indivíduo que cercou alguma coisa e disse "isso é meu" estabeleceu a ideia de propriedade, segundo Rousseau.
- ▶ A propriedade privada é um dos maiores males para a humanidade, pois traz a desigualdade social, além de tornar o homem egoísta e mau.

Contrato Social

- ▶ Feito para evitar a escravidão e a corrupção dos homens.
- ▶ Sociedade por associação.
- ▶ Leis promulgadas pelo povo.
- ▶ O Estado se origina do pacto formado entre os cidadãos livres que renunciam à sua vontade individual para garantir a realização da vontade geral.

Estado Civil

- ▶ O homem perde a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo, mas ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui – a liberdade natural é limitada pelas forças do indivíduo, a liberdade civil é limitada pela liberdade geral e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante.
- ▶ O direito à propriedade se torna estável e legítimo.
- ▶ Democracia direta ou participativa.
- ▶ O povo representa a si mesmo, pois é quem formula as próprias leis, submetendo-se à própria vontade – ao obedecer às leis, o povo obedece a si mesmo e, portanto, é livre.
- ▶ O governo é submisso às leis da vontade geral.
- ▶ Soberano: corpo coletivo que expressa, por meio da lei, a vontade geral.

Anotações:



	HOBBS	LOCKE	ROUSSEAU
BASE POLÍTICA	Absolutismo	Liberalismo	Democracia
NATUREZA HUMANA	Maldade e egoísmo.	Bondade. Conflito para defender propriedade.	Bondade. Corrupção pela propriedade.
SURGIMENTO DO ESTADO	Preservação da vida.	Preservação da propriedade.	Preservação da liberdade civil.

APOIO AO TEXTO

20. Sobre o pensamento político de Rousseau, é correto afirmar:

- a) a desigualdade é um fato natural, autorizada pela lei natural, independentemente das condições sociais decorrentes da evolução histórica da humanidade.
- b) a finalidade da instituição da sociedade e do governo é a preservação da individualidade e das diferenças sociais.
- c) a sociabilidade tira o homem do estado de natureza onde vive em guerra constante com os outros homens.
- d) Rousseau faz uma crítica ao processo de socialização, que, por ter corrompido o homem, tornou-o egoísta e mesquinho para com os seus semelhantes.
- e) Rousseau valoriza a fundação da sociedade civil, que tem como objetivo principal a garantia da posse privada da terra.

21. “[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada”.

ROUSSEAU, J.-J. Do contrato social. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre contrato social e vontade geral no pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

- I. o contrato social, pelo qual o povo adquire sua soberania, decorre da predisposição natural de cada associado, permitindo-lhe manter o seu poder, de seus bens e da própria liberdade.
- II. pelo direito natural, a vontade geral se realiza na concordância manifesta pela maioria das vontades particulares, reunidas em assembleia, que reivindicam para si o poder soberano da comunidade.
- III. a vontade geral, fundamento da ordem social e política, consiste na soma e, por sua vez, na concordância de todas as vontades individuais, as quais por natureza tendem para a igualdade.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

22. (UFSM) “A história oficial nos faz acreditar que os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, encontraram um Éden terrestre, pleno de florestas intocadas, fauna abundante, praias paradisíacas. Um lugar onde os bons selvagens reinariam em plena sintonia com a natureza”.

National Geographic, maio 2007. p. 60.

A ideia de “bons selvagens” contraria a tese de que:

- I. o homem é bom por natureza, a sociedade o corrompe.
- II. o homem é mau por natureza, vivendo em permanente guerra de todos contra todos.
- III. todos, por natureza, são livres e iguais.

Está(ão) correta(s):

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) I, II e III.

23. (UFSM) Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz.

LAW, Stephen. Guia Ilustrado Zahar: Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Considere as afirmações.

- I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.
- II. Dois dos grandes teóricos sobre o “estado de natureza”, Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse “estado” é o medo.
- III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.



24. (UFSM) O *Contrato Social*, escrito em 1762, por Jean-Jacques Rousseau inspirou nos revolucionários franceses ideias de soberania popular e de igualdade de direitos.

“A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda a lei que o povo diretamente não retificar. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz, mostra que merece perdê-la.”

Com base no texto, pode-se afirmar:

- I. a soberania pode ser representada, porque é uma vontade geral.
- II. a vontade não pode ser representada.
- III. somente os deputados podem representar a vontade do povo.
- IV. sem a aprovação e a correção do povo, as leis perdem a sua validade.

Estão corretas:

- a) apenas I e IV.
- b) apenas II, III e IV.
- c) apenas II e IV.
- d) apenas I e III.
- e) apenas II e III.

25. (UFU adaptada) Para J. J. Rousseau, “A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto da justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava”.

Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 36. Coleção Os Pensadores.

Nessa passagem do estado de natureza para o estado civil, ocorre que o homem:

- I. perde a liberdade natural e o direito ilimitado, mas ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.
- II. mantém a liberdade natural e o direito irrestrito e ainda ganha uma moralidade muito particular guiada pelo seu puro apetite.
- III. mantém a liberdade natural e o direito ilimitado, mas abdica da liberdade civil em favor da liberdade moral.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) II e III apenas.

Os três poderes e as leis em Montesquieu

Charles Montesquieu (1689-1755), ou barão de Montesquieu, foi filósofo, cientista político e um dos grandes precursores do pensamento iluminista. Ele formulou os princípios básicos para que governos tirânicos fossem evitados e, para isso, defendeu a separação do poder político em três poderes:



Charles Montesquieu.

- ▶ **Executivo:** ficaria responsável pela administração pública de uma nação, geralmente exercido por um rei (monarquia) ou chefe de Estado (república);
- ▶ **Legislativo:** ficaria responsável pelos projetos de leis e representaria a Câmara dos Parlamentares;
- ▶ **Judiciário:** ficaria responsável pelo órgão jurídico e pelo cumprimento das leis dos cidadãos e dos outros dois poderes, exercidos pelos juizes e magistrados.

Segundo sua visão política, Montesquieu não defende o absolutismo porque é uma forma de governo que concentrava todo o poder nas mãos do rei e, assim, o Estado não tinha liberdade. Por isso, ele defendia os aspectos democráticos de governo e o respeito às leis.

As leis tratam das relações necessárias. Para evitar a guerra proveniente da desigualdade entre os homens, foram constituídas as leis civis: direito das gentes (relação entre os povos), direito político (leis em relação ao governante e governado) e direito civil (leis em relação aos próprios cidadãos entre eles). O espírito das leis é a relação das leis com o povo ao qual elas se aplicam. São as leis que têm de se harmonizar com o espírito do povo e com suas tradições, porém o povo é o legítimo detentor do poder legislativo, da soberania. Para Montesquieu, o povo só exerce sua liberdade e soberania por meio da representação política, pois, ao escolher o que é melhor para si, o povo elege aquele com capacidade para realizar o que é necessário para o bem comum.

OUTROS FILÓSOFOS POLÍTICOS IMPORTANTES:

- ▶ **Thomas Morus** (1478-1535): sua principal obra é *Utopia*, na qual ele descreve uma ilha imaginária onde reinaria a plena harmonia e a divisão igualitária da produção.
- ▶ **Voltaire** (1694-1778): um dos nomes mais significativos do iluminismo francês (junto com Rousseau e Montesquieu), de ideias revolucionárias, esse filósofo era um fervoroso crítico do absolutismo, da nobreza e da igreja. Defendia o direito dos indivíduos à liberdade política e de expressão.



O pensamento político de Kant

Immanuel Kant (1724-1804), vivendo em um período de revoluções políticas, desenvolveu um pensamento político que iria ajudar na compreensão da relação das leis, do direito e da liberdade.



Immanuel Kant.

Seguindo a ideia de um estado liberal com aspectos democráticos, Kant acreditava que o liberalismo consiste na aquisição de propriedade, ou seja, o homem é livre para adquirir propriedades. Na visão de Kant, a liberdade é demandar propriedade privada, caracterizando-a como um direito inalienável, na posse da qual terá o seu direito à liberdade adquirida.

Kant diz que a liberdade somente existe porque há coação, havendo liberdade para se fazer tudo aquilo que a lei não proíbe (liberdade negativa).

Sem liberdade e igualdade, não se pode realizar contratos entre as pessoas, por isso ambas são condições necessárias para as relações jurídicas. Essa igualdade à qual Kant se refere é a igualdade das pessoas com o Estado, pois igualdade entre as pessoas não faz sentido na medida em que as posses dos indivíduos os tornam desiguais.

A lei determina o que é permitido ou proibido, é aquilo que regula a relação propriedade-liberdade e está acima da soberania do povo, pois **a lei é sagrada e indiscutível** (Estado de direito – a soberania do povo é delimitada por leis: direito de propriedade, liberdade de palavra e expressão, etc.). Porém, cada direito deve proceder de acordo com a vontade pública (vontade do povo). Assim, o cidadão pleno é aquele que é legislador e é verdadeiramente livre se obedece as próprias leis, tornando-se proprietário.

Kant pensa em uma sociedade para homens racionais, que são capazes de agir segundo a representação de leis, embora a capacidade de ação racional não garanta que os homens ajam racionalmente. Para isso, a ordem jurídica obriga os homens a agir como se fossem racionais. Esta é a especificidade do direito: faz com que as ações sejam conforme às leis da razão, independentemente do julgamento subjetivo das pessoas.

Há dois tipos de legislação:

- ▶ **legislação interna:** diz respeito à ética, à moral, obedecendo à lei do dever, de foro íntimo;
- ▶ **legislação externa:** diz respeito ao direito, às leis que visam à regulação das ações externas.

Kant parece não fazer diferença objetiva entre esses dois tipos de legislação, pois as leis jurídicas nada dizem e não devem dizer nada de diferente no que se refere às leis éticas.

Kant já dizia que o único direito inato é a liberdade, isto é, um direito natural independente de todo o ato de direito. Por isso, esse filósofo elenca, de um lado, o **direito positivo**, aquele posto pela autoridade, e de outro, o **direito natural**, fundado na natureza, em elementos anteriores ao Estado, que seriam morais.

APOIO AO TEXTO

26. Responda à questão sobre o pensamento iluminista nos séculos XVII e XVIII, numerando a coluna II de acordo com a coluna I.

Coluna I

1. Barão de Montesquieu
2. John Locke
3. Jean-Jacques Rousseau

Coluna II

- () Criticava a burguesia e a propriedade privada. Defendia a tese de que todo o poder emana do povo (da vontade geral) e é em nome do povo que ele é exercido.
- () Combatia o despotismo. Defendia a tese de que a autoridade do governo deve ser desmembrada em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.
- () Combatia o absolutismo. Defendia a ideia segundo a qual a vida, a liberdade e a propriedade são direitos naturais. Os governos, para o filósofo, teriam a finalidade de respeitar e assegurar os direitos naturais dos cidadãos.

Relacionando-se as duas colunas, obtêm-se, de cima para baixo, os números na sequência:

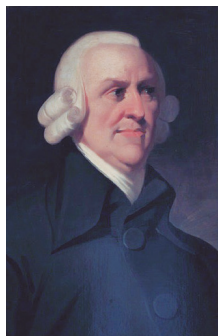
- a) 1 - 3 - 2
- b) 3 - 1 - 2
- c) 3 - 2 - 1
- d) 2 - 3 - 1
- e) 1 - 2 - 3

27. Kant estabelece três princípios da constituição republicana que fundamentariam os regimes calcados em uma ordem democrática. Esses três princípios são:

- a) liberdade para todos os membros da sociedade; construção de legislações específicas para classes sociais diferentes; igualdade, como cidadãos, perante a lei.
- b) construção de legislações específicas para classes sociais diferentes; separação dos poderes; devido processo legal.
- c) liberdade para todos os membros da sociedade; dependência de todos e de cada um a uma legislação comum; igualdade, como cidadãos, perante a lei.
- d) construção de legislações específicas para sujeitos que sejam hipossuficientes; liberdade para todos os membros da sociedade; proteção das minorias étnicas contra legislações discriminatórias.



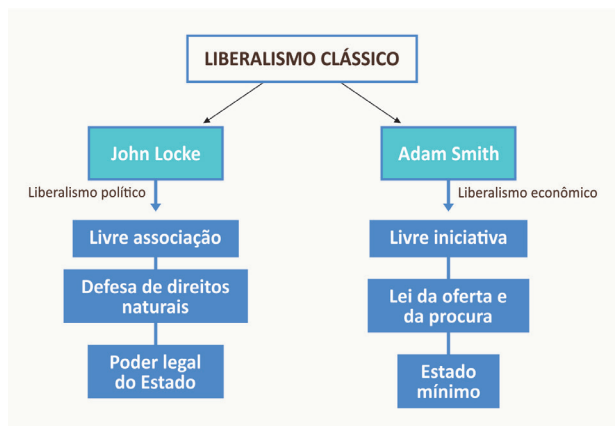
Liberalismo, neoliberalismo e estado de bem-estar social



Adam Smith.

O liberalismo (formulado por Adam Smith – 1732-1790) surgiu, primeiramente, como uma reação da burguesia ao estado absolutista. Os liberais eram conservadores, pois estavam apegados moralmente às tradições cristãs da sua época. Por isso, o liberalismo clássico é chamado hoje de liberalismo conservador, podendo ser entendido em três aspectos:

- ▶ **Liberalismo político:** visa à legitimidade do poder nas teorias contratualistas, ao governo consentido pelos cidadãos, à formação das instituições, etc.
- ▶ **Liberalismo ético:** pressupõe a prevalência do Estado de Direito, rejeita prisões sem culpa formada e as punições cruéis. Também estimula a tolerância para com crenças religiosas, a liberdade de pensamento e de expressão.
- ▶ **Liberalismo econômico:** opõe-se, no século XVIII, à intervenção do rei nos negócios. Defende a propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa e a competição.



O **neoliberalismo** (novo liberalismo) data do século XX, por volta de 1970, quando o modelo Keynesiano começa a dar lugar às antigas ideias do liberalismo. O objetivo principal do neoliberalismo era promover o aumento da circulação de mercadoria no mundo. Seus principais incentivadores foram Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

Os princípios básicos do neoliberalismo são:

- ▶ Estado mínimo: o Estado deve interferir o mínimo possível na economia, de preferência como regulador;
- ▶ políticas de privatizações;
- ▶ abertura econômica – globalização.

O **Estado de Bem-Estar Social** é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como responsável pela promoção social e organizador da economia. O Estado deve regulamentar toda a vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, além de garantir serviços públicos e proteção à população. No **Brasil**, apesar das priva-

tizações de várias empresas estatais, há um forte controle governamental sobre as empresas (o Sistema Único de Saúde (SUS), a previdência social, o seguro-desemprego), que comprova que temos um Estado de Bem-Estar Social.

Socialismo Utópico e Socialismo Científico

No século XIX, em meio à predominância do Liberalismo e do ideal capitalista, surgiu o Socialismo como uma corrente ideológica contrária àquela vigente. Os primeiros fundadores do pensamento socialista, tais como: Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier, acreditavam que a burguesia iria reconhecer a exploração imposta aos operários, começando uma mudança do sistema. Esse tipo de socialismo ficou conhecido como **Socialismo Utópico**, já que esse tipo de crença na mudança social e econômica era muito improvável, pois podemos dizer que seria impossível a classe burguesa abrir mão de seus bens em prol da sociedade comunista.



Porém, em contrapartida, Karl Marx (1818-1883) apresentou reflexões não utópicas para a existência de uma sociedade comunista. Expôs métodos e condições mais adequadas, que constituíram uma corrente ideológica muito influente no século XX.

A ideia de Marx era chegar em uma sociedade comunista a partir de um processo feito por etapas. Primeiramente, era necessária uma mudança econômica (socialismo), para depois haver uma mudança social e política (comunismo). Mas como isso aconteceria? Segundo o filósofo, seria preciso:

- ▶ o proletariado obter o controle dos meios de produção (segundo Marx, melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores só seriam possíveis por meio de uma revolução da classe proletária e da luta armada);
- ▶ a criação de um Estado que controlasse os meios de produção;
- ▶ a eliminação da propriedade privada (os bens de produção se tornariam bens comuns);
- ▶ a busca por uma **economia igualitária** (eliminando as classes sociais e acabando com o conflito histórico entre as classes);
- ▶ a construção de uma sociedade que não visasse ao lucro, mas ao bem comum;
- ▶ uma sociedade de cooperação (sociedade de lazer e abundância – o necessário é produzido em abundância, há poucas horas de trabalho, cada um exercendo sua função para a coletividade);



- ▶ a eliminação do Estado após a instauração da sociedade de cooperação;
- ▶ a instauração do comunismo.

O estudo e a análise dos conflitos históricos de interesses econômicos das classes sociais são conhecidos como Socialismo científico. Para Marx, a história humana é constituída por aspectos materiais, dando importância às relações econômicas e políticas. Assim, a base econômica é um fator determinante de aspectos políticos, sociais, culturais, etc. Com isso, o socialismo marxista desenvolveu uma crítica ao capitalismo para compreender sua história e como foi feita a sua consolidação, o que o diferenciou do socialismo utópico. Essa crítica ao capitalismo envolve alguns conceitos:

▶ **Mais-valia:** uma expressão criada por Karl Marx, que significa parte do valor da força de trabalho dispendida por um determinado trabalhador na produção e que não é remunerada pelo patrão. Também pode ser classificada como o excesso de receita em relação às despesas.



A força de trabalho de um trabalhador possui o mesmo valor que o tempo que o trabalhador precisa para produzir o suficiente para receber o seu salário e garantir a subsistência. Porém, algumas vezes, o valor desse tempo é menor que a quantidade de força de trabalho total. A diferença entre esses dois valores é conhecida como mais-valia.

▶ **Alienação:** a palavra alienação vem do termo *alienus*, em Latim, que significa “de fora”, “pertencente a outro”. Karl Marx usou esse termo para descrever a falta de contato e o estranhamento que o trabalhador tinha com o produto que produzia. A alienação também é entendida em Marx como o momento em que os homens se perdem de si mesmos dentro do sistema capitalista.

▶ **Luta de classes:** a história da sociedade humana é a história da luta de classes, ou do conflito permanente entre exploradores e explorados. O termo *luta de classes*, no socialismo marxista, foi usado para designar os conflitos que existem entre os membros das classes superiores economicamente e os das classes inferiores.

Em 1848, Marx e seu parceiro intelectual Friedrich Engels desenvolveram a teoria marxista no livro *O Manifesto Comunista*. Posteriormente, em 1867, foi publicada a obra *O Capital*, primeiramente publicada de forma incompleta devido à morte de Marx, mas postumamente teve sua publicação completada por Engels.

////////// APOIO AO TEXTO //////////

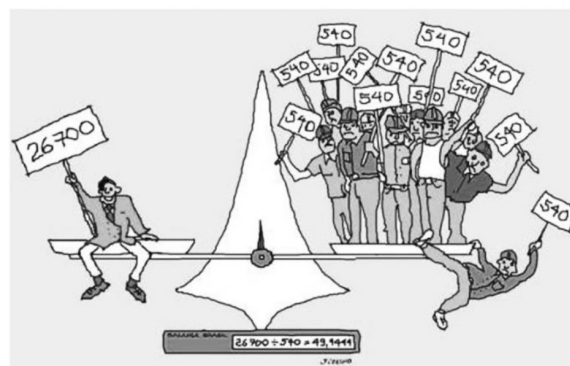
28. “[O indivíduo], orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas ao seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. [...] Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo”.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural.

Sobre o liberalismo, assinale a opção **incorreta**.

- O liberalismo econômico, cujos princípios, como o livre comércio, a propriedade privada e a lei de mercado, favoreceram o desenvolvimento do capitalismo, teve em Adam Smith um de seus principais fundadores.
- A sistematização das análises econômicas no livro *História da riqueza das nações* contribuiu para a definição da economia como ciência.
- No trecho acima, Adam Smith denunciou os males do individualismo e do egoísmo econômico.
- A “mão invisível” citada por Adam Smith é uma metáfora que pode ser substituída pela definição liberal de mercado.

29. O conceito marxista de mais-valia é imprescindível no entendimento dos mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista. Analisando e relacionando a charge ao conceito de mais-valia, podemos afirmar que esse conceito corresponde:



Disponível em: <<https://projeto.blogav3.files.wordpress.com/2013/06/jjj.png>>.

- à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador.
- à diferença entre o lucro do capitalista e o lucro do trabalhador.
- ao lucro destinado para atender às necessidades pessoais dos trabalhadores.
- ao lucro do capitalista obtido em suas operações de produção, circulação e investimentos.
- ao valor, geralmente pequeno, que a mercadoria tem quando chega ao consumidor.



30. O que é o Socialismo Marxista?

- a) É o lucro gerado pelos trabalhadores na produção das mercadorias.
- b) É uma sociedade sem Estado político e sem classes sociais.
- c) É uma etapa do processo de modificação social que busca a economia igualitária.
- d) É uma livre associação entre os trabalhadores da sociedade.
- e) É uma revolução da burguesia que busca a luta dos direitos dos trabalhadores.

31. (UNISC) Um dos problemas principais da Filosofia Política é o de determinar a natureza do Estado, entendido como sociedade politicamente organizada. Essa questão começou a ser debatida na Filosofia Antiga e foi retomada, depois, na Idade Moderna pela ocasião do surgimento dos Estados Nacionais modernos, constituindo um tema central tanto da tradição liberal quanto do pensamento marxista.

Considere agora as seguintes afirmações sobre esse assunto:

- I. Para Aristóteles, como para os sofistas, a natureza do Estado é artificial. Surge de um acordo implícito por meio do qual alguns grupos humanos colocaram um fim em suas disputas.
- II. Segundo Aristóteles, os homens têm tendência a viver em sociedade porque não podem se bastar a si mesmos.
- III. Hobbes considerava que o Estado surgiu por meio de um acordo implícito por meio do qual os indivíduos abriram mão de seu direito de revidar os danos sofridos pela ação de outra pessoa, fazendo justiça pelas suas mãos, e transferiram esse direito a um terceiro impessoal: o Estado.
- IV. Para Locke, os indivíduos não têm direito à propriedade privada e o único proprietário deve ser o Estado.
- V. Para Marx, os estados nacionais, criados pela burguesia, representam os interesses de todas as classes sociais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa II está correta.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Somente a afirmativa IV está correta.
- e) Somente as afirmativas IV e V estão corretas.

Anotações:

Escola de Frankfurt

Na **teoria política contemporânea**, é preciso considerar o surgimento da teoria crítica da **Escola de Frankfurt**, que tinha como preocupação o contexto social e cultural do surgimento de teorias e valores do mundo da sociedade industrial avançada. Assim, essa escola surgiu com o intuito de formular uma **teoria social** capaz de interpretar as mudanças ocorridas durante o século XX.

Entre alguns dos principais pensadores desta escola podemos mencionar Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Walter Benjamin (que representam a primeira geração da Escola de Frankfurt); Jürgen Habermas e Karl Otto Apel (representando a segunda geração). Suas teorias críticas foram influenciadas principalmente por pensadores como Kant, Hegel, Karl Marx, Max Weber e Freud.

Os pensadores frankfurtianos tentaram compreender um mundo que lidava com guerras mundiais, multiplicação dos meios de comunicação e o fim da autonomia entre cultura e economia. Essa última constatação foi o que levou Adorno e Horkheimer a cunhar o termo **indústria cultural**. Adorno se questionava sobre o mundo estar mergulhado na violência e na barbárie ao invés de progredir para a liberdade e a igualdade.

Alguns dos temas mais estudados pelos membros da Escola de Frankfurt foram os seguintes:

- ▶ a dialética da razão iluminista e a crítica à ciência;
- ▶ a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural;
- ▶ a questão do Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo.
- ▶ uma Teoria Crítica permeada pelo desencanto com a realidade, o que faz com que ela seja uma “escola do desencantamento”.

HABERMAS E DEMOCRACIA DELIBERATIVA

A Democracia deliberativa é como um modelo ou processo de deliberação política democrática, uma reflexão coletiva caracterizada por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil e do diálogo com o Estado na esfera pública. Com sua base no exercício da razão comunicativa, a democracia deliberativa está fundada na ideia de que cidadãos e representantes políticos se devem justificativas mútuas. Essa troca de justificativas e discursos contribuíram para soluções mais legítimas e justas dos problemas sociais.

Michel Foucault e a governamentalidade

O conceito de **governamentalidade** foi criado por Foucault a partir da análise genealógica de como se formaram os processos históricos e institucionais que culminaram no governo estatal na modernidade.

É possível designar por governamentalidade o conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bem específica e complexa de poder. Tal poder tem a população como alvo principal, a economia política como forma de saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos. Para isso, a cria-



ção de instituições como escolas, hospitais, prisões, etc., a internalização de regras e pensamentos, a disciplina e punição dos indivíduos, e os dispositivos de segurança, são essenciais para essa “arte de governar”.

Hannah Arendt e a banalidade do mal



Hannah Arendt.

A filósofa alemã de origem judaica, Hannah Arendt (1906-1975), assistiu ao julgamento do carrasco alemão Adolf Eichmann, que, durante o governo nazista, participou ativamente do extermínio do povo judeu. Suas reflexões acerca do fenômeno político do totalitarismo e do mal banalizado foram registradas em suas principais

obras, tais como: *Eichmann em Jerusalém*, *Sobre a banalidade do mal* e *Origens do totalitarismo*.

O estudo da filósofa parte da seguinte questão: **o que levaria pessoas comuns a se engajarem em uma política que exige obediência absoluta?**

Hannah Arendt acreditava que essas pessoas pertencem às massas politicamente neutras e indiferentes, mas que não era isso que desencadeava o totalitarismo. Este surgiria a partir da pressão causada pelas crises econômicas, que faziam as pessoas tornarem-se insatisfeitas, mesmo que não fossem ativas no âmbito político. Aparece assim o **“homem de massa”** na Europa:

“A principal característica do homem de massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. [...] Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual” (Arendt em *Origens do Totalitarismo*).

A partir disso, Arendt pensou acerca da **banalidade do mal**. O mal cometido é visto de forma banalizada. Cumprir ordens e ter total submissão a valores externos inquestionados fazia de Eichmann um funcionário exemplar. Isto mostra que, quanto menos politizados e críticos forem os sujeitos, mais se deixarão submeter às regras cujos fundamentos não conhecem.

Assim, trata-se de pensar o mal nas sociedades secularizadas sem apelar ao teor teológico, não tendo como pano de fundo a ideia de malignidade, perversão ou pecado. Pensar o mal reside justamente em evidenciar que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna. **O mal está no mais comum dos humanos.**

Além disso, Hannah Arendt mostra que, quando política e violência estão ligadas, o agir político carece de sentido, pois a liberdade se torna inconciliável a esse tipo de relação. **A política deve se basear na pluralidade dos homens e na liberdade**, entendida como condição para a constituição do indivíduo e da comunidade político-jurídica.

A Justiça Equitativa em John Rawls

John Rawls (1921-2002) foi professor na Universidade de Harvard, seguidor do liberalismo e autor da Teoria da Justiça Equitativa. Essa teoria retoma a teoria do contrato social, relacionando-a com a ideia kantiana de princípios deontológicos.

Para Rawls, uma sociedade bem estruturada é uma sociedade que tem uma concepção pública de justiça. Aqui, justiça é entendida como equidade. Mas como podemos chegar a um entendimento sobre o que é a justiça?

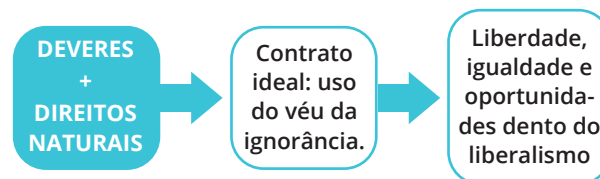


John Rawls.

A partir de uma construção hipotética e parecida com o estado de natureza dos contratualistas, Rawls imaginou uma situação na qual determinados indivíduos racionais escolheriam princípios de justiça. Esses indivíduos estariam ainda submetidos a um **“véu de ignorância”**, ou seja, não teriam conhecimento das vantagens e desvantagens sociais, políticas e econômicas da vida civilizada, como classe social e *status*, educação, concepções morais, características psicológicas, etc. Assim, nessa situação original, todos compartilham de uma situação equitativa, ou seja, são considerados livres e iguais.

Na verdade, Rawls traz a ideia de um contrato ideal composto por princípios deontológicos e direitos naturais. O contrato ideal é introduzido como um recurso fundamental para a escolha de princípios de justiça aceitáveis por todos.

- ▶ **Princípio de liberdade:** a sociedade deve assegurar a máxima liberdade para cada pessoa compatível com uma liberdade igual para todos os outros.
- ▶ **Princípio de igualdade:** as desigualdades sociais devem estar dispostas de tal maneira que: 1) sejam consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável (princípio da diferença) e 2) sejam vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (princípio da igualdade de oportunidades).
- ▶ **1. O princípio da diferença** diz que os bens primários (naturais – saúde, vontade, etc. – e sociais – direitos, liberdades, oportunidades, etc.) devem ser distribuídos de modo igualitário, à exceção de que caso uma distribuição desigual desses bens beneficie os mais desfavorecidos.
- ▶ **2. O princípio de igualdade de oportunidades** diz que as desigualdades econômicas e sociais devem estar ligadas a postos e posições acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades.



• Conceitos importantes

Direita e Esquerda

Os termos "esquerda" e "direita" apareceram durante a Revolução Francesa, de 1789, e o Império de Napoleão Bonaparte, quando os membros da Assembleia Nacional ficavam à direita se eram partidários do rei e à esquerda se simpatizavam com a revolução. Essas ideologias são apresentadas, na maioria das vezes, como opostas, embora um indivíduo ou grupo possa assumir posições de ambas em assuntos diversos.

Alguns autores defendem que a esquerda inclui: progressistas, sociais-liberais, ambientalistas, sociais-democratas, socialistas, comunistas e anarquistas. A direita, por sua vez, inclui: neoliberais, econômico-libertários, conservadores, reacionários, anarcocapitalistas, nacionalistas, fascistas e nazistas. Outros, autores, porém, falam em uma terceira via, que incluiria os extremos nazifascismo e o stalinismo.

Em geral, a direita defende mais ideias ligadas à liberdade individual e a esquerda ideias relacionadas à coletividade. No entanto, atualmente, há sociedades que tentam vincular essas duas ideias, a fim de garantir um maior desenvolvimento social. Isso é o caso de países como: Noruega, Suécia, Nova Zelândia, Canadá, Dinamarca, Holanda, Austrália, entre outros.

Para compreender melhor essas ideias, é preciso entender as formas de ideologias políticas e como a direita e a esquerda estão envolvidas nelas.



Anotações:

IDEOLOGIAS POLÍTICAS

Liberalismo

Liberalismo clássico: teve seu auge na industrialização do século XIX. É caracterizado pela defesa de liberdade individual, liberdade de mercado, limitação do poder do Estado, livre iniciativa, igualdade perante a lei.

Liberalismo moderno (liberalismo social): mistura o velho ao novo liberalismo. A partir do século XX, tem-se o crescimento da intervenção estatal na maioria das nações ocidentais. Essa intervenção assumiu a forma de Estado de Bem-Estar Social, ou seja, o governo busca proporcionar bem-estar aos cidadãos por meio da superação da pobreza, da doença, da falta do acesso à educação. Dessa forma, o Estado tem a responsabilidade social de diminuir as desvantagens para criar oportunidades iguais.

O Liberalismo de Direita é visto como Libertarianismo. O Liberalismo de Esquerda é considerado um Liberalismo Social.

Social-Democracia

Em algumas discussões, a Social Democracia é confundida com o Liberalismo Social. Embora sejam vertentes de ideais semelhantes, suas origens são distintas. A Social-Democracia, diferente do Liberalismo Social, tem suas raízes no Socialismo e defende o equilíbrio entre a economia de mercado e a intervenção estatal. Os social-democratas tentam reformar o capitalismo democraticamente, por meio de regulação estatal e da criação de programas que diminuam ou eliminem as injustiças sociais inerentes ao capitalismo, tais como Rendimento Social de Inserção (Portugal), Bolsa Família (Brasil) e Opportunity NYC.

Conservadorismo

O pensamento político conservador costuma defender ideias ligadas à manutenção da família e de costumes sociais tradicionais, muitas vezes com base em princípios religiosos, opondo-se às ideias do pensamento mais progressista. Além disso, os conservadores também defendem a liberdade nas políticas econômicas.

Comunitarismo

Como uma forma de contestar o Liberalismo, surge essa vertente para fazer parte do debate político do mundo pós-guerra fria. Em oposição ao individualismo, os comunitaristas defendem a ideia da sociedade civil, da soberania do Estado, podendo ser céticos ou não em relação ao envolvimento estatal na economia. O comunitarismo de direita é visto como um Conservadorismo, já o Comunitarismo de Esquerda é visto como uma Democracia Social.

Socialismo

Surgiu no final do século XVIII, tendo origem entre os intelectuais e os movimentos políticos dos trabalhadores, que criticavam os efeitos da industrialização e da propriedade privada sobre a sociedade. Há vários ramos dentro do socialismo que defendem um certo grau de intervenção social e racionalização econômica; alguns ramos são opostos entre si, como é o caso do socialismo de estado e o socialismo libertário. Sendo assim, alguns socialistas defendem a nacionalização completa dos meios de pro-



dução, distribuição e troca, outros defendem o controle estatal do capital no âmbito de uma economia de mercado. Entretanto, um ponto em comum entre as variantes do socialismo é a transformação da sociedade por meio da distribuição equilibrada de riquezas.

Anarquismo

Opõe-se a todo tipo de hierarquia e dominação, política, econômica, social ou cultural. Assim, os anarquistas são contra a existência do Estado, das instituições religiosas, do patriarcado. Defendem uma sociedade libertária baseada na cooperação e na livre associação entre os indivíduos. Dentro do anarquismo, podem existir o Anarco-capitalismo (anarquismo libertário) e o Comunismo.

////// APOIO AO TEXTO //////////////

32. Quanto à distribuição de bens e rendas, ela não deve ser necessariamente igualitária; deverá sempre ser de forma a dar a maior vantagem possível para todos, sendo que, ao mesmo tempo, as posições das autoridades e dos órgãos de comando devem ser acessíveis a todos, organizando-se as desigualdades socioeconômicas para que sejam obtidas vantagens para todos.

RAWLS, JOHN. A teoria da justiça (com adaptações).

Tendo em vista o texto acima e a filosofia de John Rawls, julgue os itens que seguem.

- I. A formulação acima, exposta por John Rawls, pode ser considerada como uma máxima que deve ser aceita por todos.
- II. A proposta de John Rawls pode admitir um contrato social para se alcançar uma distribuição mais igualitária de valores sociais.
- III. Assim como ocorre com outros contratualistas, as formulações de John Rawls são descrições do que acontece na sociedade.

Está(ão) correto(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

33. Por meio dos princípios de justiça, como concebidos por John Rawls, deve ser:

- a) efetivada a distribuição equitativa de bens básicos para todas as pessoas, independentemente dos projetos pessoais de vida e suas concepções de bem.
- b) enfatizado o conjunto dos bens primários, que consistem exclusivamente em: liberdade básica, renda, educação e saúde.
- c) reconhecida uma distribuição não equitativa de bens básicos para todas as pessoas, mas apenas dos bens primários que são o autorrespeito e a autoestima.
- d) implementada a distribuição equitativa de bens básicos para todas as pessoas, os quais dependem dos projetos pessoais de vida, mas não das concepções de bem.

34. (UFSM) Na citação: “Chama-se *gato* uma ligação elétrica clandestina entre a rede e uma residência. Usualmente, o *gato* infringe normas de segurança, porque é feito de pessoas não especializadas. O choque elétrico, que pode ocorrer devido a um *gato* malfeito, é causado por uma corrente elétrica que passa através do corpo humano”.

Observamos no trecho um problema de ordem política e econômica. Considere a teoria política hobbesiana, que afirma:

“Onde não há propriedade não pode haver injustiça e onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há Estado, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas.”

Assim, a prática dos “gatos”, uma vez que vivemos sob o regime de um Estado, implica uma:

- I. injustiça porque lesa o direito à propriedade privada.
- II. injustiça porque as ligações clandestinas representam um perigo para as pessoas.
- III. ilegalidade por desobedecer à legislação do Estado sobre a propriedade privada.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas I e III.

35. (UFSM) “As medidas necessárias para reduzir as desigualdades imerecidas que têm origem nas diferenças de classe e de talento natural irão exigir interferências nas atividades econômicas dos indivíduos, sobretudo mediante a tributação: o governo tira dinheiro de algumas pessoas e o utiliza para ajudar outras.”

Uma breve introdução à filosofia, de Thomas Nagel.

Considere as seguintes declarações.

- I. O tipo de interferência mencionada no texto pode ajudar a promover a igualdade de oportunidades.
- II. O tipo de interferência mencionada no texto é um caso de justiça redistributiva.
- III. O tipo de interferência mencionada no texto é típica de um Estado liberal.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.



36. (UFSM) O filósofo André Comte-Sponville escreveu o seguinte:

Quanto às empresas, elas tendem antes de mais nada ao lucro. Não as critico por isso: é a função delas, e desse lucro todos nós necessitamos. Mas quem pode acreditar que o lucro baste para fazer com que uma sociedade seja humana? A economia produz riquezas, e riquezas são necessárias, e nunca serão demais. Mas também precisamos de justiça, de liberdade, de segurança, de paz, de fraternidade, de projetos, de ideais... Não há mercado que os forneça. É por isso que é preciso fazer política: porque a moral não basta, porque a economia não basta e, portanto, porque seria moralmente condenável e economicamente desastroso pretender contentar-se com uma e outra.

Considere as seguintes afirmações.

- I. A liberdade de ação pode ser incompatível com a justiça.
- II. A intervenção na economia é própria de um estado liberal.
- III. Comte-Sponville prescreve que a política deve ser um complemento indispensável à moral e à economia.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I e II.
- b) apenas III.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

37. (UNISC) Considere as afirmativas abaixo:

- I. o Estado Liberal se apresenta como uma república representativa constituída de três poderes: executivo, legislativo e o judiciário.
- II. o Estado Liberal possui um corpo de militares profissionais que formam as forças armadas, encarregadas da ordem interna e da defesa externa do país.
- III. o Estado Liberal possui um corpo de servidores e funcionários públicos que formam a burocracia, encarregada de cumprir as decisões dos três poderes perante os cidadãos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Somente a afirmativa III está correta.

38. (UNISC) No início do século XX, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, desenvolveu-se na Europa, nos países desenvolvidos e em vários continentes o chamado Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*, em inglês). É um modelo de Estado que se caracteriza por intervir na economia – mediante regulamentação da atuação das empresas e do mercado e da criação de empresas estatais – e por proporcionar à população uma série de direitos sociais – como previdência social, saúde, educação e outros. Para cumprir essas novas funções, houve o aumento da carga de impostos e do tamanho dos órgãos públicos.

BADIA, Miquel C. Manual de ciencia política. 3ª ed. Madrid: Tecnos, 2006.

No Brasil, esse modelo de Estado começou a ser implantado na década de 1930, com Getúlio Vargas.

Considerando esse conceito de Estado de Bem-Estar e a recente evolução política do país, pergunta-se: está correto dizer que o atual modelo estatal brasileiro é o Estado de Bem-Estar Social?

- a) Não: no Brasil nunca existiu Estado de Bem-Estar Social, pois nunca foram garantidos direitos sociais aos cidadãos.
- b) Não: a privatização de empresas estatais na década de 1990 acabou com o Estado de Bem-Estar Social que existia no Brasil.
- c) Sim: apesar das privatizações de várias empresas estatais, há um forte controle governamental sobre as empresas, há o SUS, a previdência social, o seguro-desemprego, que comprovam que temos Estado de Bem-Estar Social no Brasil.
- d) Não: a corrupção, os altos salários dos políticos e o aumento do número de vereadores acabaram com o Estado de Bem-Estar Social no Brasil.
- e) Sim: o aumento do salário-mínimo e a criação do programa Bolsa Família na última década evidenciam que o Estado de Bem-Estar começou no Brasil no século XXI.

39. (UFSM) Considere as afirmações.

- I. Um Estado liberal não intervém na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.
- II. Sob uma perspectiva social-democrata, o Estado deve intervir severamente na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.
- III. Sob uma perspectiva comunitarista, o Estado não deve intervir na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

40. (UNISC) A política, como reflexão, surgiu na Grécia, nos séculos V e IV a.C., primeiramente, com os sofistas e, depois, com Platão e Aristóteles. Visava a explicar as virtudes e as mazelas das formas de governar, propondo, por sua vez, a melhor maneira de agir na vida pública. Hoje, fala-se muito em “ética na política”, referindo-se, com isso, à atuação dos que estão à frente dos negócios do Estado.

Assim, tem-se que:

- I. nos sistemas ditatoriais, não há corrupção, pois os governos se utilizam de “mãos de ferro” para com os que possuem comportamentos não éticos na política, o que inibe a ação dos mal-intencionados.
- II. a ética na política visa ao bem comum da *pólis* e dos cidadãos. Nesse sentido, os governantes devem agir visando a resultados coletivos.
- III. na política, os fins justificam os meios. Assim, o governante até pode ser corrupto, desde que trabalhe em prol dos mais necessitados.



Assinale a alternativa correta.

- a) Estão incorretas as afirmativas I e III.
- b) Estão incorretas as afirmativas I e II.
- c) Estão incorretas as afirmativas II e III.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

41. (UNISC) Anarquismo é uma corrente de pensamento com variadas expressões no pensamento filosófico e político. Os anarquistas têm em comum a defesa da liberdade pessoal, da participação direta dos cidadãos em todos os assuntos políticos e a recusa às diferentes formas de autoridade e de governo. São contrários à representação política e à delegação de poder. Entendem que a ordem social não requer a existência de governo. Há um segundo sentido do termo, comum na linguagem popular, em que anarquista significa ser apoiador da desordem e do caos.

Dicionário de Filosofia Política, Edunisinos, 2010.

Considerando o primeiro sentido, próprio do pensamento filosófico e político, assinale a alternativa condizente com a visão anarquista.

- a) Voto universal e eleições diretas para todos os cargos governamentais.
- b) Democracia representativa.
- c) Organização terrorista anticapitalista, militarizada e hierarquizada, tipo Al-Qaeda.
- d) Parlamentos livres (de deputados, senadores ou vereadores).
- e) Cooperativas e sindicatos de trabalhadores.

42. (UEL) Leia o texto a seguir.

Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.

O trecho de *Raízes do Brasil* ilustra a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre a tradição política brasileira.

A esse respeito, considere as afirmativas a seguir.

- I. As mudanças políticas no Brasil ocorreram conservando elementos patrimonialistas e paternalistas que dificultam a consolidação democrática.
- II. A política brasileira é tradicionalmente voltada para a recusa das relações hierárquicas, as quais são incompatíveis com regimes democráticos.
- III. As relações pessoais entre governantes e governados inviabilizaram a instauração do fenômeno democrático no país com a mesma solidez verificada nas nações que adotaram o liberalismo clássico.
- IV. A cordialidade, princípio da democracia, possibilitou que se enraizassem, no país, práticas sociais opostas aos princípios do clientelismo político.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

43. (UFSM) A noção de justiça tem um aspecto paradoxal, pois todos nós pensamos saber quando estamos sendo injustiçados, mas poucos de nós conseguimos dizer em que consiste a justiça. De qualquer modo, ordinariamente, a palavra “justiça” refere-se à equidade e à distribuição moralmente defensável de coisas boas e más. Essa caracterização da justiça:

- a) não considera as diferenças nas subjetividades das pessoas, como suas preferências e gostos.
- b) considera apenas aquilo de que as pessoas necessitam.
- c) não considera aquilo de que as pessoas necessitam.
- d) considera apenas o que as pessoas julgam ser melhor para si mesmas.
- e) considera as diferenças nas subjetividades das pessoas, como suas preferências e gostos.

Anotações:



Algo mais

Vejamos trechos importantes das obras políticas dos filósofos Aristóteles, Maquiavel, Hobbes e Rousseau.

“Uma vez que constituição significa o mesmo que governo, e o governo é o poder supremo em uma cidade, e o mando pode estar nas mãos de uma única pessoa, ou de poucas pessoas, ou da maioria, nos casos em que esta única pessoa, ou as poucas pessoas, ou a maioria, governam tendo em vista o bem comum, estas constituições devem ser forçosamente as corretas; ao contrário, constituem desvios os casos em que o governo é exercido com vistas ao próprio interesse da única pessoa, ou das poucas pessoas, ou da maioria, pois ou se deve dizer que os cidadãos não participam do governo da cidade, ou é necessário que eles realmente participem”.

ARISTÓTELES. Política. Trad. Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

“Um príncipe não deve, portanto, importar-se por ser considerado cruel se isso for necessário para manter os seus súditos unidos e com fé. Com raras exceções, um príncipe tido como cruel é mais piedoso do que os que por muita clemência deixam acontecer desordens que podem resultar em assassinatos e rapinagem, porque essas consequências prejudicam todo um povo, ao passo que as execuções que provêm desse príncipe ofendem apenas alguns indivíduos”.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: DPL Editora, 2008.

“A partir disso, fica manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum para mantê-los todos em respeitoso temor, eles estão naquela condição que é chamada de guerra, e uma guerra tal que é de todos os homens contra todos os homens. [...] Em tal condição, não há nenhum lugar para o trabalho, porque o fruto vindo dele é incerto; conseqüentemente, não há nenhum cultivo da terra, nenhuma navegação, [...] nenhum conhecimento da face da Terra, nenhum cômputo de tempo, nenhuma arte, nenhuma literatura, nenhuma sociedade e, o que é pior de tudo, um medo contínuo e um perigo de morte violenta, e a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e breve”.

HOBBS, Thomas. O Leviatã apud BONJOUR, L.; BAKER, A. Filosofia: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.

“Tal é a vantagem característica de um governo democrático: poder ser estabelecido de fato por um simples ato da vontade geral. Depois disso, esse governo provisório permanece na posse, se tal é a forma adotada, ou estabelece em nome do soberano prescrito por lei; e tudo assim se encontra regrado. Não é possível instituir o governo de alguma outra maneira legítima e sem renunciar aos princípios anteriormente estabelecidos” [...] “Há apenas uma lei que exige unanimidade pela sua própria natureza; trata-se do pacto social: pois a associação civil é o mais voluntário ato do mundo; todo homem tendo nascido livre e senhor de si mesmo, ninguém pode, sob qualquer pretexto, sujeitá-lo sem seu consentimento”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social e Discursos sobre a Economia Política. São Paulo: Hemus, 1981.



Dica de canais no
Youtube e sites

Anotações:



GABARITO

• Apoio ao texto

Unidade 1

1. C	5. V - F - V - V	9. E	13. C	17. 3-1-2	21. A
2. A	6. B	10. B	14. E	18. C	22. B
3. D	7. B	11. D	15. B	19. C	
4. A	8. B	12. C	16. D	20. C	

Unidade 2

1. B	9. B	17. B	25. A	33. A	41. E
2. D	10. D	18. F - V - V - F - F	26. B	35. E	42. B
3. B	11. C	19. C	27. C	35. D	43. A
4. C	12. E	20. D	28. C	36. C	
5. E	13. B	21. C	29. A	37. A	
6. C	14. E	22. B	30. C	38. C	
7. A	15. E	23. C	31. B	39. A	
8. A	16. F - V - V - F - F	24. C	32. C	40. A	

*As questões apresentadas na seção Apoio ao Texto foram elaboradas pelo autor ou extraídas dos vestibulares da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), contendo ou não adaptações.



» Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofar com textos: temas e história da filosofia*. São Paulo: Moderna, 2012.
- ARAÚJO, Felipe. Determinismo. Portal Infoescola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/determinismo/>>. Acesso em: 06/12/2015.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad: Mário Gama Kury. 4ª ed. Brasília: UNB, 2001.
- _____. *Metafísica*. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- _____. *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.
- _____. *Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: EDI-PRO, 2005.
- ASPERS, Karl. *Iniciação filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 11ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BORHEIM, Gerd A. (Org.) *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CHAUI, M. *Filosofia. Série Novo Ensino Médio, Volume Único*. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- _____. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FILOSOFIA DA LINGUAGEM. Disponível em: <<http://filosofiadalinguagem.blogspot.com.br/2006/07/10-sintaxe-semantica-pragmatica.html>>. Acesso em: 18/11/2015.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HECK, José N. *Direito e moral. Duas lições sobre Kant*. Goiânia: Editora UFG, 2000.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã* apud BONJOUR, L.; BAKER, A. *Filosofia: textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- JPERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao Universo infinito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1979.
- LIVRE PENSAMENTO. Disponível em: <<http://livrepensamento.com/guia-de-falacias-logicas/fugindo-do-assunto/apelo-a-autoridade/>>. Acesso em: 12/11/2015.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: DPL Editora, 2008.
- MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. In: ARANHA, M. L. de A. *Filosofar com textos: temas e história da filosofia*. São Paulo: Moderna, 2012, p. 279.
- MARITAIN, Jacques. *A Filosofia Moral: Exame Histórico e Crítico dos Grandes Sistemas*. Rio de Janeiro: Agir, 1964.
- MARX, Karl. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.
- MIGUENS, Sofia. *Filosofia da linguagem – uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2007.
- MURCHO, Desidério. *O lugar da lógica na filosofia*. Lisboa: Plátano, 2003.
- PETRIN, Natália. *Determinismo. Estudo Prático*. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/determinismo/>>. Acesso em: 06/12/2015.
- PHILIPPE, Marrie-Dominique. *Introdução à Filosofia de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2002.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- _____. *Banquete*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.
- _____. *Teeteto ou Da Ciência*. Tradução de F. Melro. Lisboa: Inquérito (orig.: c. 360-355 a.C.), p. 159 (201d).
- PORTAL EDUCAÇÃO. *Alienação na Sociologia por Karl Marx*. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/50586/alienacao-na-sociologia-por-karl-marx#ixzz3uxRnjnt5>>. Acesso em: 21/12/2015.
- REALE, Giovanni. *Metafísica de Aristóteles – volumes 1, 2 e 3*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. *História da filosofia: Filosofia pagã e antiga, v. 1*. São Paulo: Paulus, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social e Discursos sobre a Economia Política* (traduzido por Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima). São Paulo: Hemus, 1981.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SEARLE, John. *Filosofia da Linguagem: uma entrevista com John Searle*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 5, nº 8, março de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus* (Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos). 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1994.

HABILIDADES À PROVA 1

» Teoria do conhecimento

○ **1. (ENEM)** Pirro afirmava que nada é nobre nem vergonhoso, justo ou injusto; e que, da mesma maneira, nada existe do ponto de vista da verdade; que os homens agem apenas segundo a lei e o costume, nada sendo mais isto do que aquilo. Ele levou uma vida de acordo com esta doutrina, nada procurando evitar e não se desviando do que quer que fosse, suportando tudo, carroças, por exemplo, precipícios, cães, nada deixando ao arbítrio dos sentidos.

LAÉRCIO, D. *Vidas e sentenças dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora UnB, 1988.

O ceticismo, conforme sugerido no texto, caracteriza-se por:

- a) desprezar quaisquer convenções e obrigações da sociedade.
- b) atingir o verdadeiro prazer como o princípio e o fim da vida feliz.
- c) defender a indiferença e a impossibilidade de obter alguma certeza.
- d) aceitar o determinismo e ocupar-se com a esperança transcendente.
- e) agir de forma virtuosa e sábia a fim de enaltecer o homem bom e belo.

○ **2. (ENEM)** A atividade atualmente chamada de ciência tem se mostrado fator importante no desenvolvimento da civilização liberal: serviu para eliminar crenças e práticas supersticiosas, para afastar temores brotados da ignorância e para fornecer base intelectual de avaliação de costumes herdados e de normas tradicionais de conduta.

NAGEL, E. et al. *Ciência: Natureza e objetivo*. São Paulo: Cultrix, 1975 (adaptado).

Quais características permitem conceber a ciência com os aspectos críticos mencionados?

- a) Apresentar explicações em uma linguagem determinada e isenta de erros.
- b) Possuir proposições que são reconhecidas como inquestionáveis e necessárias.
- c) Ser fundamentada em um corpo de conhecimento autovidente e verdadeiro.
- d) Estabelecer rigorosa correspondência entre princípios explicativos e fatos observados.
- e) Constituir-se como saber organizado ao permitir classificações deduzidas da realidade.

Anotações:

○ **3. (ENEM)** No início da década de 1990, dois biólogos importantes, Redford e Robinson, produziram um modelo largamente aceito de “produção sustentável” que previa quantos indivíduos de cada espécie poderiam ser caçados de forma sustentável baseado nas suas taxas de reprodução. Os seringueiros do Alto Juruá tinham um modelo diferente: a quem lhes afirmava que estavam caçando acima do sustentável (dentro do modelo), eles diziam que não, que o nível da caça dependia da existência de áreas de refúgio em que ninguém caçava. Ora, esse acabou sendo o modelo batizado de “fonte-ralo” proposto dez anos após o primeiro por Novaro, Bodmer e o próprio Redford e que suplantou o modelo anterior.

CUNHA, M. C. *Revista USP*, n. 75, set.-nov. 2007.

No contexto da produção científica, a necessidade de reconstrução desse modelo, conforme exposto no texto, foi determinada pelo confronto com um(a):

- a) conclusão operacional obtida por lógica dedutiva.
- b) visão de mundo marcada por preconceitos morais.
- c) hábito social condicionado pela religiosidade popular.
- d) conhecimento empírico apropriado pelo senso comum.
- e) padrão de preservação construído por experimentação dirigida.

○ **4. (ENEM)** A lenda diz que, em um belo dia ensolarado, Newton estava relaxando sob uma macieira. Pássaros gorjeavam em suas orelhas. Havia uma brisa gentil. Ele cochilou por alguns minutos. De repente, uma maçã caiu sobre a sua cabeça e ele acordou com um susto. Olhou para cima. “Com certeza um pássaro ou um esquilo derrubou a maçã da árvore”, supôs. Mas não havia pássaros ou esquilos na árvore por perto. Ele, então, pensou: “Apenas alguns minutos antes, a maçã estava pendurada na árvore. Nenhuma força externa fez ela cair. Deve haver alguma força subjacente que causa a queda das coisas para a terra”.

The English Enlightenment, p. 1-3, apud MARTINS, R. A. *A maçã de Newton: história, lendas e tolices*. In: SILVA, C. C. (org.). *Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2006. p. 169 (adaptado).

Em contraponto a uma interpretação idealizada, o texto aponta para a seguinte dimensão fundamental da ciência moderna:

- a) Falsificação de testes.
- b) Negação da observação.
- c) Proposição de hipóteses.
- d) Contemplação da natureza.
- e) Universalização de conclusões.



○ 5. (ENEM) No semiárido brasileiro, o sertanejo desenvolveu uma acuidade detalhada para a observação dos fenômenos, ao longo dos tempos, presenciados na natureza, em especial para a previsão do tempo e do clima, utilizando como referência a posição dos astros, constelação e nuvens. Conforme os sertanejos, a estação vai ser chuvosa quando a primeira lua cheia de janeiro “sair vermelha, por detrás de uma barra de nuvens”, mas “se surgir prateada, é sinal de seca”.

MAIA, D.; MAIA, A. C. A utilização dos ditos populares e da observação do tempo para a climatologia escolar no ensino fundamental II. GeoTextos, n. 1, jul. 2010 (adaptado).

O texto expõe a produção de um conhecimento que se constitui pela

- a) técnica científica.
- b) experiência perceptiva.
- c) negação das tradições.
- d) padronização das culturas.
- e) uniformização das informações.

○ 6. (ENEM) De um lado, ancorados pela prática médica europeia, por outro, pela terapêutica indígena, com seu amplo uso da flora nativa, os jesuítas foram os reais iniciadores do exercício de uma medicina híbrida que se tornou marca do Brasil colonial. Alguns reis giosos vinham de Portugal já versados nas artes de curar, mas a maioria aprendeu na prática diária as funções que deveriam ser atribuídas a um físico, cirurgião, barbeiro ou boticário.

GURGEL, C. Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2010 (adaptado).

Conforme o texto, o que caracteriza a construção da prática medicinal descrita é a

- a) adoção de rituais místicos.
- b) rejeição dos dogmas cristãos.
- c) superação da tradição popular.
- d) imposição da farmacologia nativa.
- e) conjugação de saberes empíricos.

○ 7. (ENEM) A filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica; o tronco, a física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral, entendendo por moral a mais elevada e a mais perfeita porque pressupõe um saber integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria.

DESCARTES, R. Princípios da filosofia. Lisboa: Edições 70, 1997 (adaptado).

Essa construção alegórica de Descartes, acerca da condição epistemológica da filosofia, tem como objetivo

- a) sustentar a unidade essencial do conhecimento.
- b) refutar o elemento fundamental das crenças.
- c) impulsionar o pensamento especulativo.
- d) receptionar o método experimental.
- e) incentivar a suspensão dos juízos.

○ 8. (ENEM)



Paul/012/D

No centro da imagem, o filósofo Platão é retratado apontando para o alto. Esse gesto significa que o conhecimento se encontra em uma instância na qual o homem descobre a:

- a) suspensão do juízo como reveladora da verdade.
- b) realidade inteligível por meio do método dialético.
- c) salvação da condição mortal pelo poder de Deus.
- d) essência das coisas sensíveis no intelecto divino.
- e) ordem intrínseca ao mundo por meio da sensibilidade.

○ 9. (ENEM) Suponha homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, cuja entrada, aberta à luz, se estende sobre todo o comprimento da fachada; eles estão lá desde a infância, as pernas e o pescoço presos por correntes, de tal sorte que não podem trocar de lugar e só podem olhar para frente, pois os grilhões os impedem de voltar a cabeça; a luz de uma fogueira acesa ao longe, numa elevação do terreno, brilha por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros, há um caminho ascendente; ao longo do caminho, imagine um pequeno muro, semelhante aos tapumes que os manipuladores de marionetes armam entre eles e o público e sobre os quais exibem seus prestígios.

PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Essa narrativa de Platão é uma importante manifestação cultural do pensamento grego antigo, cuja ideia central, do ponto de vista filosófico, evidencia o(a):

- a) caráter antropológico, descrevendo as origens do homem primitivo.
- b) sistema penal da época, criticando o sistema carcerário da sociedade ateniense.
- c) vida cultural e artística, expressa por dramaturgos trágicos e cômicos gregos.
- d) sistema político elitista, provindo do surgimento da *polis* e da democracia ateniense.
- e) teoria do conhecimento, expondo a passagem do mundo ilusório para o mundo das ideias.

Anotações:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



○ **10. (ENEM)** Para Platão, o que havia de verdadeiro em Parmênides era que o objeto de conhecimento é um objeto de razão e não de sensação, e era preciso estabelecer uma relação entre objeto racional e objeto sensível ou material que privilegiasse o primeiro em detrimento do segundo. Lenta, mas irresistivelmente, a Doutrina das Ideias formava-se em sua mente.

ZINGANO, M. Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2012 (adaptado).

O texto faz referência à relação entre razão e sensação, um aspecto essencial da Doutrina das Ideias de Platão (427 a.C.-346 a.C.). De acordo com o texto, como Platão se situa diante dessa relação?

- a) Estabelecendo um abismo intransponível entre as duas.
- b) Privilegiando os sentidos e subordinando o conhecimento a eles.
- c) Atendo-se à posição de Parmênides de que razão e sensação são inseparáveis.
- d) Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação, não.
- e) Rejeitando a posição de Parmênides de que a sensação é superior à razão.

○ **11. (ENEM)** Pode-se viver sem ciência, pode-se adotar crenças sem querer justificá-las racionalmente, pode-se desprezar as evidências empíricas. No entanto, depois de Platão e Aristóteles, nenhum homem honesto pode ignorar que uma outra atitude intelectual foi experimentada, a de adotar crenças com base em razões e evidências e questionar tudo o mais a fim de descobrir seu sentido último.

ZINGANO, M. Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002.

Platão e Aristóteles marcaram profundamente a formação do pensamento Ocidental. No texto, é ressaltado importante aspecto filosófico de ambos os autores que, em linhas gerais, refere-se à:

- a) adoção da experiência do senso comum como critério de verdade.
- b) incapacidade de a razão confirmar o conhecimento resultante de evidências empíricas.
- c) pretensão de a experiência legitimar por si mesma a verdade.
- d) defesa de que a honestidade condiciona a possibilidade de se pensar a verdade.
- e) compreensão de que a verdade deve ser justificada racionalmente.

Anotações:

○ **12. (ENEM)** Quanto à deliberação, deliberam as pessoas sobre tudo? São todas as coisas objetos de possíveis deliberações? Ou será a deliberação impossível no que tange a algumas coisas? Ninguém delibera sobre coisas eternas e imutáveis, tais como a ordem do universo; tampouco sobre coisas mutáveis como os fenômenos dos solstícios e o nascer do sol, pois nenhuma delas pode ser produzida por nossa ação.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Edipro, 2007 (adaptado).

O conceito de deliberação tratado por Aristóteles é importante para entender a dimensão da responsabilidade humana. A partir do texto, considera-se que é possível ao homem deliberar sobre:

- a) coisas imagináveis, já que ele não tem controle sobre os acontecimentos da natureza.
- b) ações humanas, ciente da influência e da determinação dos astros sobre elas.
- c) fatos atingíveis pela ação humana, desde que estejam sob seu controle.
- d) fatos e ações mutáveis da natureza, já que ele é parte dela.
- e) coisas eternas, já que ele é por essência um ser religioso.

○ **13. (ENEM)** Estamos, pois, de acordo quando, ao ver algum objeto, dizemos: "Este objeto que estou vendo agora tem tendência para assemelhar-se a um outro ser, mas, por ter defeitos, não consegue ser tal como o ser em questão, e lhe é, pelo contrário, inferior". Assim, para podermos fazer estas reflexões, é necessário que antes tenhamos tido ocasião de conhecer esse ser de que se aproxima o dito objeto, ainda que imperfeitamente.

PLATÃO, Fédon. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Na epistemologia platônica, conhecer um determinado objeto implica:

- a) estabelecer semelhanças entre o que é observado em momentos distintos.
- b) comparar o objeto observado com uma descrição detalhada dele.
- c) descrever corretamente as características do objeto observado.
- d) fazer correspondência entre o objeto observado e seu ser.
- e) identificar outro exemplar idêntico ao observado.

○ **14. (ENEM)** Não é verdade que estão ainda cheios de velhice espiritual aqueles que nos dizem: "Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Se estava ocioso e nada realizava", dizem eles, "por que não ficou sempre assim no decurso dos séculos, abstendo-se, como antes, de toda ação? Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira eternidade, se n'Ele aparece uma vontade que antes não existia?"

AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

A questão da eternidade, tal como abordada pelo autor, é um exemplo da reflexão filosófica sobre a(s):

- a) essência da ética cristã.
- b) natureza universal da tradição.
- c) certezas inabaláveis da experiência.
- d) abrangência da compreensão humana.
- e) interpretações da realidade circundante.



○ 15. (ENEM) É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. Descartes: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2001. Adaptado.

Apesar de questionar os conceitos da tradição, a dúvida radical da filosofia cartesiana tem caráter positivo por contribuir para o(a):

- a) dissolução do saber científico.
- b) recuperação dos antigos juízos.
- c) exaltação do pensamento clássico.
- d) surgimento do conhecimento inabalável.
- e) fortalecimento dos preconceitos religiosos.

○ 16. (ENEM) Após ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

DESCARTES, R. Meditações. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

A proposição “eu sou, eu existo” corresponde a um dos momentos mais importantes da ruptura da filosofia do século XVII com os padrões da reflexão medieval, por:

- a) estabelecer o ceticismo como opção legítima.
- b) utilizar silogismos linguísticos como prova ontológica.
- c) inaugurar a posição teórica conhecida como empirismo.
- d) estabelecer um princípio indubitável para o conhecimento.
- e) questionar a relação entre a filosofia e o tema da existência de Deus.

○ 17. (ENEM) Nunca nos tornaremos matemáticos, por exemplo, embora nossa memória possua todas as demonstrações feitas por outros, se nosso espírito não for capaz de resolver toda espécie de problemas; não nos tornaríamos filósofos, por ter lido todos os raciocínios de Platão e Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciências, mas histórias.

DESCARTES, R. Regras para a orientação do espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Em sua busca pelo saber verdadeiro, o autor considera o conhecimento, de modo crítico, como resultado da:

- a) investigação de natureza empírica.
- b) retomada da tradição intelectual.
- c) imposição de valores ortodoxos.
- d) autonomia do sujeito pensante.
- e) liberdade do agente moral.

○ 18. (ENEM)

TEXTO I

Considero apropriado deter-me algum tempo na contemplação deste Deus todo perfeito, ponderar totalmente à vontade seus maravilhosos atributos, considerar, admirar e adorar a incomparável beleza dessa imensa luz.

DESCARTES, R. Meditações. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

TEXTO II

Qual será a forma mais razoável de entender como é o mundo? Existirá alguma boa razão para acreditar que o mundo foi criado por uma divindade todo-poderosa? Não podemos dizer que a crença em Deus é “apenas” uma questão de fé.

RACHELS, J. Problemas da filosofia. Lisboa: Gradiva, 2009.

Os textos abordam um questionamento da construção da modernidade que defende um modelo

- a) centrado na razão humana.
- b) baseado na explicação mitológica.
- c) fundamentado na ordenação imanentista.
- d) focado na legitimação contratualista.
- e) configurado na percepção etnocêntrica.

○ 19. (ENEM)

Texto I

Há algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto. Era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente a fim de estabelecer um saber firme e inabalável.

DESCARTES, R. Meditações concernentes à Primeira Filosofia. São Paulo, Abril Cultural, 1973. Adaptado.

Texto II

É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. Descartes: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2001. Adaptado.

A exposição e a análise do projeto cartesiano indicam que, para viabilizar a reconstrução radical do conhecimento, deve-se:

- a) retomar o método da tradição para edificar a ciência com legitimidade.
- b) questionar de forma ampla e profunda as antigas ideias e concepções.
- c) investigar os conteúdos da consciência dos homens menos esclarecidos.
- d) buscar uma via para eliminar da memória saberes antigos e ultrapassados.
- e) encontrar ideias e pensamentos evidentes que dispensam ser questionados.



○ 20. (ENEM) Uma vez que a razão me persuade de que devo impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis tanto quanto àquelas que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas.

DESCARTES, R. *Meditações de Filosofia Primeira*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

Ao introduzir a dúvida como método, Descartes busca alcançar uma certeza capaz de refundar, sobre princípios sólidos, a ciência e a filosofia. Seu procedimento teórico indica:

- a) a capacidade de o entendimento humano duvidar das certezas claras e distintas.
- b) a ideia de que o ceticismo é base suficiente para edificar a filosofia moderna.
- c) o rompimento com o dogmatismo da filosofia aristotélico-tomista que prevalecera na Idade Média.
- d) a primazia dos sentidos como caminho seguro de condução do homem à verdade.
- e) o estabelecimento de uma regra capaz de consolidar a tradição escolástica de pensamento.

○ 21. (ENEM) Dizem que Humboldt, naturalista do século XIX, maravilhado pela geografia, flora e fauna da região sul-americana, via seus habitantes como se fossem mendigos sentados sobre um saco de ouro, referindo-se a suas incomensuráveis riquezas naturais não exploradas. De alguma maneira, o cientista ratificou nosso papel de exportadores de natureza no que seria o mundo depois da colonização ibérica: enxergou-nos como territórios condenados a aproveitar os recursos naturais existentes.

ACOSTA, A. *Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016 (adaptado).

A relação entre ser humano e natureza ressaltada no texto reflete a permanência da seguinte corrente filosófica:

- a) Relativismo cognitivo.
- b) Materialismo dialético.
- c) Racionalismo cartesiano.
- d) Pluralismo epistemológico.
- e) Existencialismo fenomenológico.

Anotações:

○ 22. (ENEM)

Texto I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Texto II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Unesp, 2004. Adaptado.

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume:

- a) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- b) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- c) são legítimos representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- d) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- e) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.

○ 23. (ENEM) Quando analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos e sublimes que sejam, sempre descobrimos que se resolvem em ideias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior.

Mesmo as ideias que, à primeira vista, parecem mais afastadas dessa origem mostram, a um exame mais atento, ser derivadas dela.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Depreende-se deste excerto da obra de Hume que o conhecimento tem a sua gênese na:

- a) convicção inata.
- b) dimensão apriorística.
- c) elaboração do intelecto.
- d) percepção dos sentidos.
- e) realidade transcendental.



○ 24. (ENEM)

TEXTO I

Os segredos da natureza se revelam mais sob a tortura dos experimentos do que no seu curso natural.

BACON, F. *Novum Organum*, 1620. In: HADOT, P. *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da idéia de natureza*. São Paulo: Loyola, 2006.

TEXTO II

O ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio da natureza. Age de forma totalmente desarmônica sobre o ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 1995.

Os textos indicam uma relação da sociedade diante da natureza caracterizada pela :

- a) objetificação do espaço físico.
- b) retomada do modelo criacionista.
- c) recuperação do legado ancestral.
- d) infalibilidade do método científico.
- e) formação da cosmovisão holística.

○ 25. (ENEM) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu “de um prazer de poder”, “de um mero imperialismo humano”, mas da aspiração de libertar o homem e de enriquecer sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. *A tecnologia como problema filosófico: três enfoques*. *Scientia e Studia*. São Paulo, v. 2, nº 4, 2004. Adaptado.

Autores da Filosofia Moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em:

- a) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.
- b) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da Filosofia.
- c) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.
- d) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.
- e) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

Anotações:

○ 26. (ENEM) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que:

- a) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.
- b) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- c) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- d) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.
- e) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

○ 27. (ENEM) O contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade. *Que o Sol não nascerá amanhã* é tão inteligível e não implica mais contradição do que a afirmação de que ele nascerá. Podemos em vão, todavia, tentar demonstrar sua falsidade de maneira absolutamente precisa. Se ela fosse demonstrativamente falsa, implicaria uma contradição e o espírito nunca poderia concebê-la distintamente, assim como não pode conceber que $1 + 1$ seja diferente de 2.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado).

O filósofo escocês David Hume refere-se a fatos, ou seja, a eventos espaço-temporais, que acontecem no mundo. Com relação ao conhecimento referente a tais eventos, Hume considera que os fenômenos:

- a) acontecem de forma inquestionável, ao serem apreensíveis pela razão humana.
- b) ocorrem de maneira necessária, permitindo um saber próximo ao de estilo matemático.
- c) propiciam segurança ao observador, por se basearem em dados que os tornam incontestáveis.
- d) devem ter seus resultados previstos por duas modalidades de provas, com conclusões idênticas.
- e) exigem previsões obtidas por raciocínio, distinto do conhecimento baseado em cálculo abstrato.



○ **28. (ENEM)** Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: porque esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a:

- a) universabilidade do conjunto das proposições de observação.
- b) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.
- c) dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.
- d) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.
- e) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

○ **29. (ENEM)**

Texto I

O Heliocentrismo não é o “meu sistema”, mas a Ordem de Deus. COPÉRNICO, N. *As revoluções dos orbes celestes* [1543]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Texto II

Não vejo nenhum motivo para que as ideias expostas neste livro (*A origem das espécies*) se choquem com as ideias religiosas. DARWIN, C. *A origem das espécies* [1859]. São Paulo: Escala, 2009.

Os textos expressam a visão de dois pensadores – Copérnico e Darwin – sobre a questão religiosa e suas relações com a ciência, no contexto histórico de construção e consolidação da Modernidade. A comparação entre essas visões expressa, respectivamente:

- a) articulação entre ciência e fé - pensamento científico independente
- b) poder secular acima do poder religioso - defesa dos dogmas católicos
- c) ciência como área autônoma do saber - razão humana submetida à fé
- d) moral católica acima da protestante - subordinação da ciência à religião
- e) autonomia do pensamento religioso - fomento à fé por meio da ciência

Anotações:

○ **30. (ENEM)** O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambiguidade. Quando se limita a suportar a ambiguidade, esta se chama equívoco. Sempre aconteceu que, mesmo aqueles que pretenderam construir uma filosofia absolutamente positiva, sô conseguiram ser filósofos na medida em que, simultaneamente, se recusaram o direito de se instalar no saber absoluto. O que caracteriza o filósofo é o movimento que leva incessantemente do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e um certo repouso neste movimento.

MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1998 (adaptado).

O texto apresenta um entendimento acerca dos elementos constitutivos da atividade do filósofo, que se caracteriza por:

- a) reunir os antagonismos das opiniões ao método dialético.
- b) ajustar a clareza do conhecimento ao inatismo das ideias.
- c) associar a certeza do intelecto à imutabilidade da verdade.
- d) conciliar o rigor da investigação à inquietude do questionamento.
- e) compatibilizar as estruturas do pensamento aos princípios fundamentais.

○ **31. (ENEM)** Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória; os mais horrendos sacrifícios e penhores, as mais repugnantes mutilações (as castrações, por exemplo), os mais cruéis rituais, tudo isto tem origem naquele instinto que divisou na dor o mais poderoso auxiliar da memória.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

O fragmento evoca uma reflexão sobre a condição humana e a elaboração de um mecanismo distintivo entre homens e animais, marcado pelo(a):

- a) racionalidade científica.
- b) determinismo biológico.
- c) degradação da natureza.
- d) domínio da contingência.
- e) consciência da existência.

○ **32. (ENEM)** Será que as coisas lhe pareceriam diferentes se, de fato, todas elas existissem apenas na sua mente — se tudo o que você julgasse ser o mundo externo real fosse apenas um sonho ou alucinação gigante, de que você jamais fosse despertar? Se assim fosse, então é claro que você nunca poderia despertar, como faz quando sonha, pois significaria que não há mundo “real” no qual despertar. Logo, não seria exatamente igual a um sonho ou alucinação normal.

NAGEL, T. *Uma breve introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

O texto confere visibilidade a uma doutrina filosófica contemporânea conhecida como:

- a) Personalismo, que vincula a realidade circundante aos domínios do pessoal.
- b) Falsificacionismo, que estabelece ciclos de problemas para refutar uma conjectura.
- c) Falibilismo, que rejeita mecanismos mentais para sustentar uma crença inequívoca.
- d) Idealismo, que nega a existência de objetos independentemente do trabalho cognoscente.
- e) Solipsismo, que reconhece limitações cognitivas para compreender uma experiência compartilhada.



○ **33. (ENEM)** Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calousto-Guilbonkian, 1994. Adaptado.

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que:

- a) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- d) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

○ **34. (ENEM)**

TEXTO I

Uma filosofia da percepção que queira reaprender a ver o mundo restituirá à pintura e às artes em geral seu lugar verdadeiro.

MERLEAU-PONTY, M. *Conversas*: 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TEXTO II

Os grandes autores de cinema nos pareceram confrontáveis não apenas com pintores, arquitetos, músicos, mas também com pensadores. Eles pensam com imagens, em vez de conceitos.

DELEUZE, G. *Cinema 1: a imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (adaptado).

De que modo os textos sustentam a existência de um saber ancorado na sensibilidade?

- a) Admitindo o belo como fenômeno transcendental.
- b) Reafirmando a vivência estética como juízo de gosto.
- c) Considerando o olhar como experiência de conhecimento.
- d) Apontando as formas de expressão como auxiliares da razão.
- e) Estabelecendo a inteligência como implicação das representações.

○ **35. (ENEM 2023)** Eu poderia concluir que a raiva é um pensamento, que estar com raiva é pensar que alguém é detestável, e que esse pensamento, como todos os outros — assim como Descartes o mostrou —, não poderia residir em nenhum fragmento de matéria. A raiva seria, portanto, espírito. Porém, quando me volto para minha própria experiência da raiva, devo confessar que ela não estava fora do meu corpo, mas inexplicavelmente nele.

MERLEAU-PONTY, M. *Quinta conversa: o homem visto de fora*. São Paulo: Martins Fontes, 1948 (adaptado).

No que se refere ao problema do corpo, a filosofia cartesiana apresenta-se como contraponto ao entendimento expresso no texto por

- a) apresentar uma visão dualista.
- b) confirmar uma tese naturalista.
- c) demonstrar uma premissa realista.
- d) sustentar um argumento idealista.
- e) defender uma posição intencionalista.

○ **36. (UFSM)** Os Jardins Suspensos da Babilônia, construídos por volta de 600 a.C., no período de Nabucodonosor, podem ser entendidos como símbolo de poder expressado através da arquitetura monumental que caracteriza as Monarquias Orientais Antigas e exemplo de uma civilização mesopotâmica que possuía conhecimento de técnicas de irrigação utilizadas na agricultura.

O examinador apresenta a possibilidade de se entenderem os Jardins da Babilônia de mais de uma forma. Nesse contexto, a expressão ser entendidos como pode ser vista como um caso de:

- a) conhecimento.
- b) compreensão.
- c) ciência.
- d) crença.
- e) verdade.

○ **37. (UFSM)** Há diferentes formas de conhecer. Há uma tradição filosófica que define o conhecimento como crença verdadeira justificada. Sobre essa definição, pode-se dizer que

- I. a crença e a verdade são condições necessárias, mas não são suficientes.
- II. a verdade e a justificação são condições suficientes, mas não são necessárias.
- III. a crença e a justificação são condições nem necessárias, nem suficientes.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

○ **38. (UFSM)** Segundo Francis Bacon, os cientistas devem ser como abelhas: colher dados mediante experimentação e observação, depois buscar regularidades para formular hipóteses relativas às leis da natureza. Essas hipóteses devem ser submetidas a teste e experimento, para que possam ser confirmadas ou refutadas.

Considere as seguintes afirmações:

- I. O método científico de Bacon é indutivo.
- II. As hipóteses são verdades científicas.
- III. Uma hipótese não pode ser confirmada e refutada.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e III.
- e) apenas II e III.



○ 39. (UFSM) As questões de Filosofia no vestibular da UFSM procuram explorar os aspectos reflexivos que estão presentes na experiência cotidiana e, em especial, nas diversas disciplinas escolares. Agora, após a conclusão das questões de Matemática, uma das disciplinas da prova, convidamos a uma reflexão sobre o tipo de conhecimento humano representado por ela. A alternativa que melhor caracteriza a natureza do conhecimento matemático é aquela que afirma ser a Matemática uma ciência

- a) empírica e formal.
- b) exata e empírica.
- c) simbólica e formal.
- d) semântica e quantitativa.
- e) qualitativa e exata.

○ 40. (UFSM 2023) “Negacionismo, tal como definido atualmente, é a atitude de negar, para si mesmo e para o mundo, um fato bem estabelecido ou um consenso científico, na ausência de evidências contundentes. [...] Quando o grupo negacionista é minoritário, ou a evidência do erro é prevalente e abundante na cultura — especialmente quando essas duas condições se encontram —, o negacionismo tende a gerar um senso de identidade coletiva e de solidariedade mútua que se aproxima muito do que existe no meio das teorias da conspiração e de certos grupos políticos e religiosos mais radicais. A convicção de que ‘nós’, os poucos e bons, estamos juntos na trincheira contra a iniquidade de um mundo dominado por ‘eles’, os muitos e maus, é um potente motivador. A mentalidade conspiratória vem a calhar, porque permite inverter o sinal da evidência. Se ‘eles’ controlam a narrativa, qualquer prova de que o grupo negacionista está errado é, na verdade, prova de que ele está certo: são as ‘impresões digitais’ da conspiração.”

Fonte: PASTERNAK, N.; ORSI, C. *Contra a realidade: A negação da ciência, suas causas e consequências*. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2021.

De acordo com o texto acima, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

- () O sistema de crenças de um indivíduo negacionista é imune às pressões identitárias do grupo social em que está inserido.
- () O comportamento negacionista ilustra o modelo falsificacionista de ciência defendido por Karl Popper.
- () A desconsideração das melhores evidências científicas disponíveis segue o método indutivo de confirmação de teorias científicas.

A sequência correta é

- a) F – F – F.
- b) F – V – F.
- c) V – F – V.
- d) V – V – V.
- e) F – F – V.

Anotações:

○ 41. (UNIOESTE) Esclarecimento é a saída do homem da menoridade, pela qual é o próprio culpado. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado por esta incapacidade, quando sua causa reside na falta, não de entendimento, mas de resolução e coragem de fazer uso dele sem a direção de outra pessoa. *Sapere aude!* Ousa fazer uso de teu próprio entendimento! Eis o lema do Esclarecimento.

Immanuel Kant, “Resposta à pergunta: ‘Que é Esclarecimento?’”.

Considerando-se o texto acima, para o filósofo Immanuel Kant, **não** corresponde ao significado de esclarecimento:

- a) a compreensão de que esclarecimento trata-se de um processo de emancipação intelectual.
- b) a partir do esclarecimento, o homem deve se sentir mais humano, ou seja, mais emancipado.
- c) a necessidade de vincular-se permanentemente às verdades religiosas que levam o homem a se libertar da falta de entendimento.
- d) o uso livre do próprio entendimento, raciocinando e refletindo sobre as regras que a própria razão humana apresenta.
- e) o uso da razão, somado à liberdade, pode levar o homem a fugir da condição de tutelado e constituir a sua situação de sujeito autônomo.

○ 42. (UNIOESTE) Ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial (metodologia científica).

Newton Freire-Maia.

O que distingue a atitude científica da atitude costumeira ou do senso comum? Antes de qualquer coisa, a ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, ali onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê problemas e obstáculos, aparências que precisam ser explicadas e, em certos casos, afastadas. Sob quase todos os aspectos, podemos dizer que o conhecimento científico opõe-se ponto por ponto às características do senso comum.

Marilena Chauí.

Considerando os textos acima, em que são apresentadas uma definição de ciência e uma distinção entre ciência e senso comum, é correto afirmar que:

- a) tanto o senso comum quanto a ciência desenvolvem metodologias específicas para tratar com a realidade ou com os fatos.
- b) o senso comum tem papel fundamental na elaboração de teorias científicas, pois é a partir das observações empíricas, base do senso comum, que a ciência interpreta a realidade.
- c) por ser caracterizada como interpretação ou modelo, a ciência entende que os fatos ou objetos científicos são dados empíricos espontâneos de nossa experiência cotidiana.
- d) todo fenômeno estudado e compreendido pela ciência é passível de ser controlado, verificado, interpretado e pode ser retificado e corrigido por novas elaborações.
- e) ao constatar que existem problemas e obstáculos em nossa experiência cotidiana, a ciência dificulta nossa compreensão do mundo.



○ **43. (UNIOESTE 2023)** A respeito da intuição, tal como elaborada na *Crítica da Razão Pura*, de Kant (1724-1804), lemos:

A intuição, exatamente como o conceito, tem o caráter primário de representação. A representação, como um representar, significa referir-se a um objeto. Intuição e conceitos são os dois modos de representar que Kant conhece. A intuição, como um modo determinado do representar, caracteriza-se por referir-se a um objeto de tal modo que, nele, o objeto se dá imediatamente (...). Os modos desse dar-se são os sentidos, e cada um dá, respectivamente, em um determinado círculo, uma multiplicidade, cada um tem seu círculo de doação. (...) Kant viu que o múltiplo desse modo de doação de um sentido, e dos sentidos em geral, na medida em que é algo múltiplo (...) está determinado pelo caráter da sucessão ou da simultaneidade.

HEIDEGGER, Martin, em *Lógica – a pergunta pela verdade*.

É indiferente que haja ordem ou desordem no visto, mas o critério para essa ordenação ou para a desordem, ou seja, a possibilidade mesma de que o múltiplo intuído (o “visto imediatamente”) tenha alguma ordem é uma representação prévia ao intuído, que lhe dá forma.

Tratando-se da forma da intuição sensível, e levando em conta seus conhecimentos a respeito de Kant, é CORRETO, a partir também do enunciado acima, afirmar.

- a) O espaço é o critério mais geral para ordenar ou para avaliar a desordem do intuído, sendo, pois, um conceito puro.
- b) Os sentidos são incapazes de fornecer representações.
- c) O tempo é um conceito puro do entendimento, por meio do qual a intuição, segundo Kant, tem acesso à multiplicidade captada pelos sentidos.
- d) O tempo é uma forma pura da intuição sensível e todo o múltiplo acessível por representações sensíveis atende ao critério de sucessão ou simultaneidade.
- e) O espaço é uma forma pura da intuição sensível e é exclusivamente nele que representações sensíveis se mostram ordenadas ou desordenadas.

○ **44. (UNIOESTE 2023)** A filósofa da ciência Helen Longino defende que a objetividade científica não pode ser confundida com a certeza. Para ela, a objetividade tem a ver com características da investigação conduzida por comunidades específicas, que realizam sua prática de mente aberta, lidando com críticas públicas, alterando o conteúdo dinâmico e crescente de conhecimentos à medida que interagem com novos dados e modos de interpretá-los. Ademais, a ciência não é livre de valores, ao contrário, eles estão presentes na atividade científica como diferentes estratégias mobilizadas para identificar um padrão ou ordem no mundo físico. Quanto à apreciação pública da ciência, diz Longino:

Se entendermos a objetividade como uma propriedade das comunidades de pesquisa, então acho que podemos pensar sobre como as comunidades de pesquisa funcionam, e isso é algo que o público pode avaliar quando estiver tentando decidir se segue, digamos, o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas em oposição a algum negacionista, ou tentando decidir se segue o que um profissional de saúde pública diz em oposição ao que um político diz. No caso de uma pandemia, você pode olhar para as comunidades nas quais essas pessoas estão inseridas e das quais falam para ter uma ideia de quais são mais prováveis de serem fontes confiáveis de informação.

LONGINO, Helen. Entrevista à revista *Em Construção*.

Em conformidade com a concepção de ciência expressa por Longino, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A irrefutabilidade da ciência decorre de basear-se em princípios exclusivamente racionais.
- b) A infalibilidade da ciência é alcançada pela aplicação do método científico.
- c) A objetividade da ciência é assegurada pela inexistência de aspectos subjetivos em suas atividades.
- d) A confiabilidade da ciência assenta-se em seu caráter empírico e intersubjetivo.
- e) A pluralidade da ciência indica sua incapacidade para fundamentar as decisões políticas.

○ **45. (UFPR)** Mas, logo em seguida, adverti que enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.

DESCARTES. Discurso do método. Col. Os Pensadores. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 46.

O texto citado corresponde a uma das passagens mais marcantes da filosofia de Descartes, um filósofo considerado por muitos intérpretes como o pai do racionalismo. Com base no texto e na ideia geral de racionalismo, é correto afirmar:

- a) O racionalismo tem como garantia de verdade a experiência.
- b) Descartes é um filósofo empirista, visto que faz experiências de pensamento.
- c) Descartes inaugura um tipo de busca pela verdade que se ampara no exercício.
- d) A expressão “penso, logo existo” é uma das suposições dos céticos sobre o conhecimento.
- e) Descartes não buscava um princípio seguro, pois duvidava de todas as coisas.

○ **46. (UFPR)** Nas primeiras linhas das *Meditações Metafísicas*, Descartes declara que “recebera muitas falsas opiniões por verdadeiras” e que “aquilo que fundou sobre princípios mal assegurados devia ser muito duvidoso e incerto”.

(DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*, In: MARÇAL, J. CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (org.) *Antologia de textos filosóficos*, Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 153.)

A fim de dar bom fundamento ao conhecimento científico, Descartes entende que é preciso:

- a) confiar nas próprias opiniões.
- b) certificar-se de que os outros pensam como nós.
- c) seguir as opiniões dos mais sábios.
- d) partir de princípios seguros e proceder com método.
- e) aceitar que o conhecimento é duvidoso e incerto.

Anotações:



○ 47. (UFPR) Em um texto chamado “Resposta à questão: o que é esclarecimento?”, Kant afirma que o “esclarecimento é a saída do homem da menoridade”. Afirma também que a “menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia” e que “o homem é o culpado por esta incapacidade, quando sua causa resulta na falta, não do entendimento, mas de resolução e coragem para fazer uso dele sem a direção de outra pessoa”.

KANT, Resposta à questão: O que é esclarecimento? In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Org.). Antologia de Textos Filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 407.

Por sua vez, Foucault afirma: “Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam [...]”, referindo-se a um corpo (homem) que se torna ao mesmo tempo analisável e manipulável.

FOUCAULT, Michel. Os corpos docéis. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Trad. Lúcia M. Pondé Vassalo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 125.

Com base nos dois textos e no pensamento desses filósofos, considere as afirmativas abaixo:

1. O Esclarecimento seria uma espécie de menoridade intelectual e corresponderia à afirmação da religião como ponto de partida para o homem tomar suas principais decisões.
2. Enquanto Kant se preocupa em avaliar o quanto os indivíduos são responsáveis por se deixarem dirigir por outros, Foucault trata de mostrar os modos como a sociedade torna o homem manipulável.
3. Tanto Kant quanto Foucault se questionam pelo nível de autonomia do homem, ambos, porém, a partir de abordagens diferentes e chegando a conclusões diferentes.
4. Fica claro no texto de Foucault que a idade clássica favorece o autoconhecimento e a autonomia de pensamento.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

○ 48. (UFPR) Ampliando suas investigações para além de suas capacidades, e deixando seus pensamentos vagarem em profundezas, a tal ponto de lhes faltar apoio seguro para o pé, não é de admirar que os homens levantem questões e multipliquem disputas acerca de assuntos insolúveis, servindo apenas para prolongar e aumentar suas dúvidas, e para confirmá-los ao fim num perfeito ceticismo.

LOCKE. Ensaio acerca do entendimento humano. Trad. Anuar Alex. Coleção Os Pensadores, vol. XVIII. São Paulo: Victor Civita, 1973, introdução, p. 147.

Considerando a passagem acima e a obra de que foi extraída, segundo Locke, os homens tornam-se céticos porque:

- a) são capazes de obter apenas um conhecimento provável acerca das coisas.
- b) não limitam suas investigações ao que é possível conhecer.
- c) dependem da experiência sensível para conhecer, sendo essa experiência enganosa.
- d) não são capazes de encontrar um apoio seguro para os seus pensamentos.
- e) encontram prazer na mera disputa.

○ 49. (UFPR) Na introdução ao *Ensaio sobre o entendimento humano*, John Locke declara que nessa obra ele pretende investigar “a origem, a certeza e a extensão do conhecimento humano, juntamente com as bases e graus da crença, opinião e assentimento”.

LOCKE, John. Coleção Os Pensadores. Vol. XVIII. São Paulo: Victor Civita, 1973. p. 145.)

Com base nessa citação e na obra de que foi retirada, é correto afirmar que essa investigação:

- a) levará o entendimento a ter certeza sobre seus conteúdos.
- b) levará o entendimento a estender os seus limites.
- c) requer o exame dos processos físicos pelos quais o entendimento recebe suas ideias.
- d) requer o abandono das opiniões recebidas.
- e) busca critérios de verdade.

○ 50. (UFSC) No livro VII da obra *A República*, empregando a alegoria da caverna, Platão apresenta a diferença entre opinião (falso conhecimento) e ciência (verdadeiro conhecimento). Conforme essa alegoria, é correto afirmar que:

01. a opinião consiste em ser enganado por aparências.
02. a opinião é fácil de superar.
04. a ciência consiste em atingir o inteligível.
08. os homens normalmente resistem a aceitar a ciência.
16. a opinião e a ciência são enfoques diferentes da mesma realidade.
32. a ciência baseia-se na opinião.
64. a opinião baseia-se na ciência.



○ 51. (UFSC) Sobre o mito da caverna no livro *A República*, de Platão, é correto afirmar que ele:

01. simboliza o esforço do homem para alcançar a sabedoria.
02. representa o castigo dos homens que infringiram as leis da cidade.
04. mostra que a sabedoria não pode ser alcançada.
08. mostra que a sabedoria não está reservada a um só homem.
16. culpa o sábio pela situação dos prisioneiros.
32. refere-se à necessidade de investigar o mundo material.
64. sintetiza a visão platônica da educação que estimula a dúvida sobre todas as nossas opiniões.



○ **52. (UFSC)** Em relação ao mito da caverna de Platão, é correto afirmar que:

- 01. as sombras projetadas na parede da caverna representam meras opiniões, consideradas erroneamente pelos prisioneiros como conhecimento.
- 02. apesar de estarem acorrentados, os prisioneiros conseguem ter plena clareza quanto à realidade existente fora da caverna.
- 04. simboliza o sofrimento e o anseio da libertação dos escravos na Atenas do século IV a.C.
- 08. o interior da caverna representa o mundo da ignorância e o exterior da caverna representa o mundo do conhecimento.
- 16. o prisioneiro que consegue se libertar volta à caverna para compartilhar o conhecimento adquirido fora dela, embora seja ridicularizado pelos demais prisioneiros.
- 32. os prisioneiros que permanecem na caverna possuem mais conhecimento do que o prisioneiro libertado.
- 64. quando retorna à caverna, aquele que conseguiu se libertar dos grilhões é bem recebido por seus antigos companheiros, que o veem como um sábio que irá libertá-los.



○ **53. (UFSC)** Na obra *Meditações Metafísicas*, Descartes apresenta a dúvida metódica. Sobre esse tema, é correto afirmar que Descartes:

- 01. pratica a dúvida porque muitas das suas opiniões haviam-se mostrado falsas e desejava fundamentar bem seus conhecimentos.
- 02. propõe-se a desconfiar apenas daquelas suas opiniões que forem manifestamente falsas, mantendo as que forem relativamente seguras.
- 04. constata que os seus sentidos raramente o enganam, sendo por isso fontes confiáveis de conhecimento.
- 08. acaba dando-se conta de que a dúvida metódica impede que obtenhamos conhecimento.
- 16. pensa que as matemáticas, devido à sua clareza, não podem nos enganar.
- 32. percebe que a dúvida metódica deve ser aplicada constantemente, a fim de refutar suas opiniões tradicionais.
- 64. lembra que acreditamos nas coisas sonhadas como se fossem reais, o que estimula a dúvida sobre todas as nossas opiniões.



○ **54. (UFSC)** Na obra *Meditações metafísicas*, Descartes apresenta a dúvida metódica. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- 01. não é possível alcançar a certeza absoluta.
- 02. a dúvida metódica visa alcançar a certeza.
- 04. a dúvida metódica nos conduz necessariamente ao ceticismo.
- 08. somente a religião pode nos levar ao conhecimento e à certeza.
- 16. a dúvida metódica atinge as opiniões vulgares, porém não atinge as ciências.
- 32. a hipótese do gênio maligno é introduzida para refutar a existência de Deus.
- 64. mediante a dúvida metódica podemos chegar à certeza de nossa existência.



○ **55. (UFSC)** No que se refere à obra *Meditações Metafísicas* de Descartes, é correto afirmar que:

- 01. os sentidos corpóreos são enganadores e, portanto, não são confiáveis para a obtenção de conhecimento.
- 02. só é possível distinguir o sono da vigília com o auxílio do gênio maligno.
- 04. não é possível adquirir conhecimento, portanto só nos resta aceitar o ceticismo.
- 08. Deus não existe, de modo que a melhor posição em filosofia é o ateísmo.
- 16. a dúvida metódica não se deve aplicar às verdades matemáticas.
- 32. a expressão “eu sou, eu existo” é a primeira certeza da filosofia cartesiana.
- 64. Deus existe, e tal verdade pode ser provada pela ideia que temos de Deus como um ser perfeito e pela constatação de que sua inexistência implicaria uma imperfeição.



○ **56. (UFSC)** Sobre o mito da caverna no livro *A República*, de Platão, é correto afirmar que ele:

- 01. explica por que as pessoas em geral não conhecem a verdade.
- 02. representa uma concepção elitista da sabedoria, ao sugerir que não deve ser difundida.
- 04. simboliza a capacidade humana de forjar fantasias.
- 08. exalta o poder dos sentidos humanos para o conhecimento do mundo.
- 16. indica que os homens não devem conformar-se com meras opiniões sobre as coisas.
- 32. admite que não é difícil superar as noções tradicionais sobre o mundo.
- 64. sugere que o sábio é geralmente incompreendido.



○ 57. (UFSC) Na obra *Meditações Metafísicas*, Descartes tece considerações sobre um pedaço de cera. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- 01. a análise da cera contradiz a dúvida metódica.
- 02. a cera é conhecida pelo poder da imaginação.
- 04. somente através do pensamento podemos obter conhecimento da essência da cera.
- 08. nossos sentidos não são uma fonte segura de conhecimento.
- 16. a análise da cera reforça a certeza de Descartes sobre sua própria mente.
- 32. a análise permite-nos concluir que a matéria é a essência dos corpos.
- 64. Descartes escolhe a cera para mostrar o poder do tato no conhecimento do mundo.



○ 58. (UFSC) No prefácio à segunda edição e na introdução da obra *Crítica da razão pura*, Kant afirma que:

- 01. a Metafísica tradicional, ao longo da história, atingiu o caminho seguro da ciência, assim como a Matemática.
- 02. conhecimentos *a priori* dependem da experiência para existirem.
- 04. para Kant, o procedimento adotado na Metafísica sempre constituiria, sem dúvida alguma, um mero tatear e, o que é pior, sob simples conceitos.
- 08. Kant afirma que seu objetivo é tentar mudar o procedimento tradicional da Metafísica e promover, assim, uma completa revolução nela.
- 16. conhecimentos empíricos possuem as suas fontes *posteriori*, ou seja, na experiência.
- 32. no fim da introdução, Kant afirma que a Metafísica é mais confiável que ciências como a Matemática e a Física, pois a Metafísica é a ciência do “ser enquanto ser”.



○ 59. (UFN) Basta a crença no essencial para que se alcance algum conhecimento seguro? Até onde vai a simples credulidade? Conforme o texto acima, é clara a necessidade de algum complemento à crença para determinar uma proposição como conhecimento. Ora, há vários tipos de ceticismo, dentre eles, o radical coloca em xeque todas as fontes e as justificativas de conhecimento. Para um cético radical, ser crédulo e justificar essa credulidade não faria qualquer diferença para transformar uma proposição em conhecimento.

A partir da posição do ceticismo radical, avalie as asserções dadas e a relação proposta entre elas.

I. Não há nenhuma crença possível de ser considerada como conhecimento.

PORQUE

II. Justificar uma crença é razão suficiente para obter um conhecimento isento de dúvida.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

○ 60. (UFN) Considere o texto a seguir para responder à questão.

Sócrates: Então, meu jovem, nosso argumento com razão nos censura e mostra que investigamos erroneamente, quando abandonamos o conhecimento para investigar antes a opinião falsa? Ora, é impossível que alguém a conheça antes de compreender suficientemente o que é o conhecimento.

Teeteto: Sócrates, agora mesmo é que preciso pensar no que você diz.

Sócrates: Então, para começar tudo de novo, o que alguém dirá ser o conhecimento? Não vamos desistir ainda, não é?

Teeteto: Absolutamente, a não ser que seja você quem desista.

Sócrates: Diga então, o que diremos dele [do conhecimento], sem que entremos nós próprios em contradição?

Teeteto: Aquilo mesmo que tentamos há pouco, Sócrates, pois eu não sei dizer mais nada.

Sócrates: O quê?

Teeteto: Que a opinião verdadeira é conhecimento. Ao menos é sem erro dar opinião verdadeira, e tudo o que surge disso vem a ser belo e bom.

Teeteto, Platão in: FIGUEIREDO, V. (Org.), Filosofia: temas e per-cursos. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2013.

Na sequência do diálogo, acima citado, Sócrates defende uma concepção de conhecimento, identificada como:

- a) a mesma concepção de Teeteto, pois defende que não basta ter opinião para termos conhecimento, é preciso também que nossa opinião seja verdadeira.
- b) a mesma visão de Teeteto, visto que possuir uma crença verdadeira já é possuir uma justificativa para essa crença.
- c) uma concepção distinta de conhecimento daquela de Teeteto, pois Sócrates mostra que alguém pode ser persuadido a ter uma opinião verdadeira sem, de fato, possuir justificativa para essa opinião.
- d) a descrição de Teeteto, com o acréscimo de que a opinião verdadeira deve ser compartilhada.
- e) uma visão distinta de Teeteto, uma vez que não é sempre preciso justificar uma opinião verdadeira para termos conhecimento.

Anotações:



○ 61. (UFN) Aristóteles pensou que o tempo sempre estaria implicado na mudança. Essa é uma das razões por que ele definiu o tempo como "o número do movimento conforme o anterior e o posterior (...) dado que ele é o número de um contínuo, ele é contínuo".

ARISTÓTELES. Física. Livro IV, 11, 219b1s; 220 a 25s.

Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A mudança do agora é a passagem entre um passado e um futuro, de modo que, a cada novo momento, há um novo agora,

PORQUE

II. todos os processos da natureza implicam mudanças, a saber, de uma passagem contínua de um anterior para um posterior.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da primeira.
- c) A asserção I é uma proposição falsa, e a II, verdadeira.
- d) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II, falsa.
- e) Ambas as asserções são falsas.

○ 62. (UFN) Considere o trecho sobre a natureza do tempo.

De fato, o que é o tempo? Quem poderia explicá-lo fácil e brevemente? Quem o compreenderá para expressá-lo em palavras, na fala ou no pensamento? E, no entanto, entre as coisas que nomeamos em nossas conversas, o que há de mais comum e conhecido do que o tempo? E certamente entendemos quando o nomeamos, e entendemos também quando ouvimos outros nomeá-lo. O que é o tempo, então? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei: mas é com segurança que afirmo saber que, se nada passasse, não haveria tempo passado; se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro; e, se nada fosse, não haveria tempo presente. Logo, aqueles dois tempos, passado e futuro, em que sentido eles são, se o passado não é mais, e o futuro ainda não é? Mas o presente, se fosse sempre presente e não se tornasse passado, não seria presente, e sim eternidade.

FONTE: AGOSTINHO DE HIPONA. Confissões. Tradução de Lorenzo Mammi. Penguin e Companhia das Letras, s/d., 2017.

Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as afirmações a seguir.

- () A tematização do tempo é frequente em conversas cotidianas, ainda que sem uma elaboração teórica precisa.
- () A linguagem oferece conceitos suficientes para responder à pergunta sobre o tempo, mas Agostinho não sabe como responder.
- () O tempo implica um tipo de passagem imediata do passado ao futuro.
- () O presente designa o momento atual.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- a) V – F – F – V
- b) F – F – V – V
- c) V – V – F – F
- d) V – V – F – V
- e) V – V – V – F

○ 63. (UFN) Leia o texto a seguir.

O mundo ao meu redor

Este é meu escritório.



Como você vê, estou trabalhando no computador. Sobre minha escrivaninha, há uma tigela cheia de maçãs. Há também algumas tigelas tibetanas que comprei quando fui à Índia. Ao lado da escrivaninha, há uma estante cheia de livros. Dentro da lareira, estão algumas flores secas bem empoeiradas. E, do outro lado do escritório, há uma janela. Dá para ver algumas árvores e nuvens, e o sol brilhando lá fora. Além delas, as flechas das torres de Oxford.

Bem, se você perguntar a alguém: o que é a realidade, a maioria das pessoas provavelmente vai responder-lhe que é aquilo que estou experimentando agora ao meu redor. O mundo das escrivaninhas e das cadeiras, das árvores e das nuvens: isto é a realidade, isto é o mundo real.

Mas nem todos concordariam com essa resposta. Platão, em particular, não concordaria. Segundo Platão, o que vejo ao meu redor é, na verdade, apenas sombras. O mundo real está escondido de nossos cinco sentidos. Não pode ser visto, tocado, ouvido, cheirado ou degustado.

LAW, Stephen. Os arquivos filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 97.

O texto apresenta duas – entre muitas – possibilidades de resposta para a questão sobre o que constitui a realidade. Identifique, entre as afirmações a seguir, qual(is) apresenta(m) corretamente as ideias acima expostas.

- I. O critério para a realidade, na primeira perspectiva apresentada acima, é: real é tudo o que pode ser experimentado *diretamente* pelos sentidos. Portanto, ela deve ser compreendida como necessariamente negando a possibilidade de qualquer conhecimento matemático.
- II. Uma linha de crítica possível a essa primeira perspectiva poderia assinalar que não é evidente que a realidade seja composta exclusivamente por aquilo que pode ser percebido pelos sentidos, isto é, seria possível apontar para outras formas de conhecimento não redutíveis ao conhecimento imediatamente empírico.
- III. A perspectiva platônica, como aparece no texto, não apresenta um critério para identificar o que é real, embora apresente um critério de acordo com o qual é possível identificar o que a realidade não é.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas II.
- b) apenas III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.



○ **64. (UFN)** A compreensão filosófica em ética de “além destes muitos bens há um outro, bom por si mesmo, e que também é a causa de todos os outros” poderia ser estendida para a metafísica. Se isso fosse feito, essa compreensão filosófica estaria de acordo com qual das seguintes explicações acerca da possibilidade e âmbito do nosso conhecimento?

- a) O único fundamento sólido para o conhecimento (seja científico ou moral) é a experiência e a observação.
- b) Como não temos razões suficientemente sólidas para fundamentar nossos juízos acerca das coisas do mundo sensível, devemos suspender nosso juízo com respeito à própria possibilidade de conhecer.
- c) O conhecimento verdadeiro só é possível se vinculado ao conhecimento das ideias ou formas imateriais, ou seja, se for conhecimento das ideias inteligíveis.
- d) O ser de tudo o que vemos, sentimos, ouvimos não consiste em nada além de ser uma representação em nossas mentes. Assim, se pensarmos com cautela, veremos que as únicas coisas que podemos conhecer, são nossas próprias ideias.
- e) O mundo que conhecemos é o mundo fenomênico, isto é, o mundo como ele aparece. Por outro lado, a realidade noumênica não é acessível ao nosso conhecimento.

○ **65. (UFN)** A compreensão de René Descartes acerca da relação entre corpo e alma tem as seguintes implicações para a possibilidade ou alcance da ciência:

- I. A modificação de um aspecto do corpo, por manipulação genética ou outra tecnologia, altera a essência da alma.
- II. O corpo humano é uma máquina complexa, que pode ser conhecida e manipulada pela ciência.
- III. A racionalidade presente no homem é o modo humano de ser animal, por isso podemos ter uma ciência do ser humano.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

○ **66. (UFN)** Quantas vezes ocorreu-me de sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel [...]. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me neste pensamento, vejo tão manifestamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo.

Suponhamos, pois, agora, que estamos adormecidos e que todas essas particularidades, a saber, que abrimos os olhos, que mexemos a cabeça, que estendemos as mãos, e coisas semelhantes, não passam de falsas ilusões [...]. Todavia, é preciso ao menos confessar que as coisas que nos são representadas durante o sono são como quadros e pinturas, que não podem ser formados senão à semelhança de algo real e verdadeiro; e que assim, pelo menos, essas coisas gerais, a saber, olhos, cabeça, mãos e todo o resto do corpo, não são coisas imaginárias, mas verdadeiras e existentes.

DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 119.

O famoso argumento do sonho aparece na *Primeira Meditação* da obra *Meditações Metafísicas*, de René Descartes.

Sobre o argumento do sonho é correto afirmar:

- I. O argumento do sonho consiste em uma razão para duvidar da distinção entre os estados cognitivos da vigília e do sono, portanto, em uma razão para duvidar de que podemos ter conhecimento advindo de nossas percepções adquiridas em vigília.
- II. Apoiado nesse argumento, Descartes aventa a possibilidade de que o conhecimento sensível seja ilusório.
- III. Embora o argumento do sonho consista em uma razão para duvidar, Descartes, contudo, não considera que ele seja suficiente para duvidar radicalmente da possibilidade de todo conhecimento.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **67. (UFN)** Suponhamos, então, a mente como sendo, como dizemos, um papel branco vazio de todos os caracteres, sem quaisquer ideias. Como ela vem a se tornar equipada? [...] De onde tem ela todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso eu respondo, numa palavra, a partir da experiência, na qual todo o nosso conhecimento está fundado e a partir do qual ele mesmo em última instância é derivado.

John Locke, *Ensaio sobre o entendimento humano*, Livro II, Cap. I, 2.

Considere as seguintes afirmações acerca da filosofia de John Locke.

- I. As duas fontes de conhecimento são a *sensação*, pela qual chegamos à maioria de nossas ideias, e a *reflexão*, pela qual chegamos às ideias oriundas da percepção das operações de nossa própria mente.
- II. O pensamento é composto de ideias e, como só temos acesso às coisas a partir de nossas ideias, não conhecemos as coisas.
- III. Se é possível explicar a possibilidade do conhecimento apenas a partir de nossas ideias, pelo princípio de economia ontológica, Locke descarta a existência de coisas para além das nossas ideias e de mentes que percebem essas ideias.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Anotações:



○ 68. (UFN) Considere o seguinte texto de John Locke sobre a percepção sensória.

"[...] a água de um recipiente pode parecer quente ou fria ao tato, de acordo com o local em que a nossa mão acabou de estar. Se a nossa mão esteve em água fria, a água do recipiente parece quente; se a nossa mão esteve previamente em água quente, a água do recipiente parece fria. O frio ou calor aparentes da água não residem na própria água; são uma qualidade do estado do próprio sujeito. Já que, para si, algumas qualidades percebidas do mundo exterior pareciam mais subjetivas que outras, Locke distinguiu as qualidades primárias (qualidades reais, efetivamente presentes nos objetos) das qualidades secundárias (que resultam de um poder de um objeto para produzir várias sensações em nós). Entre as qualidades primárias contavam-se o volume, o número, o movimento e a forma dos objetos; entre as qualidades secundárias de Locke contavam-se a cor, som, gosto e cheiro dos objetos."

SEKULER, R.; BLAKE, R. Percepção. Tradução de Pedro Galvão. In: https://criticanarede.com/fil_aparenciareal.html. Adaptado.

Conforme o texto, a partir da distinção proposta por Locke, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Calor e frio não são qualidades primárias da água, portanto, não fazem parte de suas qualidades reais.

PORQUE

II. As sensações de calor e de frio dependem das condições de percepção do sujeito, através dos órgãos sensórios, a saber, o tato.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da primeira.
- c) A asserção I é uma proposição falsa, e a II, verdadeira.
- d) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II, falsa.
- e) Ambas as asserções são falsas.

Instrução: Leia o texto abaixo para responder às questões 69 e 70.

O tempo é constituinte de nossa condição humana. Mas, o que ele é? Podemos defini-lo? Ele é algo independente de nós? Ainda que não tenhamos respostas, usamos relógios, marcamos encontros, prevemos eventos, enfim, estamos no tempo.

O tempo não é um conceito empírico que derive de uma experiência qualquer, porque nem a simultaneidade nem a sucessão surgiriam na percepção se a representação do tempo não fosse o seu fundamento *a priori*. Só pressupondo-a, podemos representar que uma coisa existe num só e mesmo tempo (simultaneamente) ou em tempos diferentes (sucessivamente).

O tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições. Não podemos suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral, embora possamos perfeitamente abstrair os fenômenos do tempo. O tempo é, pois, dado *a priori*. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. De todos esses podemos prescindir, mas o tempo (enquanto a condição geral da sua possibilidade) não pode ser suprimido. (...) O tempo não é algo que exista em si ou que seja inerente às coisas como uma determinação objetiva e que, por conseguinte, subsista, quando abstraímos todas as condições subjetivas da intuição das coisas. (...) Isso pode

muito bem ocorrer se o tempo for apenas a condição subjetiva indispensável para que tenham lugar em nós todas as intuições. Assim, essa forma de intuição interna pode representar anteriormente os objetos, portanto *a priori*. (...) O tempo não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior. (...) O tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral.

FONTE: KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 70-73.

○ 69. (UFN) Considere as passagens a seguir.

I. "O tempo não é algo que exista em si ou que seja inerente às coisas como uma determinação objetiva e que, por conseguinte, subsista, quando se abstrai de todas as condições subjetivas da intuição das coisas."

II. "O tempo não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior."

Se considerarmos as mais tradicionais teorias filosóficas sobre a natureza do tempo, a posição kantiana, descrita em I e II, é mais próxima de uma teoria:

- a) coerentista, pois não sugere contradição da experiência do tempo com outras experiências.
- b) realista, pois a concepção kantiana pressupõe a realidade objetiva do tempo.
- c) empirista, pois o tempo pode ser percebido como uma experiência sensorial.
- d) inatista, pois o tempo é percebido internamente pelo sujeito.
- e) idealista, pois o tempo é a condição formal, *a priori*, de todos os fenômenos.

○ 70. (UFN) Kant afirma: "O tempo é, pois, dado *a priori*." Com isso, ele indica que:

I. O tempo é condição de possibilidade das outras intuições.

II. O tempo existe como anterior a qualquer coisa.

III. A percepção de alguma coisa, em um certo momento, depende da representação do tempo como fundamento *a priori*.

IV. A experiência do tempo, como se fosse um fenômeno representado, não existe.

Estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

Anotações:



○ 71. (UFN) Considere as esferas e o rosto feminino na obra "Galátea das Esferas", de Salvador Dalí (1952).



(Fonte: DALÍ, Salvador. Galátea das esferas (1952). Disponível em: <https://www.elo7.com.br/quadro-sal-vador-dali-galatea-das-esferas-mulher-rosto-musa/dp/E194BD>. Acesso em 05 de abril de 2020.)

Immanuel Kant (1724 -1804) afirma, na Crítica da Razão Pura (1781), que o espaço é uma forma pura da nossa intuição do mundo exterior e não uma propriedade do mundo exterior apreendida pelos sentidos. Ele argumenta que: "O espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa. Como a receptividade do sujeito, mediante a qual este é afetado por objetos, precede necessariamente todas as intuições desses objetos, compreende-se como a forma de todos os fenômenos possa ser dada no espírito antes de todas as percepções reais, por conseguinte a priori, e, como ela, enquanto intuição pura na qual todos os objetos tem de ser determinados, possa conter, anteriormente a toda a experiência, os princípios das suas relações. [De tal modo que] nenhum objeto em si mesmo nos é conhecido e que os chamados objetos exteriores são apenas simples representações da nossa sensibilidade, cuja forma é o espaço."

(Fonte: KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Ca-louste Gulbenkian, 2001, p.-. 67-68, adaptado).

A partir da perspectiva kantiana sobre o conhecimento do mundo exterior, avalie as asserções e a relação proposta entre elas.

I. Temos a percepção de esferas e uma composição em um rosto feminino, no quadro de Dalí, em razão de serem propriedades em si mesmas presentes no quadro,

PORQUE

II. a percepção das coisas exteriores depende das propriedades que os objetos possuem em si mesmos e informam a nossa percepção.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As asserções I e II são verdadeiras e a II não é uma justificativa da primeira.
- c) A asserção I é uma proposição falsa e a II é verdadeira.
- d) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é falsa.
- e) Ambas as asserções são falsas.

○ 72. (UFN) Um dos pontos nodais da filosofia da ciência consiste na interrogação sobre a descrição adequada da atividade científica. Tal atividade é melhor expressa, por exemplo, em termos de raciocínios de tipo dedutivos ou indutivos? No contexto dessa preocupação filosófica, podemos dizer que Karl Popper (1902-1994) se tornou célebre por apresentar um critério que servia para demarcar teorias científicas de teorias meramente pseudo-científicas. Segundo a descrição da atividade científica oferecida por Popper, cientistas partem distintamente de uma hipótese e encontram um modo de testá-la. Em que consistia propriamente essa teste, segundo o filósofo, e como ele caracterizava tal demarcação?

- I. Cientistas testam suas hipóteses encontrando evidências que as confirmem por meio do método dedutivo.
- II. Cientistas tentam provar que suas hipóteses podem sobreviver a tentativas de refutá-las.
- III. As hipóteses são testadas por meio de um raciocínio de tipo indutivo.
- IV. Hipóteses científicas fazem afirmações que tipicamente não podem vir a ser refutadas por verificação empírica.
- V. Hipóteses científicas fazem afirmações que podem ser refutadas, por exemplo, por verificação empírica.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e V.
- d) apenas II, III e IV.
- e) apenas II, III e V.

○ 73. (UFN) Teorias científicas são a base para as transformações no mundo. A pergunta feita por alguns filósofos é como determinar se uma teoria é científica ou se ela é pseudocientífica. Karl Popper (1902-1994) assumiu como objetivo filosófico estabelecer um critério de demarcação entre o que era uma teoria científica e uma teoria pseudocientífica.

Assim, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Uma teoria tem estatuto científico não por seu poder explicativo ou verificacional, mas em poder ser confirmada ou refutada, do contrário é pseudocientífica.

PORQUE

II. O critério de demarcação do estatuto científico de uma teoria é a sua falseabilidade

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da primeira.
- c) A asserção I é uma proposição falsa, e a II, verdadeira.
- d) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II, falsa.
- e) Ambas as asserções são falsas.



○ 74. (UFN 2023) Oliveira (2014), sobre a compreensão de Hans Jonas da técnica, afirma:

“Do ponto de vista ontológico, a técnica representa uma etapa da abertura da vida (no caso, principalmente a humana, na expressão transanimal do *Homo Faber*) em relação ao mundo. Ela é um modo de transcendência do ser vivo em sua tentativa de efetivação frente à morte, ou seja, ao não ser que o ameaça constantemente. (...) A técnica é uma etapa importante da abertura da vida em direção do mundo na forma de um domínio sobre o mundo, manifestação de um poder que conduz à expansão das condições de vida.”

Entretanto, é importante fazer uma distinção entre a técnica pré-moderna e a técnica moderna.

“Na Antiguidade, a técnica é o uso de ferramentas e dispositivos artificiais para os negócios da vida(...). No passado o movimento era lento e até mesmo estático, gerando um equilíbrio entre fins reconhecidos e meios apropriados. (...) O resultado é que não houve, na Era Pré-moderna, a ideia de um progresso continuado, e não houve sequer um método intencional para produzi-lo.” A técnica moderna por ser resultante da produção científica é transformada em tecnologia.

“A dinâmica da técnica moderna (tecnologia) expressaria as premissas da possibilidade do progresso contínuo. (...) Ela muda o modo como o homem conhece, ou seja, o modo como o homem se relaciona com o mundo. (...) Ela explicita a premissa de que pode haver um progresso ilimitado, porque sempre há algo novo e melhor a ser encontrado. (...) A técnica [moderna] não é neutra (...). Ela é um poder e uma vocação marcada por uma magnitude e uma ambivalência que exigem a reflexão ética sobre seu uso.”

Fonte: OLIVEIRA, J. Compreender Hans Jonas. Petrópolis, Vozes: 2014, pp. 91-92, 94-96 (adaptado).

Considere esse trecho e avalie as proposições a seguir.

I. A técnica moderna ou tecnologia não preserva os limites do equilíbrio entre meios e fins.

II. Por ser um poder, a técnica exige reflexão ética sobre esse poder, na medida em que visa um progresso ilimitado.

III. A técnica pré-moderna, embora fosse um poder, era limitada à relação de meios e fins.

IV. A técnica se configura como um modo do ser humano de superar as ameaças à sua existência, portanto, lida com a fragilidade da vida.

Assinale a alternativa que contém as proposições verdadeiras.

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Instrução: Considere o texto a seguir para responder as questões 75 e 76.

Considere este trecho inicial do texto de David Chalmers (2004) “O filme *Matrix* apresenta-nos uma versão de uma velha fábula filosófica: um cérebro numa cuba. Um cérebro sem corpo flutua numa cuba que por sua vez está no laboratório de um cientista. O cientista encontrou maneira do cérebro ser estimulado com o mesmo tipo de *inputs* que um cérebro normal costuma receber quando está num corpo. Para se conseguir isto, o cérebro na cuba está ligado a uma gigante simulação do mundo. A simulação determina então quais são os *inputs* que o cérebro recebe. Por sua vez, quando o cérebro produz *outputs* estes são enviados para a simulação. O estado de funcionamento deste

cérebro é igual ao de um cérebro normal, apesar de não estar num corpo.

Da perspectiva deste cérebro as coisas são muito semelhantes àquilo que parecem a mim e a ti. (...) Podemos supor que uma *matrix* pode simular a [total constituição] física de um mundo, até ao mais ínfimo pormenor, ou partícula, numa sequência espaço temporal. (...) Vamos agora chamar à hipótese de que eu estou numa *matrix*, e sempre estive numa *matrix*, a Hipótese *matrix*. A Hipótese *matrix* afirma que eu estou, e sempre estive, incubado. (...) A Hipótese *matrix* ameaça pôr em causa quase tudo aquilo que eu julgo saber.

Parece uma Hipótese céptica: uma hipótese que eu não posso excluir, e uma hipótese que poderia falsificar grande parte das minhas crenças se elas fossem verdadeiras. (...) A admissão de uma hipótese céptica conduz ao cepticismo no que respeita as essas crenças: eu acredito em certas coisas, mas não as sei realmente.”

Fonte: CHALMERS, D. A Matrix enquanto hipótese metafísica. In: *Crítica*. Disponível em: https://criticanarede.com/meta_matrix.html. Acessado em 19 de setembro de 2022.

○ 75. (UFN 2023) Se a Matrix for tomada como um experimento mental de um cérebro em um cuba, a teoria sobre a natureza da mente que mais se ajusta a esse experimento seria:

- a) Uma teoria funcionalista em que a mente é um sistema de desempenhos funcionais de *inputs* e *outputs*.
- b) Uma teoria dualista em que mente e corpo são substâncias diferentes que interagem na produção de uma simulação da realidade.
- c) Uma teoria monista que não implica qualquer diferença entre os estados cerebrais e mentais.
- d) Uma teoria dualista que distingue os desempenhos do corpo e do cérebro, sendo o corpo desnecessário.
- e) Uma teoria physicalista que reduz os desempenhos da mente aos eventos físicos no cérebro.

○ 76. (UFN 2023) Chalmers aproxima a hipótese Matrix à hipótese céptica, pois, segundo ele:

I. Uma hipótese céptica implica dúvida respectiva às crenças que possuo pois “eu acredito em certas coisas, mas não as sei realmente.”

PORQUE

II. “A hipótese Matrix afirma que eu estou e, sempre estive, incubado.”

Assinale a alternativa que melhor representa a relação que se estabelece entre as duas asserções.

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As asserções I e II são verdadeiras e a II não é uma justificativa da primeira..
- c) A asserção I é uma proposição falsa e a II é verdadeira.
- d) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é falsa.
- e) Ambas as asserções são falsas.



○ **77. (UFN 2023)** É possível ensinar para o pensamento complexo? Qual a relação do ensino com o método científico? René Descartes (1596-1650), em seu “Discurso do Método” (1637), tem o objetivo de ensinar um método para bem conduzir a razão na busca da ciência, ou seja, ele pretende ensinar um método científico. Ele india quatro preceitos para “bem conduzir a razão”:

- 1 - Nunca aceitar uma proposição como verdadeira, se tiver sujeita a alguma dúvida, isto é, a não ser que seja evidentemente verdadeira.
- 2 - Dividir as dificuldades em partes mais simples para serem assim resolvidas
- 3 - Conduzir o pensamento por ordem do mais simples ao complexo.
- 4 - Enumerar o conhecimento em uma ordem de clareza e evidência sem nada omitir.

Considere as asserções a seguir e assinale a verdadeira.

- a) Edgar Morin critica os passos do método proposto por Descartes.
- b) O quarto preceito considera a possibilidade de se utilizar a dúvida metódica.
- c) O segundo preceito descreve um passo analítico e o terceiro um passo sintético na busca do conhecimento científico.
- d) Não há espaço para dúvida no método científico
- e) O primeiro e o quarto preceitos se equivalem, pois os dois são respectivos à condição de evidência do conhecimento.

○ **78. (UNISC)** Platão, um dos grandes pensadores da Antiguidade, nos legou mais de 30 obras escritas. A maioria delas em forma de diálogos. Em uma dessas obras, denominada *República*, Livro VII, ele descreveu a “alegoria da caverna” (também conhecida como “mito da caverna”).

Assinale a alternativa que indica de forma correta os dois temas principais da alegoria da caverna descrita por Platão na República

- a) a justiça na cidade ideal e o poder econômico dos reis e magistrados.
- b) o conhecimento verdadeiro e o poder político.
- c) o amor como condição para a felicidade e a justiça na cidade ideal.
- d) a guerra contra Tróia e o poder político.
- e) a felicidade humana e a justiça na cidade ideal.

○ **79. (UNISC)** Tomás de Aquino foi um dos grandes representantes da Filosofia Medieval. Buscou inspiração filosófica em Aristóteles, filósofo grego do século IV a. C. Entre as categorias filosóficas desenvolvidas por Tomás de Aquino, encontram-se os conceitos de Ato e Potência. Entendeu Tomás de Aquino por Ato e Potência, respectivamente,

- a) a manifestação do ser; a possibilidade do ser.
- b) o vir a ser; a negação do ser.
- c) o mutável; o perene.
- d) a sombra; a luz.
- e) o divino; o terreno.

○ **80. (UNISC)** Na primeira meditação, eu exponho as razões pelas quais nós podemos duvidar de todas as coisas e, particularmente das coisas materiais, pelo menos enquanto não tivermos outros fundamentos nas ciências além dos que tivemos até o presente. Na segunda meditação, o espírito reconhece entretanto que é absolutamente impossível que ele mesmo, o espírito, não exista.

DESCARTES, R. Meditações metafísicas. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

O instrumento intelectual empregado por Descartes para analisar os seus próprios pensamentos tem como objetivo

- a) identificar um ponto de partida para a consolidação de um conhecimento seguro.
- b) observar os eventos particulares para a formação de um entendimento universal.
- c) analisar as necessidades humanas para a construção de um saber empírico.
- d) estabelecer uma base cognitiva para assegurar a valorização da memória.
- e) investigar totalidades estruturadas para dotá-las de significação.

○ **81. (UNISC)** Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, tentou responder à questão de como é possível o conhecimento humano. Afirmou que o conhecimento é possível porque o homem possui faculdades que o tornam possível. Para ele, o homem possui duas fontes de conhecimento. São elas:

- a) a crença, que aproxima o homem de Deus; e a dúvida, que faz o homem questionar a si e ao mundo.
- b) a fé, que faculta a compreensão religiosa do mundo; e a sensibilidade, por meio da qual os objetos são dados na intuição.
- c) a crença, que aproxima o homem de Deus; e o entendimento, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.
- d) a razão, que faculta a compreensão lógica do mundo; e a fé, que faculta a compreensão religiosa do mundo.
- e) a sensibilidade, por meio da qual os objetos são dados na intuição; e o entendimento, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.

○ **82. (UNESP)** O empirismo é a corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade, caracterizando-se pela negação do caráter absoluto da verdade e pelo reconhecimento de que toda verdade pode e deve ser posta à prova, logo, eventualmente modificada, corrigida ou abandonada.

Dicionário Abbagnano, p. 326.

Além disso, o empirismo foi o resultado de importantes transformações ocorridas na relação entre homem e natureza durante os séculos anteriores.

Assinale a alternativa que traduz mais corretamente as implicações dessa definição.

- a) Em termos históricos, o empirismo consagrou no campo filosófico uma tendência já presente ao longo da Revolução Científica.
- b) Não há contradição lógica entre empirismo e metafísica.
- c) Uma das correntes mais criticadas pelos filósofos empiristas foi o ceticismo.
- d) Um dos fundamentos do empirismo é a existência de ideias inatas.
- e) A verificação da verdade sob o ponto de vista do empirismo dispensa a confrontação com dados e fatos.



HABILIDADES À PROVA 2

» Filosofia Política

○ 1. (ENEM) A política foi, inicialmente, a arte das pessoas se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. Apud BENEVIDES, M. V. M. A cidadania ativa. São Paulo: Ática, 1996.

Nesta definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta.

Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- a) A distribuição equilibrada do poder.
- b) O impedimento da participação popular.
- c) O controle das decisões por uma minoria.
- d) A valorização das opiniões mais competentes.
- e) A sistematização dos processos decisórios.

○ 2. (ENEM) A democracia deliberativa afirma que as partes do conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 13, jan.-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente:

- a) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- b) a organização de eleições e o movimento anarquista.
- c) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- d) a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- e) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

Anotações:

○ 3. (ENEM) A sociedade como um sistema justo de cooperação social consiste em uma das ideias familiares fundamentais, que dá estrutura e organização à justiça como equidade. A cooperação social guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos e aceitos por aqueles que cooperam como sendo apropriados para regular a sua conduta. Diz-se que a cooperação é justa porque seus termos são tais que todos os participantes podem razoavelmente aceitar, desde que todos os demais também o aceitem.

FERES JR., J.; POGREBINSCHI, T. Teoria política contemporânea: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

No contexto do pensamento político, a ideia apresentada mostra-se consoante o(a)

- a) ideal republicano de governo.
- b) corrente tripartite dos poderes.
- c) posicionamento crítico do socialismo.
- d) legitimidade do absolutismo monárquico.
- e) entendimento do contratualismo moderno.

○ 4. (ENEM)

Texto I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- a) prestígio social.
- b) acúmulo de riqueza.
- c) participação política.
- d) local de nascimento.
- e) grupo de parentesco.



○ **5. (ENEM)** Bastar-se a si mesma é uma meta a que tende a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. É portanto, evidente que toda cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política. Aquele que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem segundo Homero: um ser sem lar, sem família e sem leis.

ARISTÓTELES. A Política. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br> (adaptado).

Para Aristóteles, a cidade resulta de um(a):

- a) desenvolvimento da razão e suas leis que visam aperfeiçoar a natureza humana.
- b) convenção social, que pretende proteger a comunidade dos perigos naturais.
- c) ação violenta externa, que objetiva transformar o homem em um animal social.
- d) etapa natural do desenvolvimento humano, cuja finalidade é a vida em sociedade.
- e) contrato político, que beneficia de modo igualitário os membros das castas sociais.

○ **6. (ENEM)** Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania:

- a) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- b) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- c) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da *pólis* a participarem da vida cívica.
- d) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

Anotações:

○ **7. (INEP)** O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo supomo, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras, que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para a qual a sua natureza é mais adequada.

PLATÃO. A República. Fundação Calouste Gulbenkian.

No trecho apresentado acima, faz-se referência à justiça, na concepção platônica. Assinale a opção que contém a proposição verdadeira que sustenta o argumento usado por Platão para definir e justificar tal concepção.

- a) A igualdade natural predispõe o ser humano para a justiça e para o bem comum.
- b) Compartilhar tarefas e habilidades com nossos semelhantes é a base natural de uma cidade justa.
- c) A execução da função própria é uma exigência das convenções políticas como instrumentos jurídicos para a fundação das cidades.
- d) O ato de cada um fazer o que lhe é mais adequado por natureza é necessário para a formação de uma cidade justa.
- e) O interesse pessoal de cada um conduz naturalmente à implementação da justiça na cidade.

○ **8. (INEP)** O filósofo grego Aristóteles ao afirmar que “os desiguais devem ser tratados desigualmente”, conceituou a ideia de uma justiça distributiva.

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. Estado e Direito. Ciências Humanas e suas tecnologias: livro do estudante – Ensino Médio. Brasília: MEC, INEP, 2002. p. 89.

Partindo dessa afirmação, indique qual política governamental atenderia aos princípios de uma distribuição mais equitativa, visando restabelecer uma maior igualdade entre os cidadãos.

- a) Propor leis que estimulem a iniciativa privada a realizar o papel do Estado.
- b) Implantar projetos que acabem com a fome e ampliem o acesso à saúde e à educação.
- c) Financiar grandes empresas para aumentar o produto interno bruto.
- d) Criar taxas e impostos com valor único para todos os cidadãos brasileiros.

○ **9. (ENEM)** Ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui entendimento, mas que é calmo ou temperante. No entanto, louvamos também o sábio, referindo-se ao hábito; e aos hábitos dignos de louvor chamamos virtude.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

Em Aristóteles, o conceito de *virtude ética* expressa a:

- a) excelência de atividades praticadas em consonância com o bem comum.
- b) concretização utilitária de ações que revelam a manifestação de propósitos privados.
- c) concordância das ações humanas aos preceitos emanados da divindade.
- d) realização de ações que permitem a configuração da paz interior.
- e) manifestação de ações estéticas, coroadas de adorno e beleza.



○ **10. (ENEM)** A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto à vida do cidadão.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

O trabalho braçal é considerado, na filosofia aristotélica, como:

- a) indicador da imagem do homem no estado de natureza.
- b) condição necessária para a realização da virtude humana.
- c) atividade que exige força física e uso limitado da racionalidade.
- d) referencial que o homem deve seguir para viver uma vida ativa.
- e) mecanismo de aperfeiçoamento do trabalho por meio da experiência.

○ **11. (ENEM)** Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem. Mas não terá o conhecimento, porventura, grande influência sobre essa vida? Se assim é, esforcemo-nos por determinar, ainda que em linhas gerais apenas, o que seja ele e de qual das ciências ou faculdades constitui o objeto. Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença a arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: *Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (adaptado).

Para Aristóteles, a relação entre o sumo bem e a organização da pólis pressupõe que:

- a) o bem dos indivíduos consiste em cada um perseguir seus interesses.
- b) o sumo bem é dado pela fé de que os deuses são os portadores da verdade.
- c) a política é a ciência que precede todas as demais na organização da cidade.
- d) a educação visa formar a consciência de cada pessoa para agir corretamente.
- e) a democracia protege as atividades políticas necessárias para o bem comum.

Anotações:

○ **12. (INEP)** Em *Política II*, Aristóteles opõe-se vigorosamente à teoria platônica da *República*, precisamente porque a cidade aí é considerada como indivíduo; se fosse possível realizar tal redução, “não seria preciso fazê-lo: aniquilaríamos a cidade”. A *pólis* não é indivíduo, é comunidade; a diferença é clara: indivíduo vivo é um composto cujas partes permanecem em potência, uma comunidade é pluralidade cujas partes ou elementos estão em ato.

VERGNIÈRES, S. *Ética e Política em Aristóteles: Physis, Ethos, Nomos*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 301.

Na obra *A Política*, de Aristóteles, a cidade (*pólis*) é:

- a) reunião de indivíduos e comunidade natural.
- b) aglomeração de habitantes e sociedade civil.
- c) associação de pessoas e comunidade econômica.
- d) organização hierarquizada e comunidade política.
- e) conjunto de pessoas e comunidade ética e política.

○ **13. (ENEM)** O termo *injusto* se aplica tanto às pessoas que infringem a lei quanto às pessoas ambiciosas (no sentido de quererem mais do que aquilo a que têm direito) e iníquas, de tal forma que as cumpridoras da lei e as pessoas corretas serão justas. O justo, então, é aquilo conforme a lei e o injusto é o ilegal e iníquo.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (adaptado).

Segundo Aristóteles, pode-se reconhecer uma ação justa quando ela observa o:

- a) compromisso com os movimentos desvinculados da legalidade.
- b) benefício para o maior número possível de indivíduos.
- c) interesse para a classe social do agente da ação.
- d) fundamento na categoria de progresso histórico.
- e) princípio de dar a cada um o que lhe é devido.

○ **14. (ENEM)** Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser:

- a) munido de virtude, com disposição nata para praticar o bem a si e aos outros.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.



○ **15. (ENEM)** Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, pois muitos conceberam repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Disponível em: www.culturabrasil.pro.br. Acesso em: 4 abr. 2013.

A partir do texto, é possível perceber a crítica maquiaveliana à filosofia política de Platão, pois há nesta a:

- a) elaboração de um ordenamento político com fundamento na bondade infinita de Deus.
- b) explicitação dos acontecimentos políticos do período clássico de forma imparcial.
- c) utilização da oratória política como meio de convencer os oponentes na ágora.
- d) investigação das constituições políticas de Atenas pelo método indutivo.
- e) idealização de um mundo político perfeito existente no mundo das ideias.

○ **16. (ENEM)** O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem aos distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. São Paulo. Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na:

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e moral do príncipe.

○ **17. (ENEM)** Em Utopia, tudo é comum a todos. A distribuição dos bens lá não é um problema, não se vê nem pobre nem mendigo e, embora ninguém tenha nada de seu, todos são ricos. Haverá maior riqueza do que levar uma existência alegre e pacífica, livre de ansiedades e sem precisar se preocupar com a subsistência?

MORUS, T. Utopia. Brasília: UnB, 2004.

Retirado da obra de Thomas Morus, escrita no século XVI, esse trecho influenciou movimentos sociais do século XIX que lutaram para:

- a) inibir a ascensão da burguesia.
- b) evitar a destruição da natureza.
- c) combater o domínio do capital.
- d) eliminar a intolerância religiosa.
- e) superar o atraso tecnológico.

○ **18. (ENEM)** Outro remédio eficiente é organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos à província, porque isto é necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não é muito que se gasta com as colônias, e, sem despesa excessiva, podem ser organizadas e mantidas. Os únicos que terão prejuízos com elas serão os de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos à penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão, por isso, que se acietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Em *O príncipe*, Maquiavel apresenta conselhos para a manutenção do poder político, como o deste trecho, que tem como objeto a:

- a) transferência dos inimigos da metrópole para a colônia.
- b) substituição de leis, costumes e impostos da região dominada.
- c) implantação de um exército armado, constituído pela população subjugada.
- d) expansão do principado, com migração populacional para o território conquistado.
- e) distribuição de terras para a parcela do povo dominado, que possui maior poder político.

○ **19. (ENEM)** Para Maquiavel, quando um homem decide dizer a verdade pondo em risco a própria integridade física, tal resolução diz respeito apenas a sua pessoa. Mas se esse mesmo homem é um chefe de Estado, os critérios pessoais não são mais adequados para decidir sobre ações cujas consequências se tornam tão amplas, já que o prejuízo não será apenas individual, mas coletivo. Nesse caso, conforme as circunstâncias e os fins a serem atingidos, pode-se decidir que o melhor para o bem comum seja mentir.

ARANHA, M. L. Maquiavel: a lógica da força. São Paulo: Moderna, 2006 (adaptado).

O texto aponta uma inovação na teoria política na época moderna expressa na distinção entre:

- a) idealidade e efetividade da moral.
- b) nulidade e preservabilidade da liberdade.
- c) ilegalidade e legitimidade do governante.
- d) verificabilidade e possibilidade da verdade.
- e) objetividade e subjetividade do conhecimento.

Anotações:



Instrução: Leia o texto para responder às questões 20 e 21.

O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.”

Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

○ 20. (ENEM) Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

○ 21. (ENEM) Analisando o texto, podemos concluir que se trata de um pensamento:

- a) do liberalismo.
- b) do socialismo utópico.
- c) do absolutismo monárquico.
- d) do socialismo científico.
- e) do anarquismo.

○ 22. (ENEM) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles:

- a) entravam em conflito.
- b) recorriam aos clérigos.
- c) consultavam os anciãos.
- d) apelavam aos governantes.
- e) exerciam a solidariedade.

○ 23. (ENEM)



WATTERSON, B. Calvin e Haroldo: O Progresso Científico deu "Tilt". São Paulo: Best News, 1991.

De acordo com algumas teorias políticas, a formação do Estado é explicada pela renúncia que os indivíduos fazem de sua liberdade natural quando, em troca da garantia de direitos individuais, transferem a um terceiro o monopólio do exercício da força. O conjunto dessas teorias é denominado de:

- a) liberalismo.
- b) despotismo.
- c) socialismo.
- d) anarquismo.
- e) contratualismo.

○ 24. (ENEM) Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1983

Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma:

- a) predisposição ao conhecimento.
- b) submissão ao transcendente.
- c) tradição epistemológica.
- d) condição original.
- e) vocação política.



○ **25. (ENEM)** A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. Conferências sobre a história da filosofia política. São Paulo: WMF, 2012. Adaptado.

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como:

- a) alienação política.
- b) microfísica do poder.
- c) estado de natureza.
- d) contrato social.
- e) vontade geral.

○ **26. (ENEM)** Os ricos adquiriram um obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que deram sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando à manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. A metafísica dos costumes. Baurur: Edipto, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado:

- a) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
- b) está autorizado a cobrar imposto dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
- c) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
- d) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
- e) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

Anotações:

○ **27. (ENEM)**

Texto I

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T. O Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Texto II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juizes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a):

- a) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c) capricho típico da minoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- d) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações sociais e violenta a humanidade.

○ **28. (ENEM)** É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.



○ **29. (ENEM)** Um Estado é uma multidão de seres humanos submetida a leis de direito. Todo Estado encerra três poderes dentro de si, isto é, a vontade unida em geral consiste de três pessoas: o poder soberano (soberania) na pessoa do legislador; o poder executivo na pessoa do governante (em consonância com a lei) e o poder judiciário (para outorgar a cada um o que é seu de acordo com a lei) na pessoa do juiz.

KANT, I. A metafísica dos costumes. Bauru: EDIPRO, 2003.

De acordo com o texto, em um Estado de direito:

- a) a vontade do governante deve ser obedecida, pois é ele que tem o verdadeiro poder.
- b) a lei do legislador deve ser obedecida, pois ela é a representação da vontade geral.
- c) o Poder Judiciário, na pessoa do juiz, é soberano, pois é ele que outorga a cada um o que é seu.
- d) o Poder Executivo deve submeter-se ao Judiciário, pois depende dele para validar suas determinações.
- e) o Poder Legislativo deve submeter-se ao Executivo, na pessoa do governante, pois ele que é soberano.

○ **30. (ENEM)** Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o poder de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites dos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

○ **31. (ENEM)** Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve:

- a) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
- b) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
- c) abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
- d) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
- e) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.

○ **32. (ENEM)** Hobbes realiza o esforço supremo de atribuir ao contrato uma soberania absoluta e indivisível. Ensina que, por um único e mesmo ato, os homens naturais constituem-se em sociedade política e submetem-se a um senhor, a um soberano. Não firmam contrato com esse senhor, mas *entre si*. É *entre si* que renunciam, em proveito desse senhor, a todo o direito e toda liberdade nocivos à paz.

CHEVALLIER, J. J. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. Rio de Janeiro: Agir, 1995. Adaptado.

A proposta de organização da sociedade apresentada no texto encontra-se fundamentada na:

- a) imposição das leis e na respeitabilidade ao soberano.
- b) abdicção dos interesses individuais e na legitimidade do governo.
- c) alteração dos direitos civis e na representatividade do monarca.
- d) cooperação dos súditos e na legalidade do poder democrático.
- e) mobilização do povo e na autoridade do parlamento.

○ **33. (ENEM)** O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que:

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.



○ **34. (ENEM)** A tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O chefe não é um comandante, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. O espaço da chefia não é o lugar do poder. Essencialmente encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens, o chefe só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do prestígio que lhe reconhece a sociedade. Mas evidentemente prestígio não significa poder, e os meios que o chefe detém para realizar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (adaptado).

O modelo político das sociedades discutidas no texto contrasta com o do Estado liberal burguês porque se baseia em:

- a) Imposição ideológica e normas hierárquicas.
- b) Determinação divina e soberania monárquica.
- c) Intervenção consensual e autonomia comunitária.
- d) Mediação jurídica e regras contratualistas.
- e) Gestão coletiva e obrigações tributárias.

○ **35. (ENEM)** A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até os esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; até os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade depende de uma noção de justiça, pois tal noção:

- a) identifica indivíduos despreparados para a vida em comum.
- b) contribui com a manutenção da ordem e do equilíbrio social.
- c) estabelece um conjunto de regras para a formação da sociedade.
- d) determina o que é certo ou errado em um contexto de interesses conflitantes.
- e) representa os interesses da coletividade, expressos pela vontade da maioria.

Anotações:

○ **36. (ENEM)** O fim último, causa final e desígnio dos homens, ao introduzir uma restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita; quer dizer, o desejo de sair da mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, como o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. É necessário um poder visível capaz de mantê-los em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis, que são contrárias a nossas paixões naturais.

HOBBS, T. M. Leviatã. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado).

Para o autor, o surgimento do estado civil estabelece as condições para o ser humano

- a) internalizar os princípios morais, objetivando a satisfação da vontade individual.
- b) aderir à organização política, almejando o estabelecimento do despotismo.
- c) aprofundar sua religiosidade, contribuindo para o fortalecimento da Igreja.
- d) assegurar o exercício do poder, com o resgate da sua autonomia.
- e) obter a situação de paz, com a garantia legal do seu bem-estar.

○ **37. (ENEM)** Antes que a arte polisse nossas maneiras e ensinasse nossas paixões a falarem a linguagem apurada, nossos costumes eram rústicos. Não era melhor, mas os homens encontravam sua segurança na facilidade para se reconhecerem reciprocamente, e essa vantagem, de cujo valor não temos mais a noção, poupava-lhes muitos vícios.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

No presente excerto, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) exalta uma condição que teria sido vivenciada pelo homem em qual situação?

- a) No sistema monástico, pela valorização da religião.
- b) Na existência em comunidade, pela comunhão de valores.
- c) No modelo de autogestão, pela emancipação do sujeito.
- d) No estado de natureza, pelo exercício da liberdade.
- e) Na vida em sociedade, pela abundância de bens.

○ **38. (ENEM)** Em sentido geral e fundamental, Direito é a técnica da coexistência humana, isto é, a técnica voltada a tornar possível a coexistência dos homens. Como técnica, o Direito se concretiza em um conjunto de regras (que, nesse caso, são leis ou normas); e tais regras têm por objeto o comportamento intersubjetivo, isto é, o comportamento recíproco dos homens entre si.

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O sentido geral e fundamental do Direito, conforme foi destacado, refere-se à:

- a) aplicação de códigos legais.
- b) regulação do convívio social.
- c) legitimação de decisões políticas.
- d) mediação de conflitos econômicos.
- e) representação da autoridade constituída.



○ 39. (ENEM)

Texto I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Adaptado.

Texto II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. Dicionário de sociologia. São Paulo: Paulus, 2005 (adaptado).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- a) liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada - conflituosa, exemplificada pela luta de classes
- b) heterogênea, favorável à propriedade privada - consensual, sob o controle de classes com interesses comuns
- c) igualitária, baseada na filantropia - complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas
- d) compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam - individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses
- e) libertária, em defesa da razão humana - contraditória, na qual vigora o estado de natureza

○ 40. (INEP) A forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

MARX, K. O Capital. Trad. Barbosa, Regis e Kothe, Flávio. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Livro I, Vol. 1, p. 71.

Considerando o texto apresentado e a abordagem de Marx acerca da relação de trabalho, avalie as afirmações que se seguem.

I. A religião é um poderoso instrumento de análise e denúncia da escravidão e exploração nas relações de trabalho e tem um significativo papel para explicar os verdadeiros conteúdos existenciais do ser humano.

II. No modo de produção capitalista, o trabalho adquire uma dimensão abstrata, que leva ao falseamento da sua verdadeira dimensão, e à fetichização da mercadoria, que oculta as dimensões sociais do trabalho.

III. Marx, com sua investigação sobre a relação mercadoria e trabalho, sinaliza que, na forma de produção estabelecida pelo capitalismo, o homem perde seu valor como ser humano e passa a ter valor apenas por aquilo que consegue produzir.

IV. O texto leva ao entendimento de que a mercadoria determina as novas relações sociais, com isso, seres humanos também se tornam mercadorias alienadas, com valores predeterminados e preestabelecidos, que serão julgados pelo seu poder financeiro ou pela sua força de trabalho.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

○ 41. (ENEM)

TEXTO I

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado.

ANDERSON, P. In: DEYON, P. O mercantilismo. Lisboa: Gradiva, 1989 (adaptado).

TEXTO II

As interferências da legislação e das práticas natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. A riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- a) valorização do pacto colonial – combate à livre-iniciativa.
- b) defesa dos monopólios régios – apoio à livre concorrência.
- c) formação do sistema metropolitano – crítica à livre navegação.
- d) abandono da acumulação metalista – estímulo ao livre-comércio.
- e) eliminação das tarifas alfandegárias – incentivo ao livre-comércio.

○ 42. (ENEM) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K. ENGELS F. Textos 3. São Paulo. Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que:

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.



○ **43. (INEP)** A crítica comunitarista do liberalismo pode conduzir-nos à redescoberta de um modo de pensar que foi primeiramente desenvolvido há muitos séculos, mas cujas potencialidades ainda não foram exploradas, porque, com Hobbes, refletir sobre o político foi assumir uma orientação dita científica, implicando a rejeição dos seus aspectos normativos e a predominância de uma concepção instrumental.

MOUFFE, C. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 57.

Considerando o fragmento de texto acima, avalie as afirmações que se seguem com relação ao debate contemporâneo, no domínio da filosofia política, em torno do liberalismo e comunitarismo.

I. Liberais e comunitaristas buscam respostas ao problema do julgamento político e dos princípios que regem as práticas e as instituições políticas.

II. No âmbito da filosofia política, o debate contemporâneo sobre indivíduo e comunidade tem-se constituído por ideias divergentes diante dos posicionamentos dos filósofos liberais e comunitaristas.

III. A tradição liberal tem obtido força na sociedade contemporânea porque se tem mostrado homogênea. Os liberais, na linha de Kant, defendem que a política está desprovida de significação moral e que o Estado não é mais do que um instrumento destinado a assegurar a coexistência pacífica dos indivíduos em uma determinada sociedade contratualista.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

○ **44. (ENEM)** O justo e o bem são complementares no sentido de que uma concepção política deve apoiar-se em diferentes ideias do bem. Na teoria da justiça como equidade, essa condição se expressa pela prioridade do justo. Sob sua forma geral, esta quer dizer que as ideias aceitáveis do bem devem respeitar os limites da concepção política de justiça e nela desempenhar um certo papel.

RAWLS, J. Justiça e democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (adaptado).

Segundo Rawls, a concepção de justiça legisla sobre ideias do bem, de forma que:

- a) as ações individuais são definidas como efeitos determinados por fatores naturais ou constrangimentos sociais.
- b) o estudo da origem e da história dos valores morais concluem a inexistência de noções absolutas de bem e mal.
- c) o próprio estatuto do homem como centro do mundo é abalado, marcando o relativismo da época contemporânea.
- d) as intenções e bens particulares que cada indivíduo almeja alcançar são regulados na sociedade por princípios equilibrados.
- e) o homem é compreendido como determinado e livre ao mesmo tempo, já que a liberdade limita-se a um conjunto de condições objetivas.

○ **45. (ENEM)** Essa atmosfera de loucura e irrealidade, criada pela aparente ausência de propósitos, é a verdadeira cortina de ferro que esconde dos olhos do mundo todas as formas de campos de concentração. Vistos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas, como se a vida fosse neles separada das finalidades deste mundo.

Mais que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal.

ARENDETT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989 (adaptado).

A partir da análise da autora, no encontro das temporalidades históricas, evidencia-se uma crítica à naturalização do(a)

- a) ideário nacional, que legitima as desigualdades sociais.
- b) alienação ideológica, que justifica as ações individuais.
- c) cosmologia religiosa, que sustenta as tradições hierárquicas.
- d) segregação humana, que fundamenta os projetos biopolíticos.
- e) enquadramento cultural, que favorece os comportamentos punitivos.

○ **46. (ENEM)** Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduto com obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bom ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Adaptado.

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

- a) A relação entre liberdade e autonomia do Liberalismo.
- b) A independência entre poder e moral do Racionalismo.
- c) A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.
- d) A dialética entre indivíduo e governo autocrata do Idealismo.
- e) A contraposição entre bondade e condições selvagem do Naturalismo.

○ **47. (UFSM)** A respeito da liberdade negativa, da liberdade positiva e do papel do Estado, é possível afirmar:

I. Para os defensores de concepções negativas de liberdade, o papel do Estado deve ser neutro, pois ele não deve intervir nos fenômenos sociais que obstruem o exercício da liberdade de escolha dos indivíduos.

II. Para os defensores de concepções positivas de liberdade, o Estado deve ser atuante, pois deve intervir nos fenômenos sociais que obstruem o exercício da liberdade de escolha dos indivíduos.

III. Tanto nas concepções positivas de liberdade quanto nas negativas, o papel do Estado é irrelevante.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II.
- d) apenas III.
- e) I, II e III.



○ 48. (UFSM) Para compreendermos o significado da natureza humana e da cultura, nós poderíamos examinar muito do que dizemos ou ouvimos em nosso cotidiano notando o quanto naturalizamos os seres humanos, naturalizando seus comportamentos, ideias, valores, formas de viver e de agir. Veríamos então como, em cada caso, os fatos desmentem tal naturalização.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. p. 244.

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) cada afirmativa, considerando o que caracteriza a naturalização do ser humano.

- () Desvincular as condições sociais, econômicas, políticas e históricas em que o homem vive.
- () Submeter o comportamento e a cultura à ideia de natureza.
- () Mostrar que os seres humanos são culturais e históricos.

A sequência correta é

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) V - F - V.
- d) F - F - F.
- e) F - V - V.

○ 49. (UFSM) Desde os gregos, a história do Ocidente sempre foi caracterizada pela disputa política em torno da participação política. Num regime democrático, encontramos duas formas clássicas de participação política: a democracia direta em que há a participação de todos os cidadãos nas decisões a eles pertinentes, e a democracia representativa, na qual as decisões que dizem respeito à coletividade inteira não são tomadas diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para essa finalidade.

“Ao menos no que respeita à maior parte dos cidadãos, a participação só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade”.

Norberto Bobbio

No Brasil, em 21 de abril de 1993, por meio de plebiscito, decidiu-se manter o regime republicano e o sistema presidencialista. Nesse tipo de decisão política, qual(is) foi(foram) a(s) forma(s) de participação dos cidadãos brasileiros?

- I. Democrática.
 - II. Antidemocrática.
 - III. Direta.
 - IV. Indireta.
- Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e III.
- e) apenas II e IV.

○ 50. (UFSM) Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmações a seguir sobre o modelo de cidade ideal apresentado por Platão na obra *A República*.

- () Os agricultores, os artesãos e os comerciantes ocupam-se das funções mais nobres na sociedade.
- () Platão critica a democracia.
- () Na cidade ideal de Platão, não há mobilidade social.

A sequência correta é

- a) F - F - V.
- b) F - V - V.
- c) V - F - F.
- d) F - V - F.
- e) V - V - V.

○ 51. (UFSM) O renascentista Nicolau Maquiavel escreveu em “O Príncipe” que “em todas as cidades se pode encontrar esses dois partidos antagonônicos que nascem do desejo popular de evitar a opressão dos poderosos, e da tendência destes últimos para comandar e oprimir o povo”. De acordo com a passagem citada, é correto afirmar:

- I. As cidades não são comunidades homogêneas desprovidas de antagonismos e conflitos cuja origem é o desejo de não ser oprimido e a tendência à opressão.
- II. O governante deve decidir por uma das tendências.
- III. Quem governa não deve considerar antagonismos e conflitos.
- IV. “Evitar a opressão” e “comandar e oprimir” são desejos e tendências que fazem parte da cidade.

Estão corretas

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

○ 52. (UFSM) “O maquiavelismo é uma interpretação de O Príncipe, de Maquiavel, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade”.

BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant. Trad. de Alfredo Falt. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1984. p. 14.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é:

- a) Independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.
- b) Independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.
- c) Dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- d) Dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universais e necessariamente.
- e) Independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.



○ 53. (UFSM) Décadas atrás os produtores rurais e o governo de lá [bacia hidrográfica do rio Murray-Darling, na Austrália] dividiram as águas entre os usuários humanos - produtores de uva, trigo e criadores de ovelhas - de uma forma sofisticada, baseada em equidade e aspectos econômicos.

Scientific American Brasil, setembro de 2008, p. 63.

Considere as seguintes afirmações sobre o texto:

- I. O procedimento descrito é um exemplo de presença de um Estado liberal.
- II. A equidade é uma forma de justiça.
- III. O procedimento descrito caracteriza um contexto de estado de natureza, segundo a concepção de Hobbes.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

○ 54. (UFSM) "A ideia do contrato social tenta responder à questão: Por que obedecer ao Estado? Afinal suas leis, impostos e polícia limitam a liberdade individual. Mas considere a alternativa: Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem."

Filosofia, Stephen Law.

A situação alternativa considerada no texto corresponde ao que os principais filósofos políticos do período moderno chamam de

- a) estado de anarquia.
- b) estado de natureza.
- c) estado liberal.
- d) estado revolucionário.
- e) luta de classes.

○ 55. (UFSM) O "Contrato Social", escrito em 1762, por Jean-Jacques Rousseau inspirou nos revolucionários franceses ideias de soberania popular e de igualdade de direitos.

"A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda a lei que o povo diretamente não retificar. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz, mostra que merece perdê-la".

Com base no texto, pode-se afirmar:

- I. A soberania pode ser representada, porque é uma vontade geral.
- II. A vontade não pode ser representada.
- III. Somente os deputados podem representar a vontade do povo.
- IV. Sem a aprovação e correção do povo, as leis perdem a sua validade.

Estão corretas

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

○ 56. (UFSM) "A história oficial nos faz acreditar que os portugueses, ao desembarcarem no Brasil, encontraram um Éden terrestre, pleno de florestas intocadas, fauna abundante, praias paradisíacas. Um lugar onde os bons selvagens reinariam em plena sintonia com a natureza".

National Geographic, maio 2007. p. 60.

A ideia de "bons selvagens" contraria a tese de que:

- I. o homem é bom por natureza, a sociedade o corrompe.
- II. o homem é mau por natureza, vivendo em permanente guerra de todos contra todos.
- III. todos por natureza são livres e iguais.

Está(ão) correta(s)

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) I, II e III.

○ 57. (UFSM) Para J. J. Rousseau, "A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto da justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava".

Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 36. Coleção Os Pensadores.

Nessa passagem do estado de natureza para o estado civil, ocorre que o homem

- I. perde a liberdade natural e o direito ilimitado, mas ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.
- II. mantém a liberdade natural e o direito irrestrito e ainda ganha uma moralidade muito particular guiada pelo seu puro apetite.
- III. mantém a liberdade natural e o direito ilimitado, mas abdica da liberdade civil em favor da liberdade moral.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) II e III apenas.



○ **58. (UFSM)** É de esperar que já tenha passado o tempo em que havia necessidade de defender a “liberdade de imprensa” como uma das garantias contra governos corruptos ou tirânicos. Podemos supor que não mais é necessário argumento algum contrário a permitir-se a um legislativo ou executivo não identificado aos interesses do povo prescrever-lhe opiniões e determinar as doutrinas e argumentos que está autorizado a ouvir.

A liberdade, de John Stuart Mill

Considere as seguintes afirmações:

- I. A tirania é uma forma corrompida de governo de um só.
- II. “Liberdade” em “liberdade de imprensa” é antônimo de determinismo causal.
- III. O pronome pessoal “lhe” refere-se a “um legislativo ou executivo não identificado aos interesses do povo”.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

○ **59. (UFSM)** Os comunitaristas enfatizam o bem comum, não os direitos e liberdades dos indivíduos. Afirmam que a promoção constante da escolha individual muitas vezes prejudica o interesse público.

Stephen Law, 2008.

Na posição defendida pelo comunitarismo, herdeiro direto do aristotelismo, o papel do Estado, conforme Stephen Law, consiste em promover

- I. o bem comum como critério primeiro das escolhas individuais.
- II. as escolhas individuais como meio para alcançar o interesse público.
- III. constantemente as liberdades individuais como motivadoras do bem comum.

Está(ão) correta(s)

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

Anotações:

○ **60. (UFSM)** Considere as afirmações

- I. Um Estado liberal não intervém na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.
- II. Sob uma perspectiva socialdemocrata, o Estado deve intervir severamente na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.
- III. Sob uma perspectiva comunitarista, o Estado não deve intervir na regulação dos meios de produção e de distribuição dos alimentos.

Estão corretas

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

○ **61. (UFSM)** Nos últimos anos, acentuam-se os problemas de trânsito. As ruas estão cada vez mais congestionadas, ocorrem mais acidentes, a poluição do ar aumenta. Essa crise urbana tem uma dimensão política que podemos ver como um conflito entre duas posições: uma delas é o direito de o cidadão comprar e usar o automóvel; a outra são as restrições às liberdades individuais em nome do bem comum.

O primeiro grupo, que enfatiza o respeito às escolhas individuais, expressa uma visão chamada de _____, e o segundo grupo, que considera justificável limitar as liberdades individuais em casos como esse, expressa uma visão chamada de _____.

Assinale as expressões que completam, respectivamente, as lacunas.

- a) liberal – comunitarista.
- b) social-democrata – liberalista.
- c) individualista – contratualista.
- d) libertarista – socialista.
- e) individualista – estatizadora.

○ **62. (UNIOESTE)** No capítulo XV de *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel (1469-1527) destaca um dos principais fundamentos de sua reflexão política. Visando distinguir-se tanto de seus predecessores quanto de seus contemporâneos, ele indica claramente sua perspectiva realista: “Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem a escute, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa.”

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Hedra, 2011. p. 151.

A partir da leitura do trecho citado, pode-se afirmar corretamente que:

- a) o realismo político de Maquiavel baseia-se na idealização da vida política.
- b) o realismo político de Maquiavel baseia-se na análise da vida política na sua realidade ou verdade efetiva.
- c) o realismo político de Maquiavel baseia-se na busca de leis imutáveis que regem a vida religiosa dos homens.
- d) o realismo político de Maquiavel baseia-se na crença da bondade natural do homem.
- e) o realismo político de Maquiavel baseia-se na busca das leis que regem as repúblicas e principados perfeitos propostos pelos pensadores utópicos.



○ **63. (UNIOESTE)** “Suponho que os homens tenham chegado àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepõem, por sua resistência, as forças que cada indivíduo pode empregar para se manter nesse estado. Então, esse estado primitivo já não pode subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse seu modo de ser.

Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não tem meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças que possa sobrepôr a resistência, aplicando-as a um só móvel e fazendo-as agir em comum acordo”.

Jean-Jacques Rousseau.

Considerando o texto acima, é correto afirmar que, de acordo com Rousseau:

- a) no estado de natureza, os homens são inimigos uns dos outros e a criação do Estado objetiva a defesa e a proteção de si mesmos em relação aos demais.
- b) a supressão da propriedade privada é a verdadeira saída para que ocorra a emancipação humana.
- c) a vida fora da sociedade deve ser tomada como solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.
- d) o propósito do contrato social é a organização da sociedade, com o fim de promover a proteção da pessoa e dos bens dos associados.
- e) o Estado surge por ser o homem um animal naturalmente social e político. Seu principal objetivo é a educação dos cidadãos, priorizando suas faculdades espirituais e intelectuais.

○ **64. (UNIOESTE)** “[...] Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens.”

HOBBS. *Leviatã*. Cap. XIII.

“Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens. É desta instituição do Estado que derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido.”

HOBBS. *Leviatã*. Cap. XVIII.

Considerando as duas passagens da obra *O Leviatã*, é correto afirmar:

- a) Os homens já nascem em sociedade onde vivem de modo harmonioso, na medida em que cooperam uns em relação aos outros.
- b) Os homens vivem em estado de natureza e é preciso estabelecer um pacto social para a formação do Estado.
- c) O estado de natureza é um estado pacífico, em que reina a harmonia entre os homens e nenhum deles está preocupado com aquilo que é do outro.
- d) Para ascender ao Estado civil, é necessária a constituição de um partido revolucionário que se oponha à exploração que é própria das sociedades capitalistas.
- e) O estado de natureza, conforme o caracteriza Hobbes, é marcado pelo medo do Leviatã.

○ **65. (UNIOESTE)** Em filosofia política, o contratualismo visa à construção de uma “teoria racional sobre a origem e o fundamento do Estado e da sociedade política”. O modelo contratualista é “[...] construído com base na grande dicotomia ‘estado (ou sociedade) de natureza / estado (ou sociedade) civil’” (cf. BOBBIO), sendo que a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante o contrato social.

Considerando o texto acima e as diferentes teorias contratualistas, é **incorreto** afirmar que:

- a) o ponto de partida, no pensamento contratualista, para a análise da origem e fundamento do Estado, é o estado político historicamente existente, cujo princípio de legitimação de sua efetividade histórica é o consenso.
- b) os elementos constitutivos do estado de natureza são indivíduos singulares, livres e iguais uns em relação aos outros, sendo o estado de natureza um estado no qual reinam a igualdade e a liberdade.
- c) para o contratualismo, a sociedade política, em contraposição a qualquer forma de sociedade natural, encontra seu princípio de fundamentação e legitimação no consenso dos indivíduos participantes do contrato social.
- d) diferente de Locke, que concebe o estado de natureza como um “estado de relativa paz, concórdia e harmonia”, para Hobbes, o estado de natureza é um estado de guerra generalizada, de todos contra todos, de insegurança e violência.
- e) a passagem do estado de natureza para o estado civil ocorre mediante uma ou mais convenções, ou seja, mediante “um ou mais atos voluntários e deliberados dos indivíduos interessados em sair do estado de natureza” e ingressar no Estado civil.

○ **66. (UNIOESTE 2023)** A concepção de uma lei da natureza é parte indispensável das doutrinas éticas e políticas de John Locke. O reconhecimento de um fundamento racional para a moralidade fez dele um dos inspiradores de uma tradição que culminou com a promulgação da Declaração universal dos direitos humanos. É sobre esse fundamento que se assenta qualquer configuração de vida em sociedade politicamente organizada. Segundo Locke, a sociedade é fundada para que se evite a inimizade e destruição características de um estado de guerra que é a perversão manifesta da justiça e a adulteração da lei da natureza. Eis um trecho de sua autoria:

Não sendo escrita a lei da natureza, não se podendo encontrá-la em outro qualquer lugar senão no espírito dos homens, os que a citarem erroneamente ou a aplicarem mal por paixão ou interesse, não podem tão facilmente ser convencidos do erro se não existe juiz autorizado; e assim sendo, não se presta como devia para determinar os direitos e limitar as propriedades dos que sob ela vivem, especialmente quando todos são juizes, executores e intérpretes dela, e tudo isso nos seus próprios casos; e aquele que tiver o direito de seu lado não possuindo ordinariamente senão a própria força isolada, não possui o suficiente para se defender de danos ou castigar delinquentes. A fim de evitar esses inconvenientes que perturbam as propriedades dos homens no estado de natureza, estes se unem em sociedade para que disponham da força reunida da sociedade inteira para garantir-lhes e assegurar-lhes a propriedade, e para que gozem de leis fixas que a limitem, por meio das quais todos saibam o que lhes pertence. É para esse fim que os homens transferem todo poder natural que possuem à sociedade para a qual entram, e a comunidade põe o poder legislativo nas mãos que julga mais convenientes para esse encargo, a fim de que sejam governados por leis declaradas, senão ainda ficarão na mesma incerteza a paz, a propriedade e a tranquilidade, como se encontravam no estado de natureza.

LOCKE, John. *Segundo tratado de governo civil*, §136.



Com base nos textos acima e em seus conhecimentos sobre o tema, considere as afirmações abaixo e, em seguida, marque a alternativa que **CORRETAMENTE** indica seus valores de verdade.

I. Para Locke, a lei da natureza é uma referência universal de justiça, anterior seja à lei positiva, à voluntariedade de um rei soberano, ou à autoridade de uma instituição religiosa.

II. Para Locke, ao desrespeitar os acordos coletivos expressos em leis positivas, um indivíduo perde sua condição de membro da sociedade, não sendo mais sujeito dos direitos naturais.

III. Para Locke, como a lei da natureza advém da racionalidade, cabe ao indivíduo encontrá-la em si e agir segundo sua convicção a fim de defender seus direitos na sociedade.

- a) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a afirmação I é verdadeira.

○ **67. (UNIOESTE 2023)** Leia atentamente o seguinte trecho:

Foi necessário, para que se conhecesse a virtude de Moisés, que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito; para que se conhecesse a grandeza de Ciro, que os Persas estivessem oprimidos pelos Medas; e para se conhecer o valor de Teseu, que os atenienses estivessem dispersos — assim, presentemente, querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora. Que estivesse mais escravizada do que os Hebreus, mais oprimida do que os Persas, mais desunida que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse, enfim, suportado toda sorte de calamidades.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Ediouro, São Paulo, 2015. CAPÍTULO XXVI.

A partir das informações do texto, analise as seguintes afirmativas:

- I. Grandes líderes são reconhecidos em momentos adversos.
- II. Na concepção do autor, a “virtude” é a capacidade do príncipe de controlar as crises e impasses que são, por vezes, impostas pela história.
- III. Podemos entender o conceito de “virtude”, para o autor, como um valor fundamental para lidar com a imprevisibilidade.
- IV. Em momentos de austeridade, como conflitos armados, guerras e opressão, a figura do príncipe é irrelevante para a manutenção da ordem.
- V. Segundo o autor, na Itália, seu país de origem, a ascensão de um líder virtuoso se deu unicamente pelos Tratados de Paz.

Assinale a alternativa que indica quais das afirmações são CORRETAS.

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) IV e V, apenas.
- d) Todas as afirmações são corretas.
- e) Não há afirmações corretas.

○ **68. (UFPR)** Quando se conquistam Estados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade, há três modos de manter a sua posse: primeiro, arruiná-los; segundo, ir habitá-los; terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos, que se conserve amigos. [...] Quem se torna senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói será destruído por ela. Tais cidades têm sempre por bandeira, nas rebeliões, a liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o correr do tempo, nem por influência dos benefícios recebidos. Por muito que se faça, quaisquer que sejam as precauções tomadas, se não se promovem o dissídio e a desagregação dos habitantes, não deixam eles de se lembrar daqueles princípios e, em toda oportunidade, em qualquer situação, a eles recorrem [...]. Assim, para conservar uma república conquistada, o caminho mais seguro é destruí-la ou habitá-la pessoalmente.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 21-22.

Com base nessa passagem, extraída da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

- a) O poder emanado do príncipe deve ter a capacidade de não apenas levar a cabo os planos de expansão de seu próprio governo, mas sobretudo criar condições para que esse poder mantenha-se de forma plena e garanta a legitimidade da própria dominação.
- b) A passagem refere-se em especial às repúblicas que ainda não passaram por um processo de amadurecimento de suas instituições democráticas. Repúblicas que dependem de orientação externa e de outras nações na formação da sua própria identidade política, a fim de suplantar o ódio típico dessas repúblicas.
- c) Para Maquiavel, “habitar” a república conquistada é uma possibilidade mais condizente com a posição do Príncipe. Considerando que o autor tinha laços com o pensamento humanista, “destruir” uma república conquistada implicaria lançar mão da força militar, com a qual Maquiavel não concordava.
- d) No mundo moderno e contemporâneo, o Príncipe, garantidor da ordem e da segurança pública, pode e deve intervir com o argumento de preservar as instituições democráticas e republicanas, mesmo que para isso seja necessário o uso da força.
- e) O Príncipe pode, por meio de pleito eleitoral, plebiscito ou consulta popular, agir em nome do povo e garantir a soberania de seu Estado. Pode invadir as nações que coloquem em risco a sua própria liberdade. Pode combater o ódio das outras repúblicas, e que essa nação seja destruída ou habitada pelo Príncipe, a fim de assegurar a ordem democrática.

Anotações:



○ 69. (UFPR) Considere a passagem abaixo:

A substituição do reino do dever ser, que marca a filosofia anterior, pelo reino do ser, da realidade, leva Maquiavel a se perguntar: como fazer reinar a ordem, como instaurar um Estado estável? O problema central de sua análise política é descobrir como pode ser resolvido o inevitável ciclo de estabilidade e caos. Ao formular e buscar resolver esta questão, Maquiavel provoca uma ruptura com o saber repetido pelos séculos. Trata-se de uma indagação radical e de uma nova articulação sobre o pensar e fazer política, que põe fim à ideia de uma ordem natural eterna. A ordem, produto necessário da política, não é natural, nem a materialização de uma vontade extraterrena, e tampouco resulta do jogo de dados do acaso. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para se evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre, em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco (org.). Clássicos da política, vol. 01. São Paulo: Ática, 2001. p. 17-18.

Considerando o argumento de Maria Tereza Sadek, em seu texto intitulado Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú, é correto afirmar:

- a) Os estudos de Maquiavel sobre o reino do ser na política levam em consideração a tradição idealista de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino e rejeitam as interpretações de historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio.
- b) Em sua obra, Maquiavel coloca em relevo a dimensão efetivamente social, histórica e política das relações humanas, explicando que sua regra metodológica implica o exame da realidade tal como ela é e não como se gostaria que ela fosse.
- c) A política, segundo Maquiavel, tem correspondência com as ideias inatistas, ou seja, de que os indivíduos são predestinados a um tipo de condição que lhes é inerente, não havendo possibilidade de mudança ou qualquer outra forma de alterar as estruturas de poder, por ele denominada de “maquiavélicas”.
- d) Segundo Sadek, ao formular uma explicação sobre essa questão, Maquiavel não rompeu com os paradigmas que fundavam a política de seu tempo, por conseguinte, favorecendo a perpetuação de tiranias nos séculos XV e XVI.
- e) Para Maquiavel, o problema central da política foi a democracia, e sua construção implicava o fortalecimento de governos descentralizados, o que aproximava seus estudos de liberais como John Locke e Thomas Hobbes.

○ 70. (UFPR) Para os filósofos contratualistas, o Estado é pensado como tendo por origem um contrato entre os indivíduos. Segundo Thomas Hobbes, “é como se cada homem dissesse a cada homem: autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações”.

HOBBS, T. Leviatã, cap. 17, In: MARÇAL, J. CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (org.) Antologia de textos filosóficos, Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 365.

A partir do enunciado, é correto afirmar que Hobbes recorre à ideia do contrato com o fim de:

- a) descrever como os Estados nacionais surgiram na história.
- b) calcular os deveres e direitos dos indivíduos em relação ao Estado.
- c) convocar os homens a resistirem ao poder do Estado.
- d) mostrar que os homens agem na esperança de contrapartidas.
- e) provar que os homens não sabem governar a si mesmos.

○ 71. (UFPR) Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt observa que o pensamento político dos gregos antigos estava baseado na distinção bem demarcada entre a esfera pública (a Cidade) e a privada (a família), e que no mundo moderno essa distinção deixou de ser clara. Assinale a alternativa que, de acordo com a autora, explica essa mudança.

- a) Os assuntos econômicos passaram a ser discutidos no espaço público.
- b) Já não mais se discutem os assuntos públicos.
- c) A família perdeu importância.
- d) Não há mais privacidade.
- e) Todos passaram a ter acesso à esfera pública.

○ 72. (UFPR) Há em toda república dois humores diversos, quais sejam, aquele do povo e aquele dos grandes, (...) todas as leis que são feitas em favor da liberdade nascem desta desunião.

(MAQUIAVEL. Discursos sobre a Primeira década de Tito Lívio. Seleção de textos, tradução e notas Carlo Gabriel Kzsami Pancera. In: MARÇAL, J. (org.) Antologia de textos filosóficos, SEED, 2009, p. 432.)

De acordo com a passagem acima e com a obra de que foi extraída, é correto afirmar que, segundo Maquiavel:

- a) as leis nascem do conflito e levam à sua superação, produzindo harmonia social.
- b) as leis não passam de um instrumento de dominação do povo pelos grandes.
- c) para que haja liberdade, as leis devem ser feitas pelo povo, que é soberano.
- d) o conflito entre os grandes e o povo é o motor da vida política, o que produz e aperfeiçoa as leis.
- e) cabe aos grandes fazer as leis, mas sem retirar a liberdade do povo.

○ 73. (UFPR) Segundo Hannah Arendt, “para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos”.

(ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 36.)

Considerando a passagem acima e a obra de que foi extraída, segundo H. Arendt, para os gregos antigos:

- a) a família era considerada um tipo inferior de associação política.
- b) não havia igualdade política, posto que havia dominação no âmbito familiar.
- c) as mulheres, apesar de dominadas no âmbito familiar, eram livres para participar da esfera pública.
- d) a comunidade política (a polis) deveria persuadir o chefe de família a abdicar de seus poderes despóticos.
- e) a comunidade doméstica (a família) e a comunidade política (a polis) eram entendidas como formas de associação fundamentalmente distintas.



○ **74. (UFN)** Pelo que foi exposto, torna-se evidente que a cidade pertence às coisas que são por natureza e que o homem, por natureza, é um animal político. Também o que por natureza ou por acaso não tem a sua cidade-estado é inferior ou superior ao homem, como aquele que Homero injuriou: "Sem família, sem lei e sem morada". Com efeito, o que por natureza é isto também deseja a guerra, como peça desgarrada no jogo. É evidente por que razão o homem é animal político mais do que toda a abelha ou mais do que todo o animal gregário. Com efeito, como dizemos, a natureza não faz nada em vão. E dos animais somente o homem tem a palavra. [...]

Com efeito, como o homem, depois de ter alcançado o pleno desenvolvimento, é o melhor dos animais, do mesmo modo, separado da lei e da justiça, será o pior. Com efeito, a injustiça com armas é a pior. O homem, para cultivar a ponderação e a virtude, naturalmente se desenvolve possuindo armas, das quais é possível se servir com vistas a fins contrários àquelas virtudes. Por isso o homem sem virtude é o mais sacrílego e selvagem, e o mais servil aos prazeres do sexo e da gula. O senso de justiça é próprio da cidade-estado. A justiça é a ordem da comunidade dos cidadãos, e o sentido de justiça a capacidade de julgar o que é justo.

ARISTÓTELES, Política, 1252a-1253b. Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata. In: MARÇAL, Jairo (Org.). Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED, 2009, p. 73-4.

Com base na passagem e em seus conhecimentos sobre a filosofia política de Aristóteles, é possível afirmar:

- I. O homem é um animal político, pois a natureza deu ao homem a palavra capaz de expressar a virtude e a justiça.
- II. Fora da cidade-estado, o homem está fora do âmbito da lei e da justiça.
- III. Como o homem é, por natureza, um animal político, então, por natureza, o homem é o melhor dos animais.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas II.
- b) apenas III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) apenas II e III.

○ **75. (UFN)** Para Aristóteles, qualquer discussão sobre a distribuição de algum bem apenas pode ser colocada se perguntarmos também qual é o *fim* da atividade em questão. Nesse sentido, a forma correta de distribuir flautas é distribuí-las de acordo com o seu *fim*: como o propósito de uma flauta é produzir boa música, as flautas devem ser dadas aos melhores artistas. Ainda de acordo com Aristóteles, a finalidade da política é "a justiça, ou seja, o interesse comum."

Aristóteles. Política, Livro III, Cap. VII. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 101. Dada essa finalidade, qual seria a forma correta de distribuir o poder político segundo o filósofo?

Dada essa finalidade, qual seria a forma correta de distribuir o poder político segundo o filósofo?

- a) A melhor maneira de distribuir o poder político seria dá-lo aos cidadãos com maior nível acadêmico e intelectual, visto que os mais inteligentes saberão aquilo que é justo.
- b) A forma correta de distribuir o poder político é distribuí-lo entre aqueles que possuem maiores posses, pois, como já administram os seus bens, terão mais condições de produzir justiça.
- c) O modo certo de distribuir poder político é dá-lo a todos os cidadãos, só assim estaremos promovendo as preferências da maioria e, portanto, estaremos realizando o bem comum.

d) Segundo Aristóteles, o poder político deve ser dado àqueles que possuem as virtudes e qualidades de caráter adequadas a promover o bem comum, pois só eles saberão fazer o que é justo.

e) O único modo de promover o bem comum é distribuir igualmente o poder político, de modo a garantir que nenhum homem possua mais poder do que outros na cidade.

○ **76. (UFN)** A partir disso, fica manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum para mantê-los todos em respeitoso temor, eles estão naquela condição que é chamada de guerra, e uma guerra tal que é de todos os homens contra todos os homens. [...]

Em tal condição, não há nenhum lugar para o trabalho, porque o fruto vindo dele é incerto; conseqüentemente, não há nenhum cultivo da terra, nenhuma navegação, [...] nenhum conhecimento da face da Terra, nenhum cômputo de tempo, nenhuma arte, nenhuma literatura, nenhuma sociedade e, o que é pior de tudo, um medo contínuo e um perigo de morte violenta, e a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e breve.

HOBBS, Thomas. O Leviatã apud BONJOUR, L.; BAKER, A. Filosofia: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 544.

É possível afirmar sobre a filosofia política de Thomas Hobbes:

- I. O estado descrito por Hobbes é o conhecido "estado de natureza".
- II. No estado de natureza, também conhecido como estado de guerra de todos contra todos, os homens vivem de acordo com o contrato social.
- III. Como descrito, o estado de guerra de todos contra todos é um estado de profunda injustiça.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **77. (UFN)** As transformações no mundo, de modo geral, são marcadas por mudanças de ideias de ordem política. Sobre as transformações esperadas da sociedade, Michael Sandel (1953-) sugere que devemos pensar em uma política do bem comum para alcançar a justiça.

"Não se pode alcançar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão. [...] Questões de justiça são indissociáveis de concepções divergentes de honra e virtude, orgulho e reconhecimento. Justiça não é apenas a forma certa de distribuir as coisas. Ela também diz respeito à forma certa de avaliar as coisas."

Fonte: SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 322-323. Adaptado.



A teoria política de Michael Sandel pode ser aproximada com a posição de:

- a) Nicolau Maquiavel, por fazer uma evidente separação entre ética e política e criar critérios objetivos de avaliação dos valores políticos.
- b) Thomas Hobbes, por considerar que o homem é mau por natureza, ainda que livre, necessita de um legislador forte para governá-lo e para lhe garantir a segurança e a vida.
- c) Aristóteles, por pensar o homem como um animal capaz de desenvolvimento de suas virtudes em busca de vida boa e ser dependente da comunidade para realizá-la.
- d) Jean Jacques Rousseau, por considerar que a vida social instaurada pela vontade geral seria constituída por indivíduos moralmente livres e virtuosos e politicamente responsáveis.
- e) Platão, por criticar a democracia e sugerir a necessidade de um governante sábio para garantir e possibilitar o bem comum.

○ 78. (UFN) Leia com atenção o texto abaixo.

A vontade geral é sempre reta e tende sempre à utilidade pública; mas disso não resulta que as deliberações do povo tenham sempre a mesma retidão. Sempre se quer o próprio bem, mas nem sempre o vemos; não se corrompe nunca o povo, mas muitas vezes o enganamos, e é somente nesse caso que ele parece querer o que é mal.

Há muitas vezes grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral: esta tem em mira somente o interesse comum, a outra tem em mira o interesse privado e não é mais do que uma soma de vontades particulares; mas se dessas mesmas vontades forem retiradas as que em maior ou menor grau se anulam reciprocamente, resta, como soma das diferenças, a vontade geral.

Fonte: O contrato social, Jean-Jacques Rousseau in: NICOLA, U. Antologia ilustrada de Filosofia. São Paulo: Globo, 2005, pág. 308.

Sobre a relação da distinção entre *vontade geral* e *vontade de todos*, de Jean-Jacques Rousseau, com a ideia de *democracia*, como governo da maioria, é possível afirmar:

- I. A vontade geral é distinta da opinião pública e pode até mesmo divergir da soma das vontades individuais.
- II. A democracia pode ser definida como a vontade da maioria expressa pelo voto, portanto a democracia não é o regime político da vontade geral.
- III. Para Rousseau, a democracia é uma forma de governo imune a brigas intestinas, visto ser guiada pela virtude.
- IV. A vontade geral expressa aquilo que é o bem para toda a comunidade e, portanto, chegamos à vontade geral necessariamente pela democracia.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e IV.
- d) apenas I, II e III.
- e) apenas II, III e IV.

○ 79. (UFN) John e Margaret estavam comprando os presentes de Natal de seus três filhos: Matthew, de 14 anos, Mark, de 12, e Luke, de 10. Os pais tinham previsto gastar \$100 com cada um deles. E logo acharam o que estavam procurando: consoles de videogame portáteis *PlayBoy* a \$100 cada. Quando estavam a caminho do caixa, John percebeu uma oferta especial. Se comprasse dois consoles dos novos modelos de ponta, o *PlayBoyPlusMax*, a \$150 cada, ganharia de brinde um *PlayBoy* original inteiramente grátis. [...]

– Não podemos fazer isso – disse Margaret. – Seria injusto, já que um dos meninos ganharia menos que os outros.

– Mas Margaret, como isso pode ser injusto? Dessa maneira, nenhum deles recebe um presente pior do que receberia antes, e dois deles ainda saem em vantagem. Se não pegarmos a oferta, dois dos garotos vão ficar em uma situação pior.

– Quero que todos sejam iguais – respondeu Margaret.

– Mesmo que isso signifique que eles serão prejudicados?

Julian Baggini, O porco filósofo, Desigualdade justa. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 262.

Considere as afirmações.

I. Esse exercício de pensamento mostra que, embora a igualdade seja algo desejável, existem situações em que ela pode não ser justa. No entanto, aceitar que nem sempre é mais vantajoso impor a igualdade significa aceitar toda desigualdade sem questionar.

II. Partindo-se de uma concepção estritamente igualitária de justiça, a opção de Margaret, pode-se afirmar que é injusto optar pela compra dos dois consoles mais caros, uma vez que, na comparação entre os filhos, um deles fatalmente seria prejudicado.

III. Grosso modo, o *princípio da diferença*, de John Rawls, afirma serem as desigualdades permitidas apenas se elas beneficiarem os menos favorecidos. Como, no caso mencionado, não temos uma situação em que um dos irmãos está em desvantagem, não é possível aplicar perfeitamente esse princípio.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

Anotações:



80. (UFN) Considere o texto a seguir para responder à questão.

Podemos oferecer a opção de ter um filho alto ou dois filhos de tamanho médio.

Nascido em Taiwan e emigrado quando criança para os Estados Unidos, o filósofo Matthew Liao propõe a “engenharia humana”: a modificação biomédica das pessoas para lutar contra a mudança climática. Sugere, por exemplo, reduzir a estatura dos futuros cidadãos. Para isso, bastaria recorrer a um diagnóstico genético pré-implantacional, já empregado nas clínicas de fertilidade para detectar embriões com doenças genéticas. Os pais fariam isso voluntariamente. Reduzir em 15 centímetros a estatura média dos norte-americanos significaria uma redução de mais de 15% na energia necessária para viver, relata Liao em “O Próximo Passo: Vida Exponencial”. [...] Liao não é um charlatão. Trata-se do diretor do Centro de Bioética da Universidade de Nova York, a instituição com o departamento de Filosofia mais bem avaliado do mundo. Seu trabalho, sustenta, é “pensar com originalidade”. O tempo dirá se é um visionário ou só um autor involuntário de ficção científica.

Pergunta. No Festival de Ideias Perigosas, realizado em 2012, na cidade australiana de Sydney, você propôs tornar os humanos menores. Acha que é realmente uma ideia perigosa?

Resposta. Não acredito que seja uma ideia perigosa, acho que poderíamos levá-la a cabo de maneira segura. Já há maneiras de termos crianças menores. Por exemplo, através do diagnóstico genético pré-implantacional. [...]

Pergunta. Você propõe incentivos fiscais ou seguro médico gratuito para as famílias que escolherem ter filhos de menor estatura. Isso só interessaria às pessoas mais pobres. Teríamos ricos altos e pobres mais baixos.

Resposta. Isso é um problema. Precisamos garantir que haja um limite mínimo de altura. Não seria permitido que as pessoas pobres escolhessem ter filhos abaixo desse limite, porque para eles seria uma situação ainda mais desvantajosa. Deveríamos assegurar que houvesse um certo grau de igualdade. Em filosofia, há uma teoria que diz que devemos nos assegurar de que todos tenham o suficiente, sejam ricos ou pobres. E as pessoas pobres estariam numa grande desvantagem se permitirmos que sejam muito mais baixas. Não devemos permitir isso.

Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/cien-cia/1491499309_778401.html. Adaptado.

As ideias do filósofo Matthew Liao são bastante controversas. Contudo, no trecho acima, o professor afirma que não deveríamos permitir que pessoas pobres estivessem em grande desvantagem. Ao afirmar isso, o filósofo está se comprometendo com uma determinada visão de justiça social. Sobre essa compreensão, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as afirmações a seguir.

() Não é justo deixar que pessoas pobres estejam em desvantagem, porque isso equivaleria a produzir desigualdade, o que é danoso para a sociedade.

() Não devemos deixar que pessoas pobres estejam em grande desvantagem, porque isso seria contrário a uma justa distribuição dos benefícios e das obrigações dos cidadãos.

() De acordo com essa concepção, justiça social deve equivaler a assegurar que a posição dos menos favorecidos seja tão boa quanto possível.

A sequência correta é:

- a) V - F - F
- b) V - V - F
- c) F - V - V
- d) F - F - V
- e) V - F - V

81. (UFN) Costuma-se dizer que, com Sócrates, confirma-se uma tendência observada no pensamento antigo de colocar os problemas da humanidade – e não os da natureza e do mundo físico – no centro da reflexão filosófica. Desde então, essas questões continuam ocupando os filósofos, uma vez que refletir, por exemplo, sobre as implicações de manipular genes humanos para “produzir” pessoas de *tal ou tal tipo*, também é refletir sobre o que é a natureza humana. Hoje em dia, há uma tendência no pensamento filosófico que afirma vivermos na era do pós-humanismo.

I. A ideia de “pós-humano” surge, em larga medida, como uma resposta filosófica à crescente interação homem-máquina e está expressa, por exemplo, no conceito de “ciborgue” (*cib-ernético + org-anismo*).

II. Friedrich Nietzsche, com seu conceito de super-homem, é citado por alguns pós-humanistas para sustentar a ideia de superação da humanidade.

III. A manipulação genética para o bem da sociedade, sugerida pelo Prof. Matthew Liao, consiste em um exemplo daquilo que Michel Foucault chama de *biopoder*.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas II.
- b) apenas III.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I e III.
- e) I, II e III.

82. (UFN) Para John Rawls (1921-2002), a ideia da posição original é estabelecer um processo equitativo, de modo que quaisquer princípios aceitos sejam justos. (...) De algum modo, devemos anular os efeitos das contingências específicas que colocam os homens em posições de disputa, tentando-os a explorar as circunstâncias naturais e sociais em seu próprio benefício. Com esse propósito, assumo que as partes se situam atrás de um véu de ignorância. Elas não sabem como as várias alternativas irão afetar o seu caso particular, e são obrigadas a avaliar os princípios unicamente com base nas considerações gerais. (...) Se for permitido um conhecimento das particularidades, o resultado será influenciado por contingências arbitrárias. (...) para que a posição original gere acordos justos, as partes devem estar situadas de forma equitativa e devem ser tratadas de forma igual como pessoas éticas.

Cf. RAWLS, John. *Teorias da justiça*. Tradução de Almiro Pissetta, Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 146-147; 152 - texto adaptado.

De acordo com o texto acima, avalie as seguintes proposições e a relação entre elas.

I. A igual consideração dos indivíduos como pessoas éticas é condição necessária à justiça equitativa.

PORQUE

II. Na posição original, pessoas éticas, estabelecem um contrato equitativo, sem considerar as diferenças e as particularidades genéticas, sociais ou econômicas existentes entre elas.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.



○ **83. (UFN)** Políticas de estado podem tanto ser realizadas na base da justiça meritória ou na justiça equitativa. Em um estudo sobre as políticas de ação social do Estado e os impactos dessas políticas na expectativa de vida e melhoria das condições de cidadania das populações abaixo da linha de pobreza, Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani concluem:

“(...) a experiência de ‘caçar comida’ coloca os indivíduos perto dos animais. Somente ao alcançar certa inpedência econômica se tornam seres humanos dignos, e não simplesmente representantes da espécie *homo sapiens* em busca incessante de nutrição e abrigo. Nesse sentido, ao garantir sobrevivência, o BF <bolsa família> resulta na humanização de seus destinatários, a qual representa um passo necessário e decisivo no seu processo de autonomização.”

Fonte: PINZANI, A. REGO, W. Vozes do bolsa família. Unesp., São Paulo: 2013, p. 220;

Considere esse comentário de Michael Sandel à teoria da justiça meritória em Aristóteles:

“Para Aristóteles, justiça significa dar às pessoas o que elas merecem, dando a cada um o que lhe é devido. Mas o que uma pessoa merece? Quais são as justificativas relevantes para o mérito? Isso depende do que está sendo distribuído. A justiça (meritória) envolve dois fatores: “as coisas e as pessoas a quem elas são destinadas”. E geralmente dizemos que as “pessoas iguais devem receber coisas também iguais”. Iguais em que sentido? Isso depende do que está sendo distribuído - e das virtudes relevantes em cada caso.”

Fonte: SANDEL, M. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. , p. 234. , adaptado;

Analise os trechos acima e avalie as proposições a seguir:

I. Os destinatários de programas similares ao bolsa família recebem o auxílio na base da justiça meritória.

II. Independência econômica, por meio da justiça equitativa, é uma das formas do estado garantir que pessoas abaixo da linha de pobreza tenham condições mínimas para se tornarem autônomas.

III. As políticas de estado que realizam a autonomização das pessoas se baseiam em um conjunto de critérios devem garantir a igualdade de tratamento de todos os indivíduos considerando o “que está sendo distribuído” - e “virtudes relevantes em cada caso”.

IV. A equidade é uma forma de justiça que visa dar condições de igualdade, a saber, tornar seres humanos dignos e autônomos para viver em sociedade.

Assinale a alternativa que contém as proposições corretas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) II, III e IV.

○ **84. (UFN)** “Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a esta associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade estado significava que o homem recebera “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*”. Agora, cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum *koinon*.”

Fonte: ARENDT, H. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo, pós-fácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 28. (Adaptado.)

Hannah Arendt, em A Condição Humana, sugere uma distinção entre a vida privada e a vida pública. Sobre essa distinção, analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A vida pública se opõe à vida privada, por dizer respeito ao âmbito político da vida humana.

PORQUE

II. Em vez de cada um considerar as questões e os problemas relativos somente à sua família e à sua casa, na vida política é necessário ocupar-se do comum.

A respeito dessas assertões, assinale a alternativa correta:

- a) As assertões I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa da primeira.
- b) As assertões I e II são verdadeiras e a II não é uma justificativa da primeira.
- c) A assertão I é uma proposição falsa e a II é verdadeira.
- d) A assertão I é uma proposição verdadeira e a II é falsa.
- e) Ambas as assertões são falsas.

○ **85. (UFN 2023)** Isaiah Berlin (1909-1997) desenvolveu e aprimorou uma distinção importante sobre a liberdade positiva e a liberdade negativa. A liberdade negativa estaria voltada ao que cria obstáculos, restrições ou algo do gênero dos impedimentos, de modo que, se não há impedimentos, pode-se fazer o que se pretende. A liberdade positiva diz respeito à capacidade de autodeterminação de nosso destino, para termos esperança de realizarmos nossas intenções. A liberdade positiva não é somente individual, mas pode ser desejada para um grupo ou sociedade, pois depende da criação de condições para realizar algo. Sobre a sociedade do século XXI, Harari (2018) mostra que: “(...) neste exato momento os algoritmos estão observando você. (...) Estão se baseando em Big Data e no aprendizado de máquina para conhecer você cada vez melhor. (...) se os algoritmos realmente compreenderem melhor que você o que está acontecendo dentro de você, a autoridade passará para eles.”

Fonte: HARARI, Y. N. 21 Lições para o século 21. tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 329-330.

O Artigo 01 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, diz: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.”

A partir desses excertos, é correto afirmar que:

- I. A LGPD protege a liberdade positiva das pessoas naturais e jurídicas.
- II. Os algoritmos de controle de dados necessitam de regulação para termos garantias sobre nossa liberdade positiva.
- III. A LGPD cria restrições e impedimentos de modo a restringir a liberdade positiva das pessoas naturais e jurídicas.

Assinale a alternativa que contém todas as proposições verdadeiras:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) Apenas II.



○ **86. (UNISC 2023)** Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês, na obra “O Leviatã”, expõe uma teoria política que não se assenta em fundamentos religiosos – o que era comum na filosofia medieval – e sim em uma específica visão de natureza humana, que se tornou bastante conhecida no Ocidente.

Das alternativas abaixo, assinale aquela que expressa melhor o pensamento político hobbesiano referente à necessidade de um governo forte.

- a) A democracia é um regime despótico. O estado constrói-se com base no imperativo moral e nas leis éticas, e não na vontade geral.
- b) Os humanos são egoístas por natureza. Com essa natureza tenderiam a guerrear entre si, todos contra todos. Os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto e centralizado. A monarquia é o regime político capaz de evitar o conflito permanente derivado do estado de natureza humano.
- c) A sociedade perverteu o homem natural que vivia harmoniosamente com a natureza, livre de egoísmo, cobiça, possessividade e ciúme. O corpo político é também um ser moral, dotado de uma vontade. Essa vontade geral tende sempre à conservação e ao bemestar do todo e de cada parte.
- d) Um estado forte depende de um governante eficaz, e para que ele seja bom, ele deve ter boas habilidades políticas. Assim, são características relevantes de um bom príncipe: ser bondoso, caridoso, religioso e ter moral.
- e) O poder deveria ser exercido por uma espécie de aristocracia, mas não constituída pelos mais ricos ou por uma nobreza hereditária. Os governantes deveriam ser definidos pela sabedoria. Os reis deveriam ser filósofos e vice-versa.

○ **87. (UNISC 2024)** Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX, destacou-se como uma das pensadoras mais originais em filosofia política daquele século. Seus livros e artigos indicam um modo próprio de relacionar acontecimentos históricos com apontamentos filosóficos, enfatizando a questão da liberdade como uma condição para à ação.

Sobre o tema liberdade em Hannah Arendt, é correto afirmar que

I – a liberdade é a manifestação do ser humano no espaço público, cujo aparecimento é mediado pela linguagem sem coação, na pluralidade, na singularidade, visando à ação.

II – a liberdade é sinônimo de autoconhecimento. Portanto, conhece-te a ti mesmo.

III – a liberdade “liberta”, no sentido de que o ser humano se vê afastado do pecado, vivendo na graça divina, em oposição à escravidão, que consiste no atendimento das paixões.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente a afirmativa II está correta.
- c) Somente a afirmativa III está correta.
- d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

Anotações:



GABARITO

• Habilidades à prova

Unidade 1

1. C	15. D	29. A	43. D	57. $04+08+16 = 28$	71. E
2. D	16. D	30. D	44. D	58. $02+08+16+32=58$	72. C
3. D	17. D	31. E	45. C	59. C	73. A
4. C	18. A	32. E	46. D	60. C	74. E
5. B	19. B	33. A	47. C	61. A	75. B
6. E	20. C	34. C	48. B	62. A	76. B
7. A	21. C	35. A	49. E	63. D	77. C
8. B	22. E	36. B	50. $01 + 04 + 08 = 13$	64. C	78. B
9. E	23. D	37. A	51. $01 + 08 + 64 = 73$	65. B	79. A
10. D	24. A	38. D	52. $01 + 08 + 16 = 25$	66. E	80. A
11. E	25. C	39. C	53. $01 + 32 + 64 = 97$	67. A	81. E
12. C	26. A	40. A	54. $02 + 16 + 64 = 82$	68. A	82. A
13. D	27. E	41. C	55. $01 + 32 + 64 = 97$	69. E	
14. D	28. C	42. B	56. $01+16+64 = 81$	70. C	

Unidade 2

1. C	16. E	31. D	46. A	61. A	76. A
2. C	17. A	32. B	47. A	62. B	77. C
3. E	18. D	33. A	48. B	63. D	78. C
4. C	19. A	34. C	49. D	64. B	79. D
5. D	20. D	35. B	50. B	65. A	80. C
6. B	21. A	36. E	51. B	66. E	81. C
7. D	22. A	37. D	52. E	67. A	82. D
8. B	23. E	38. B	53. B	68. A	83. D
9. A	24. D	39. A	54. B	69. B	84. A
10. C	25. C	40. E	55. C	70. B	85. A
11. C	26. B	41. B	56. B	71. A	86. B
12. D	27. A	42. B	57. A	72. D	87. A
13. E	28. B	43. D	58. A	73. E	
14. C	29. B	44. D	59. A	74. C	
15. E	30. D	45. D	60. A	75. E	



Anotações: